

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – UNESP
Faculdade de Ciências e Letras – Câmpus de Assis

GIOVANA BENITE DOS SANTOS

As repercussões da pandemia no exercício da parentalidade

Assis
2024



GIOVANA BENITE DOS SANTOS

As repercussões da pandemia no exercício da parentalidade

Dissertação apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Câmpus de Assis/SP, para obtenção do título de mestre em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia e Sociedade.

Orientadora: Profa. Dra. Mary Yoko Okamoto

Assis

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Ana Cláudia Inocente Garcia - CRB 8/6887

S237r Santos, Giovana Benite dos
As repercussões da pandemia no exercício da parentalidade
/ Giovana Benite dos Santos. — Assis, 2024
116f.

Dissertação de Mestrado - Universidade Estadual Paulista
(UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis
Orientadora: Dra.Mary Yoko Okamoto

1. Psicanálise. 2. COVID-19, Pandemia de, 2020-.
3. Famílias - Aspectos psicológicos. 4. Parentalidade.
5. Isolamento social. I.Título.

CDD 306.8

GIOVANA BENITE DOS SANTOS

As repercussões da pandemia no exercício da parentalidade



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Assis



ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE GIOVANA BENITE DOS SANTOS, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA, DA FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS - CÂMPUS DE ASSIS.

Aos 24 dias do mês de setembro do ano de 2024, às 09:00 horas, por meio de Videoconferência, realizou-se a defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de GIOVANA BENITE DOS SANTOS, intitulada **As repercussões da pandemia no exercício da parentalidade**. A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Profa. Dra. MARY YOKO OKAMOTO (Orientador(a) - Participação Virtual) do(a) UNESP/FCL - Assis, Prof. Dr. ERICO BRUNO VIANA CAMPOS (Participação Virtual) do(a) UNESP/FC - Bauru, Prof. Dr. VINICIUS ROMAGNOLLI RODRIGUES GOMES (Participação Virtual) do(a) Escola de Psicoterapia Psicanalítica de Maringá - EPPM. Após a exposição pela mestranda e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, a discente recebeu o conceito final: APROVADA. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.

Profa. Dra. MARY YOKO OKAMOTO

Ao meus pais, os responsáveis por me ensinar o significado e a importância da parentalidade na constituição do sujeito.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, agradeço por todo o apoio e carinho que me proporcionaram ao longo da vida. Vocês foram, e sempre serão, a base sólida que me permitiu chegar até aqui.

Ao Rodrigo, agradeço por estar ao meu lado, sendo meu maior incentivador, sempre me encorajando e dando forças para alcançar meus objetivos.

Às minhas amigas, que desempenham um papel fundamental em minha vida, proporcionando apoio constante e me acompanhando nas diversas fases.

À minha orientadora Mary, responsável por me apresentar e ensinar a psicanálise. Seu conhecimento foi essencial para me guiar na teoria e me orientar tanto no trabalho teórico quanto na prática clínica.

A Mariana Ferrari, pelo acolhimento e pelas palavras que estão sempre me guiando. Agradeço por me ajudar a ser quem eu sou. Sua presença tem sido importante para o meu desenvolvimento pessoal e no campo da psicanálise.

À minha família, por me constituir como pessoa e me inserir em uma história, através de muito amor e cuidado.

A todos vocês, meu sincero agradecimento. Este trabalho é fruto do apoio e do amor que recebi de cada um de vocês.

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar as ressonâncias da pandemia de COVID-19 no exercício da parentalidade em famílias constituídas por casais heterossexuais com filhos de 6 a 7 anos durante o período de isolamento social e fechamento das escolas em 2020 e 2021. Utilizando uma abordagem qualitativa, esta pesquisa busca compreender os rearranjos e reorganizações do casal parental para atender à educação dos filhos, bem como para gerenciar as responsabilidades domésticas e as atividades cotidianas durante a pandemia. Além disso, a pesquisa analisa os processos de sofrimento que emergiram nas famílias nesse período, evidenciando as dinâmicas e estratégias adotadas para lidar com as múltiplas demandas impostas pela situação. A metodologia adotada incluiu entrevistas semidirigidas com as mães das crianças, permitindo uma compreensão aprofundada do contexto familiar e da dinâmica da função parental. As entrevistas foram gravadas, transcritas e analisadas qualitativamente. A pesquisa revela que a pandemia impôs desafios significativos às famílias, exigindo que os pais assumissem múltiplos papéis, como educadores e cuidadores, enquanto equilibravam o trabalho e a vida doméstica. As adaptações nas funções parentais foram cruciais para sustentar o processo educacional e o bem-estar emocional das crianças, mas também resultaram em elevados níveis de estresse e sofrimento. As famílias demonstraram grande capacidade de adaptação ao desenvolver estratégias para enfrentar os desafios impostos pela pandemia, embora o impacto emocional tenha sido profundo. O estudo destaca, ainda, a importância dos apoios institucionais e familiares no enfrentamento dessas dificuldades, proporcionando um ambiente seguro e resiliente para as crianças. A dissertação conclui que a pandemia de COVID-19 teve um impacto profundo na dinâmica familiar e na parentalidade, ressaltando a necessidade de suporte contínuo para as famílias em situações de crise. A pesquisa contribui para uma compreensão mais ampla e aprofundada da parentalidade em tempos de crise, iluminando as complexidades e desafios enfrentados pela família contemporânea.

Palavras-chaves: família; parentalidade; pandemia; isolamento social; psicanálise.

ABSTRACT

This study aims to analyze the resonances of the COVID-19 pandemic on parenthood in families consisting of heterosexual couples with children aged 6 to 7 years during the period of social isolation and school closures in 2020 and 2021. Utilizing a qualitative approach, this research seeks to understand the adjustments and reorganizations made by parents to meet their children's educational needs while managing domestic responsibilities and daily activities during the pandemic. Additionally, the research examines the processes of suffering that emerged within families during this period, highlighting the dynamics and strategies employed to cope with the multiple demands imposed by the situation. The methodology adopted included semi-structured interviews with the children's mothers, allowing for an in-depth understanding of the family context and the dynamics of parental roles. The interviews were recorded, transcribed, and qualitatively analyzed. The research reveals that the pandemic imposed significant challenges on families, requiring parents to assume multiple roles as educators and caregivers while balancing work and domestic life. The adaptations in parental roles were crucial to sustaining the educational process and the emotional well-being of the children but also resulted in high levels of stress and suffering. Families demonstrated a remarkable capacity for adaptation by developing strategies to face the challenges imposed by the pandemic, although the emotional impact was profound. The study also highlights the importance of institutional and familial support in addressing these difficulties, providing a safe and resilient environment for the children. The dissertation concludes that the COVID-19 pandemic had a profound impact on family dynamics and parenthood, underscoring the need for ongoing support for families in times of crisis. The research contributes to a broader and more in-depth understanding of parenthood in times of crisis, illuminating the complexities and challenges faced by contemporary families.

Keywords: family; parenthood; pandemic; social isolation; psychoanalysis.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 A PANDEMIA DA COVID-19 E AS CONSEQUÊNCIAS NA FAMÍLIA.....	14
3 FAMÍLIA E PARENTALIDADE.....	20
3.1 Definições e Aspectos Históricos.....	20
3.2 Contemporaneidade.....	29
3.3 Aspectos Teóricos.....	38
4 OBJETIVOS.....	52
4.1 Objetivo Geral.....	52
4.2 Objetivos Específicos.....	52
5 ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	53
5.1 Participantes.....	53
5.2 Aspectos éticos e análise dos resultados.....	55
6 ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	56
6.1 Acordos entre o casal: papéis e funções na organização doméstica e no cuidado dos filhos.....	56
6.1.1 Divisão de tarefas e funções na organização doméstica.....	56
6.1.2 Acompanhamento das atividades dos filhos.....	57
6.1.3 Sobrecarga Feminina.....	59
6.2 Impactos do isolamento social para a família.....	62
6.2.1 Fortalecimentos de vínculos familiares.....	62
6.2.2 Dificuldades enfrentadas em relação aos vínculos familiares.....	64
6.2.3 O impacto da pandemia nos filhos.....	65
6.2.4 Benefícios na rotina da família.....	67
6.3 Apoios e suportes encontrados na pandemia.....	68
6.3.1 Famílias que tiveram apoio.....	68
6.3.1.1 Apoio social: condomínio, escola ou serviços especializados.....	68
6.3.1.2 Apoio de familiares.....	70
6.3.2 Perdas de apoio.....	71
6.4 Sofrimentos causados pela pandemia.....	72
6.4.1 Sintomas emocionais e somáticos desenvolvidos durante a pandemia.....	72
6.4.2 Sentimentos, ameaças e medos.....	74
6.4.2.1 Ameaça de contrair COVID-19.....	74

6.4.2.2	<i>Preocupação financeira</i>	75
6.4.2.3	<i>Sentimentos de impotência e sufocamento</i>	76
6.5	Enfrentamentos em relação à escola durante a pandemia	77
6.5.1	Desafios encontrados.....	77
6.5.1.2	<i>Falta de concentração e motivação das crianças</i>	77
6.5.1.3	<i>A falta das aulas e dos contatos sociais presenciais</i>	78
6.5.1.4	<i>Defasagem na aprendizagem</i>	79
6.5.2	Avaliação sobre o desempenho da escola	79
7	DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	82
8	CONCLUSÃO	96
	REFERÊNCIAS	99
	ANEXO A - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS	107
	ANEXO B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	109
	ANEXO C - PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA	112

1 INTRODUÇÃO

A pandemia de COVID-19 emergiu como um evento singular na história da humanidade, lançando-nos em um período de incerteza e desafios sem precedentes. A extensão do impacto desse fenômeno transcendeu fronteiras geográficas, remodelando radicalmente a forma como vivemos e nos relacionamos em sociedade.

Seja no âmbito profissional, na alteração das rotinas diárias ou nas esferas pessoais, a pandemia gerou consequências que podemos observar e refletir até os dias de hoje. O trabalho remoto tornou-se uma norma difundida, o ensino à distância tornou-se uma realidade, reconfigurando completamente o sistema educacional. As interações sociais foram profundamente afetadas pelo distanciamento físico, alterando a maneira como nos conectamos com o outro. O uso generalizado de máscaras faciais tornou-se uma norma social, não apenas como uma precaução individual, mas como um gesto coletivo para proteger a comunidade. Adicionalmente, a conscientização e a preocupação com a higiene e os cuidados com a saúde atingiu um novo patamar, influenciando nossos comportamentos diários (Birman, 2020; Klinko; Carvalho, 2021)

Diante de tais mudanças, voltamos nossa atenção para a experiência desse período nas famílias brasileiras, constituídas por aqueles que tiveram suas rotinas alteradas, ao mesmo tempo em que enfrentaram o desafio de adaptar-se à nova dinâmica experimentada por seus filhos.

Nesse de incerteza e ansiedade, os pais se viram repentinamente desafiados a assumir papéis multifacetados, tornando-se educadores, cuidadores, e, muitas vezes, equilibristas incansáveis para harmonizar trabalho e vida doméstica. A ausência de estruturas de suporte tradicionais, como escolas e atividades extracurriculares, intensificou a carga emocional e prática sobre essas famílias, inserindo-as em uma situação completamente nova e desafiadora.

De acordo com a literatura, sabíamos que as famílias vinham continuamente passando por desafios e mudanças ao longo dos anos, conforme as transformações sociais e econômicas foram se sucedendo. A autora Roudinesco (2003), por exemplo, faz essa análise ao classificar três tipos de família em momentos diferentes da sociedade ocidental: a tradicional, a moderna e a pós-moderna, descrevendo, respectivamente, a família no período medieval, modernidade e pós-modernidade.

Nos dias atuais, portanto, estaríamos diante da família pós-moderna, configurada pela divisão de funções no exercício parental e de um lugar central para a criança na vida dos adultos. Essa nova família vem se configurando paralelamente às mudanças contemporâneas nas relações entre os sexos, os gêneros e as identificações, além de mudanças nas funções de

mãe e pai (Tort, 2001).

A família constituída por pai, mãe e filhos vivendo no mesmo espaço e seguindo rigidamente divisões de papéis masculinos e femininos é um fenômeno recente da história, fruto das transformações advindas da industrialização no século XVIII e da necessidade política de separar o espaço público do privado. Apesar desse modelo familiar ter permanecido intacto por muitos anos, ele vem passando por grandes mudanças, dando passagem da família tradicional-patriarcal à família plural-contemporânea. Tais mudanças estariam relacionadas ao surgimento de novas configurações, que incluem famílias monoparentais, adotivas, homoparentais, reconstituídas (formadas por filhos e parentes do primeiro casamento), entre outros novos arranjos (Rodriguez; Gomes; De Oliveira, 2017).

Nessa perspectiva de mudanças, Correa (2013, p. 38) define a família como “um grupo com características singulares, que abrange elementos vitais de continuidade e contiguidade espaço-temporal”, constituindo-se como grupo primário e sustentando a estruturação do psiquismo e a formação dos vínculos intersubjetivos. É também um espaço no qual “circulam fantasias, afetos intensos, o mundo pulsional, mecanismos de defesa e processos de identificação, assim como diversos pactos e alianças inconscientes já assinalados” (Correa, 2013, p.38).

Na busca para compreender as relações no contexto familiar, alguns autores contemporâneos como Solis-Ponton (2004) se dedicam a estudar o conceito de parentalidade na contemporaneidade. Segundo a autora, ser pai e ser mãe é uma experiência que envolve múltiplos aspectos e dimensões, que incluem tanto a dimensão biológica como a dimensão emocional, psicológica e social. Portanto, ao se tornarem pais, uma série de responsabilidades se impõe, tais como prover cuidados físicos e emocionais, estabelecer limites, orientar e educar os filhos, e lidar com as emoções e com os conflitos que surgem nesse processo.

Nesse contexto, torna-se evidente que a dinâmica e as responsabilidades intrínsecas à parentalidade são complexas e evoluíram ao longo do tempo. Reconhecemos que a pandemia adquiriu uma dimensão significativa na sociedade, tornando-se um período desafiador para os pais. Nesse cenário, eles necessitaram enfrentar novos desafios e buscar estratégias inovadoras para lidar com seus filhos, num cenário de confinamento social e sem a presença física do ambiente escolar.

A partir dos atendimentos no consultório, tive a oportunidade (ou a responsabilidade) de estar imersa nesse contexto, testemunhando de perto o sofrimento dos pais que se viam diante de uma encruzilhada única. A incerteza quanto ao futuro, as preocupações acerca da educação e bem-estar dos filhos e a falta de orientação sobre como proceder geraram um

ambiente de angústia. A dificuldade em articular as funções parentais simples, tais como auxiliar seus filhos com as atividades escolares, passar mais tempo com eles, trouxe à tona dúvidas e anseios da família muito específicos daquele momento.

A partir dessa vivência clínica, surgiu o desejo desta pesquisa. Busquei, por meio deste estudo compreender as dimensões do sofrimento enfrentado pelas famílias e as estratégias utilizadas por elas em um momento específico da história.

Para isso, no capítulo intitulado “A pandemia da COVID-19 e as consequências na família”, apresentamos informações abrangentes sobre o vírus e a doença por ele causada, como dados estatísticos, características da enfermidade, sintomas e medidas essenciais para enfrentamento da crise sanitária.

Além disso, em razão desse cenário, abordamos o fechamento das escolas e a adoção do “*homeschooling*” pelas instituições educacionais em 2020 e 2021. Nesse sentido, tratamos da importância da escola para as crianças e as famílias. Simultaneamente, discutimos as mudanças na vida dos pais, destacando a implementação do trabalho remoto e as dificuldades emocionais encontradas por eles diante dessa nova rotina. Esses desafios impuseram aos pais a necessidade de lidar não apenas com as demandas cotidianas, mas também com o impacto social e psicológico decorrente da pandemia.

Já no terceiro capítulo, “Família e parentalidade”, introduzimos a definição de família, com base em perspectivas de autores psicanalíticos que analisaram esse tema, e exploramos o papel de tal agrupamento para a constituição do sujeito. Ressaltamos o funcionamento psíquico do grupo, partindo da teoria freudiana e estendendo até os estudos de Kaës (2001, 2005, 2011, 2014). Adentramos na teoria de psicanálise de família e casal e buscamos compreender a relevância dos vínculos e do espaço intersubjetivo inaugurado pela família, incluindo a noção de alianças inconscientes e sua função estruturante.

Aprofundamos o debate com os trabalhos de Benghozi (2005, 2010, 2022) a fim de entender com mais clareza o conceito de vínculos e seu valor na vida do indivíduo. Após essas reflexões, ocupamo-nos das transformações da família ao longo do tempo e analisamos as reconfigurações ocorridas no que se refere aos papéis e aos lugares dos membros.

Mais adiante, ainda no terceiro capítulo, realçamos o entendimento abrangente da parentalidade, apurando seu contexto histórico e verificando como se estabelece a relação entre pais e filhos por meio da teoria freudiana sobre o narcisismo. Para uma investigação mais detalhada sobre a constituição desse vínculo, valemo-nos das contribuições de Kaës (2001, 2014) e Aulagnier (1979), dando ênfase aos contratos narcísicos. Por fim, fizemos uma análise das mudanças e dos desafios enfrentados na parentalidade atualmente e, dessa

maneira, versamos sobre as alterações nas funções parentais, as dificuldades enfrentadas pelos pais e a influência de outras figuras no desenvolvimento da criança.

2 A PANDEMIA DA COVID-19 E AS CONSEQUÊNCIAS NA FAMÍLIA

O ano de 2020 ficou marcado na história devido ao início da pandemia da COVID-19 que atingiu o mundo todo, causando mais de 5 milhões de mortes até o final do ano de 2021 de acordo com dados da Universidade Johns Hopkins (G1, 2021). Após os primeiros casos serem notificados pelas autoridades chinesas, não demorou muito para o vírus, nomeado por SARS-CoV-2, se espalhar para outros continentes, sendo considerado no dia 30 de janeiro de 2020 pela Organização Mundial da Saúde (OMS) uma “emergência de saúde pública de preocupação internacional”(OMS, [2023]), o mais alto nível de alerta da Organização conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS,[2022]).

Apesar dos sintomas da infecção causada por esse novo vírus serem semelhantes aos da gripe, trata-se de uma infecção que, em sua forma mais grave, compromete a capacidade respiratória, podendo levar o indivíduo a óbito. No Brasil, o primeiro óbito ocorreu em meados de março de 2020, conforme reportagem do Portal G1 (SP1, 2021). Até fevereiro de 2024, somaram-se 709.407 mortes no país pela doença, conforme dados do Ministério da Saúde (Brasil, [2024]).

Os sintomas mais comuns incluem febre, tosse seca e fadiga, mas também podem incluir dor de garganta, dor de cabeça, dor muscular, perda de paladar ou olfato, falta de ar e diarreia. A infecção pode variar de uma doença simples, em que o paciente consegue ser tratado de casa até uma doença grave, na qual o vírus pode causar uma resposta inflamatória exagerada no corpo, chamada de “tempestade de citocinas”, que podem danificar os tecidos e órgãos e levar à insuficiência orgânica. Por causa disso, algumas pessoas com casos graves de COVID-19 requerem tratamento intensivo em Unidade de Terapia Intensiva (UTI), com oxigênio suplementar e, às vezes, ventilação mecânica (NIH, [2023]; OMS, [2023]; CDC, [2023]; COVID-19, [2024]).

Um ano após o primeiro caso detectado na China, os casos de COVID-19 estavam sendo registrados em mais de 180 países e já havia confirmação de mais de uma centena de milhões de casos no planeta, sendo o Brasil um dos países com maior número de infectados (Pires; Adrino; Llaneras, 2020). Pesquisadores afirmam ter sido o maior colapso sanitário hospitalar da história do país, com 24 estados e o Distrito Federal apresentando taxas de ocupação de leitos de UTI COVID-19 superiores a 80% (Castro, 2021).

Nesse cenário inédito, diversas medidas de controle e prevenção relacionadas à COVID-19 foram tomadas pelas autoridades sanitárias do país de acordo com cada região e das esferas administrativas (governo federal, governos estaduais e municipais). Entre as

medidas, estavam os decretos de fechamento do comércio e de locais públicos, e suspensão de transporte público, sendo mantidas apenas atividades consideradas essenciais de acordo com o decreto nº 10.282, publicado no Diário Oficial da União em 20 de março de 2020.

As instituições de ensino municipais e federais, por exemplo, anunciaram a antecipação das férias escolares, suspendendo todas as atividades presenciais. Nesse sentido, o distanciamento social exigido pelas autoridades pretendia evitar aglomerações na tentativa de impedir a contaminação em massa. Isso porque era temido em 2020 que o sistema de saúde se sobrecarregasse, faltando leitos e respiradores para os infectados o que, conseqüentemente, levaria a um colapso no sistema de saúde. Infelizmente, o colapso aconteceu meses depois em Manaus, tanto no Sistema Público de Saúde (SUS) quanto no sistema privado (Barreto *et al.*, 2021).

Com a suspensão das aulas presenciais, as escolas tiveram de testar e aplicar diferentes estratégias na tentativa de garantir, mesmo que à distância, a escolarização das crianças e dos adolescentes. A solução encontrada pela maioria das escolas públicas e particulares foi a migração do trabalho presencial para a modalidade *online* por meio do uso de tablets, celulares, computadores e notebooks, permitindo que alunos continuassem assistindo às aulas de casa. Mas é preciso ressaltar que nem todos puderam ter acesso a essa tecnologia, enfatizando a desigualdade no Brasil. Portanto:

A entrada abrupta da virtualidade como sistema transformou ampla e subitamente a realidade das escolas instituindo novas bordas à sala de aula: menos inclusivas por um lado afinal muitas crianças não conseguem a acessibilidade e, paradoxalmente, mais “inclusivas” por outro já que se começou a ver pais, irmãos e parentes adentrarem o espaço das aulas. A intimidade e singularidade dos alunos literalmente “pularam na cena”, aparecendo nas telas de modo evidente e borrando a fronteira entre o público e privado tão cara à instituição escolar (Lerner; Voltolini, 2021, p. 1).

Diante disso, as famílias se viram obrigadas a adotar o “*homeschooling* temporário” como alternativa para que seus filhos continuassem no processo de aprendizagem escolar. Essa maneira de educar acontece quando a escola não está em um lugar específico, como em um local público, mas dentro do espaço privado das famílias. Além disso, as atividades educativas que antes eram dirigidas por uma equipe pedagógica passam, nesse novo formato, a serem administradas pelos pais ou responsáveis presentes no ambiente doméstico (Klinko; Carvalho, 2021).

De acordo com Klinko e Carvalho (2021), a experiência escolar não é constituída apenas pela transferência de conhecimento, mas sim por ser “um espaço e um tempo de

transição entre âmbitos privado e público”, funcionando como “uma forma de separação da ordem produtiva e como anteparo ao universo familiar” (Klinko; Carvalho, 2021, p. 58).

Ou seja, a escola, além de ser o local onde a criança desenvolve seu processo de aprendizagem, é uma instituição responsável por promover a transição do ambiente familiar e privado no qual a criança vive para um mundo plural e compartilhado, podendo conviver com outras pessoas que não sejam os familiares. Dessa forma, “enquanto os alunos experienciam a escola, suas narrativas individuais e privadas são suspensas por um intervalo de tempo, o que permite a eclosão de novos modos de se posicionar frente aos outros e ao mundo” (Klinko; Carvalho, 2021, p. 62).

Dunker (2020) também afirma a importância do papel da escola no processo de subjetivação da criança:

Do ponto de vista da institucionalidade, a escola é o lugar onde aprendemos que a lei não foi feita de modo caprichoso por herdeiros ou assemelhados de nossos parentes. Na escola, descobrimos que podemos ser substituídos por qualquer outrem e que podemos ser comparados com os outros. Na escola a lei torna-se impessoal, vale para todos, não se aplica conforme o gosto ou predileção do professor, do coordenador ou da direção (Dunker, 2020, p. 25).

Com o fechamento das escolas, as crianças perderam este importante espaço de transição. Por mais de um ano, não houve convivência entre alunos e professores, impedindo com que as crianças saíssem do universo familiar.

Da mesma forma que crianças e adolescentes perderam temporariamente esse importante espaço físico da escola, muitos adultos tiveram suas rotinas modificadas devido às medidas de isolamento e distanciamento social. Segundo o IBGE-PNAD COVID-19 (Saraiva; Barros, 2020), em maio de 2020, eram 8,7 milhões de trabalhadores em atividade remota (representando 13,3% das pessoas ocupadas no Brasil).

A mudança para o trabalho remoto, o isolamento social e as incertezas sobre a economia do país geraram um impacto significativo na saúde mental dos trabalhadores. Um estudo foi realizado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 2020 em 28 países, apontando que 42% dos trabalhadores relataram aumento do estresse relacionado ao trabalho durante a pandemia (OMS, [2023]).

Com relação ao novo cenário, pesquisas demonstram que as medidas de distanciamento social na pandemia, apesar de serem eficazes na contenção do vírus, geraram consequências em relação à saúde mental e à qualidade de vida da população, de adultos e crianças (Bezerra *et al.*, 2020; Santos *et al.*, 2021; Rocha *et al.*, 2021).

Na pesquisa realizada por Rocha *et al.* (2021), através de uma revisão integrativa, os autores buscaram compreender os efeitos psicossociais do isolamento e do distanciamento social em uma amostra da população. Como resultado, foi encontrado o impacto negativo na saúde mental e na qualidade de vida: instabilidade de humor, níveis elevados de ansiedade, situação de estresse, frustração, solidão, raiva e alteração de padrão de sono. Além desses sintomas, fatores relacionados à instabilidade econômica e incertezas que permeiam a doença foram fatores determinantes para maiores comprometimentos psicológicos.

Em uma pesquisa de opinião realizada no Brasil em 2020 por Bezerra *et al.*, (2020) em redes sociais, para diversas pessoas, com diversos perfis socioeconômicos, foram obtidos diferentes resultados de acordo com a renda e com a escolaridade. O convívio social foi o aspecto mais afetado entre os entrevistados com maior escolaridade e renda, por outro lado, para pessoas com menor escolaridade e menor renda, problemas financeiros geraram maior impacto. Os autores concluíram, portanto, que a vivência da pandemia, bem como os sofrimentos gerados, varia conforme a renda, a escolaridade, a idade e o sexo. No entanto, a maior parte dos entrevistados acredita que o isolamento e o distanciamento social é a medida de controle mais indicada para a situação atual.

Ao analisarmos os sofrimentos psíquicos sob a ótica psicanalítica, Kupperman (2022), baseando-se na teoria de Ferenczi, afirma que catástrofes como a pandemia trazem à tona uma cena de destruição que exige uma renúncia, mas ao mesmo tempo, despertam uma parte adaptativa. Destruição pelo que se perde diante da catástrofe e adaptação, porque diante dessa perda, há um movimento progressivo, guiado pelo desejo, de restaurar os antigos modos de satisfação já vivenciados. Nesse sentido, para o autor, a catástrofe é um evento desestruturante e, ao mesmo tempo, estruturante, no sentido de buscar novas formas de satisfação libidinal. Portanto, Kupperman (2022) afirma que, nessas situações, reagimos através de movimentos regressivos, que podem ser benignos (no sentido de estimular a adaptação) ou malignos (quando há recusa da nova situação que se apresenta). Em qualquer uma dessas formas, há um grande trabalho psíquico diante da catástrofe, o que talvez explique o cansaço de muitas pessoas ao longo da pandemia (Kupperman, 2022).

Barros e Barros (2022) destacam a considerável capacidade da pandemia de desencadear uma variedade de medos primitivos, fragilidades, angústias relacionadas à morte e incertezas sobre o futuro. Os autores referem-se a essa situação como uma “assembleia geral de todos os medos”, enfatizando o grande potencial da pandemia de despertar sentimentos e fantasias de maneira tão intensa a ponto de prejudicar ou impossibilitar a capacidade de representação e simbolização do psiquismo.

Além disso, os autores afirmam que as vivências traumáticas da pandemia podem produzir ressonâncias simbólicas que se ligam a outros processos psíquicos latentes do sujeito. Eles sugerem que “a pandemia é colorida por e colore nosso medo mental de realidade (nossas paisagens internas), assumindo os contornos daquilo que mais nos desassossega” (Barros e Barros, 2022, p. 137). Ou seja, as experiências vividas durante a pandemia têm a possibilidade de se fundir com conteúdos que existiam de maneira latente anteriormente.

Enquanto que a autora Minerbo (2020) vai diferenciar o trauma da pandemia, dos outros traumas vivenciados na guerra ou em um terremoto por exemplo. A autora propõe a ideia de “trauma branco” para se referenciar a pandemia, enfatizando a falta de representação psíquica, já que ninguém possuía elementos para elaborar esta vivência.

A autora relaciona essa experiência com o conceito do infamiliar, proposto por Freud (2019 [1919]), propondo que, além de a pandemia não ter uma representação psíquica, ela suscita uma sensação inquietante, de algo não familiar, que se sobrepõe ao que era familiar. Por exemplo, estar em casa com os filhos, algo comum e familiar que costumava acontecer cotidianamente, tornou-se inquietante porque ninguém estava fazendo isso por escolha, mas sim por uma imposição relacionada ao risco de sair de casa, nunca vivido anteriormente. Dessa forma, algo ameaçador acaba se sobrepondo ao que era familiar (Steinwurz, 2022).

Diante da sensação de que nada mais é o mesmo e que tudo está incerto, a autora afirma que tal situação se tornou uma experiência emocional excessiva e difícil de metabolizar.

Portanto, com base nos estudos desses autores, é possível compreender que o sofrimento psíquico advindo da pandemia está fortemente relacionado com sua intensidade e incerteza, o que dificulta ou impossibilita a metabolização dos elementos, impedindo a simbolização. Nesse contexto, surgem os sintomas descritos acima (ansiedade, estresse, alteração de sono), como uma forma de evidenciar tais dificuldades.

Além desses desafios, as consequências da pandemia tornaram-se uma grande demanda para os pais. A conciliação entre o trabalho e o cuidado infantil, o aumento do uso de telas, a sobrecarga emocional e a maior convivência são exemplos de novos desafios impostos à parentalidade no ano de 2020.

O estudo realizado por Santos *et al.* (2021) nos alerta para o impacto social e psicológico na vida das crianças e dos adolescentes. O isolamento social foi associado com fatores de depressão, ansiedade, maior tempo de tela e utilização da internet. Diante disso, o adoecimento mental desse público e as repercussões no desenvolvimento infanto-juvenil

precisam ser considerados.

Desse modo, os estudos concluem, de forma geral, que o isolamento e o distanciamento social geraram efeitos psicossociais e interferiram na qualidade de vida da população, além de gerar um grande impacto no convívio familiar.

No que diz respeito ao convívio da família, Schmidt *et al.* (2020) notaram que, diante do longo período de isolamento social, algumas famílias puderam fortalecer laços afetivos, enquanto outras vivenciaram um aumento no nível de estresse e dos conflitos entre os membros, destacando desentendimentos conjugais e parentais.

Resultados semelhantes foram encontrados no estudo de Santos *et al.* (2022), ao analisar o significado da família na pandemia para alguns jovens brasileiros através do procedimento Desenho-Estória com Tema (PDE-T), observando mudanças nas relações familiares nesse período. Alguns entrevistados descreveram um distanciamento afetivo familiar refletido por desentendimentos e um ambiente desfavorável para o desenvolvimento considerável saudável. Por outro lado, alguns jovens relataram uma aproximação entre seus familiares haja vista que passavam mais tempo juntos, descrevendo um ambiente familiar de interações prazerosas. Os autores (Schmidt *et al.*, 2020; Santos *et al.*, 2022) concluem, portanto, que a experiência da pandemia aponta para um estresse na família, bem como uma ameaça ao bem-estar familiar nesse contexto.

Por fim, nota-se que ainda há poucas pesquisas no que se refere aos impactos da pandemia no exercício da parentalidade nas famílias brasileiras e, por isso, há a necessidade de pesquisas sobre o assunto.

3 FAMÍLIA E PARENTALIDADE

3.1 Definições e Aspectos Históricos

Enquanto uma instituição, a família vem sendo definida de diferentes formas e por diversas disciplinas. Em 2016, o dicionário Houaiss definiu o verbete “família” como “núcleo social de pessoas unidas por laços afetivos que geralmente compartilham o mesmo espaço e mantêm entre si relação solidária”, com o intuito de ampliar a definição e englobar novas configurações de família. Porém, tais definições não seriam suficientes para compreendermos em nosso estudo o papel da família na constituição do sujeito.

Segundo Correa (2000), o que podemos encontrar em comum em grande parte das definições é a referência do grupo de pessoas coabitando um mesmo lugar, ou seja, a casa ou o habitat familiar caracterizado como um espaço que protege e abriga os membros, além de separar o conhecido do desconhecido e gerar o sentimento de familiaridade.

Ao analisar o legado familiar e cultural como elementos significativos na configuração da subjetividade, Correa (2000, p.35) define o grupo familiar como “unidade social ou sistema formado por um grupo de pessoas com laços de parentesco ou aliança” e afirma que o grupo está mais centrado em uma perspectiva de um espaço psíquico do que na perspectiva de um grupo real. Por estar relacionado ao espaço psíquico, seria inviável conceber um modelo de agrupamento familiar universal, já que existe diversidade individual e pluralidade de modelos culturais.

A autora ainda diz que a família é um grupo com características singulares e plurais que reúne elementos de continuidade estabelecidas e inclui laços de aliança, filiação e fraternidade. Nesse sentido, a estrutura do parentesco é que vai ordenar as relações estabelecidas, indicando lugares a serem ocupados, mas sem determinar a função de cada um no grupo, pois as pessoas irão assumir um papel diferente, de acordo com a história do grupo e aquilo que for transmitido entre as gerações.

O funcionamento psíquico do grupo familiar está regido pelo tabu do incesto, a lei que fundamenta todas as culturas e determina a relação entre os familiares. Na psicanálise, esse tabu é representado pela ameaça simbólica de castração vivida, conforme Freud (2006 [1905]), por volta dos cinco anos ao adentrar no processo do complexo de Édipo, que tem sua origem no desejo incestuoso da criança com o pai ou a mãe e a rivalidade com o outro.

O temor da castração leva ao deslocamento da pulsão sexual para outras finalidades, como o processo de sublimação, contribuindo para que a lei se concretize e sirva como interdito, organizando as relações de parentesco. Esse movimento de descolamento assinala a

entrada do indivíduo na vida sociocultural.

Nesse contexto, Julien (2000) aponta que a família é responsável por transmitir os interditos e estabelecer a estrutura de parentesco que vai definir lugares simbólicos, promovendo um discurso que organiza os lugares de cada um no grupo.

Portanto, notamos que o grupo familiar é um grupo primário, que fundamenta a estruturação do psiquismo e inaugura a construção dos vínculos intersubjetivos, constituindo-se como um espaço no qual “circulam fantasias, afetos intensos, o mundo pulsional, mecanismos de defesa e processos de identificação, assim como diversos pactos e alianças inconscientes já assinalados” (Correa, 2000, p. 38).

A estrutura vincular que se articula no grupo familiar é matriz básica da configuração do psiquismo e modelo para as primeiras identificações estabelecidas pelo sujeito. A família é quem inaugura o espaço intersubjetivo e, mais tarde, os modelos de identificação se ampliam com a convivência com os grupos secundários, inserindo-se em um contexto de pertença cultural (Correa, 2000).

Nesse contexto familiar, surge a parentalidade, termo que começou a ser utilizado pela literatura psicanalítica francesa a partir dos anos 60. Ele designa não só o processo da relação entre pais e filhos, mas também os processos psíquicos e as mudanças subjetivas advindas do nascimento de um filho. A parentalidade, portanto, se constitui como um aspecto fundamental da dinâmica familiar e do desenvolvimento psíquico do indivíduo.

Apesar de não ser um termo de uso exclusivo da psicologia ou da psicanálise, é no campo psicanalítico que buscamos refletir sobre as novas configurações familiares e as transformações em voga na sociedade que refletem na família, nos convocando aos estudos sobre o assunto (Zornig, 2010; Gorin *et al.*, 2015). Compreende-se na psicanálise, que o processo de tornar-se pais “vai além do biológico, envolvendo aspectos conscientes e inconscientes, que passam pela história da família de cada um dos pais e pelo contexto sociocultural em questão” (Gorin *et al.*, 2015, p. 8).

A parentalidade é construída no seio do aparelho intrapsíquico como produto da intersubjetividade e transgeracionalidade, organizando o pensamento dos pais e das crianças e evidenciando que cada um tem atribuições e obrigações diferentes. Portanto, pode ser considerada um “tipo de estrutura que se instala em ação e evolui com o desenvolvimento do indivíduo e a evolução do grupo familiar” (Solis-Ponton, 2004, p. 29).

A criança contribui ativamente para a organização da parentalidade, sendo o elemento responsável por inaugurar a tríade. Ela encontra “seu lugar na família a partir do confronto do

bebê imaginário com o bebê real e da adaptação dos pais às necessidades do recém-nascido” (Solis-Ponton, 2004, p.32).

Em relação ao bebê imaginário, Lebovici (2004 *apud* Solis-Ponton, 2004) acredita que é através dele que o processo de parentalização se inicia. Durante a gravidez, os pais imaginam um bebê de acordo com seus desejos e suas ideais. Eles escolhem um nome, repleto de significados conscientes e inconscientes, que vão garantir a ele um lugar a ser ocupado na história familiar. Dito isso, o bebê imaginário seria o portador da história transgeracional, a qual:

[...]inclui elementos da história dos pais, dos avós, frequentemente de conflitos, mas também inclui a criança mítica. Todos esses elementos vão se concentrar no mandato transgeracional transmitido à criança. Quando procuramos um mandato transgeracional, vemos que os pais se uniram para fazer um filho portador desse mandato. E os avós têm um papel primordial nesse assunto (Lebovici, 2004 *apud* Solis-Ponton, 2004, p. 22).

Quando o filho nasce, os pais vão se deparar com o bebê imaginário e com o bebê real, e este vai frustrar seus pais ao mesmo tempo em que irá estimular o narcisismo parental. Esse estímulo é o que faz a criança tornar-se “sua majestade, o bebê” aos olhos de seus pais, como Freud (2010a [1914]) elucidou. Tal processo é importante para que a criança se sinta objeto de desejo de seus pais e se constitua como sujeito.

Enquanto a criança se constitui, ela parentaliza seus pais e estes têm a função de capacitar psiquicamente a criança a viver em sociedade, ajudando-a a renunciar a satisfação pulsional e inserindo-a nas leis da cultura.

O horror ao incesto e ao totemismo, que organizam e estruturam o psiquismo individual e grupal segundo Freud (2012 [1913]), são a origem da parentalidade como estrutura psíquica. A lei paterna é responsável pela interdição do desejo incestuoso, garantindo a civilidades tanto nas relações familiares como sociais, impedindo que o sujeito seja movido somente por seus impulsos. Desse modo, os “interditos e as regras que formam o núcleo da parentalidade são o alicerce da organização social” (Solis-Ponton, 2004, p.36).

Lebovici (2004 *apud* Solis-Ponton, 2004) afirma que a parentalidade é produto do parentesco biológico e do processo de parentalização descrito acima partir do bebê imaginário e, mais tarde, do bebê real. Portanto, no processo de parentalização, é preciso, antes de mais nada, que os pais exerçam uma reflexão sobre sua descendência, aceitando que herdaram de seus pais uma história que lhes precede.

Complementando essa teoria, Moro (2005) vai dizer que a parentalidade é construída por diversos aspectos distintos, denominando-os de “ingredientes”. Alguns deles são coletivos, pertencentes à sociedade, são históricos, jurídicos, sociais e culturais e podem vir a mudar com o tempo. No entanto, outros ingredientes são pertencentes ao íntimo do indivíduo pai/mãe.

Portanto, a parentalidade é constituída por elementos conscientes e inconscientes, advindos de suas próprias vivências como filho, de seus traumas infantis, da sua própria história familiar ou da história do casal parental. De maneira geral, são ingredientes são transmitidos ou, muitas vezes, escondidos de geração para geração e que vem a constituir a parentalidade.

Além dos aspectos advindos dos pais Moro (2005) menciona a existência dos fatores que pertencem à própria criança, já que ela também é responsável pela parentalização de seus pais. Existem bebês que facilitam essa tarefa, enquanto outros exigem mais dos pais.

Nesse contexto, Zornig (2010) concorda que a história individual dos pais influencia no modo como a parentalidade será exercida e acrescenta que o processo não se inicia somente com a chegada de um filho, mas sim na infância de cada indivíduo. No início da vida, ao receber os cuidados parentais, a criança estabelece suas identificações, que deixam marcas em seu psiquismo e influenciam nas fantasias e nos vínculos estabelecidos ao longo da vida. Mais tarde, quando se torna pai ou mãe, essas identificações da infância são reatualizadas e influenciam a forma como a parentalidade será exercida (Zornig, 2010).

Portanto, a autora conclui que o processo de filiação tem seu início a partir da “transmissão do consciente e inconsciente da história infantil dos pais, de seus conflitos inconscientes, da relação com seus próprios pais, que colorem sua própria representação sobre a parentalidade” (Zornig, 2010, p. 457). Por isso, o nascimento do filho pode provocar uma mudança irreversível no psiquismo parental, podendo até mesmo retificar a história infantil dos pais.

Embora a chegada de um filho possa reparar falhas na história parental, Zornig (2010) afirma que pode ser desencadeadas fantasias e desejos dos pais relacionados a sua própria história de vida, principalmente em relação às suas figuras parentais. A autora chama de “fantasmas edípicos”, as fantasias que podem surgir neste período, instalando afetos ambivalentes na relação entre os pais e o bebê, e também na relação do casal. Com isso, os fantasmas edípicos influenciam na forma como os pais se relacionam com os filhos e o modo como constroem a parentalidade.

A autora nos lembra que é comum o pai se sentir excluído diante da díade mãe-bebê, deparando-se com uma antiga e conhecida vivência de sentir-se excluído, como um dia sentiu na relação de seus pais, ao mesmo tempo que seria comum encontrar mães com dificuldades de renunciar ao modelo idealizado de maternidade, podendo vir a sentir-se inadequada ou insuficiente para a função (Zornig, 2010). Tais vivências podem trazer desequilíbrios e rupturas na vida do casal.

A partir da análise dos autores que se dedicaram a entender a construção parentalidade é construída, pode-se compreender que o processo de se tornar pais traz à tona a história, os fantasmas e os mitos familiares de cada um deles. Com a chegada do filho, as lembranças se manifestam, e inicia-se o processo de imaginar e idealizar o novo membro da família, que receberá uma herança geracional antes mesmo de nascer, podendo, então, integrar a história geracional da família.

Os pais vão sendo parentalizados pela criança à medida em que vão conseguindo ler as necessidades do bebê, oferecendo os cuidados necessários a ele. Isso quer dizer que a parentalidade é constituída a partir de aspectos da cultura na qual a família está inserida, das características do casal e também do indivíduo. Após discorrer sobre a organização da parentalidade, faz-se necessário avançar no estudo e buscar compreender como está o exercício da parentalidade nas famílias contemporâneas.

Após examinarmos as definições e funções da família e da parentalidade, torna-se necessário analisar as significativas transformações que esses conceitos passaram ao longo do tempo. Essas mudanças envolveram alterações na configuração familiar, nos papéis desempenhados pelos seus membros e nas posições que ocupavam, refletindo as mudanças culturais em constante movimento.

Weissmann (2017) utiliza o termo “famílias” no plural para designar o grupo familiar como uma produção vincular cultural e de época, que está amplamente imerso em um contexto cultural específico, diferenciando-se uma das outras conforme o modelo sociocultural se modifica. Portanto:

Pensar na família é pensar em um entroncamento sujeito-vínculo-cultura. É pensar nas mudanças que o sociocultural produz na família e na influência que esta tem, por sua vez, nas mudanças de época. Ou seja, apontamos a família como produzida e produtora ao mesmo tempo, como intermediária entre o sujeito e a cultura. Está imersa na cultura, da qual toma seus valores e ideais, os “metaboliza” e os reenvia, em um intercâmbio constante e recíproco. Deve tentar um delicado equilíbrio entre os valores que recebe da cultura, os que recebe de suas famílias de origem e aqueles que correspondem a cada sujeito (Amoreset *al.*, 2013, p. 69).

Em face da história ocidental, podemos notar que, à medida que a sociedade foi se transformando, a família foi se modificando, já que os papéis dos membros estão diretamente relacionados ao contexto social. Isso porque, na sociedade pré-moderna, a família era definida pelo sistema do patriarcado e tinha como principal função a transmissão do patrimônio, não levando em consideração a vida afetiva do casal. O pai detinha toda a autoridade sobre a família e era visto como representante de Deus na terra, possuindo um poder incontestável.

Já a mãe restringia-se ao trabalho doméstico e à reprodução da prole, estando, também, excluída dos papéis públicos e das responsabilidades políticas. Acerca das crianças da pré-modernidade, ainda não existia a ideia de separação entre o “mundo adulto” e o “mundo infantil” e, sem existir o sentimento de infância, a criança era reconhecida como um pequeno adulto.

As escolas eram frequentadas apenas pelos clérigos e a criança se misturava com os adultos nas atividades produtivas da família. Alguns historiadores e cientistas vão nomear essa configuração de família como “família extensa” pelo fato de os membros conviverem no mesmo espaço: casal parental, filhos e agregados compartilhados com os mesmos cômodos (Ariès, 1981; Roudinesco, 2003; Birman, 2007).

No final do século XVIII, com a Revolução Francesa e a ascensão da burguesia, há uma reconfiguração da sociedade e a família sofre modificações em sua formação e nos papéis dos membros. A sociedade moderna substitui a comunidade antiga através da chegada da democracia, laicidade e ciência, modificando profundamente a relação privada da família. Em vista disso, convém apontar que “a modernidade se define por uma nova clivagem entre privado e público, o privado torna-se lugar da conjugalidade e o público o da parentalidade” (Julien, 2000, p.11).

Então, o privado deixa de ter um sentido negativo daquilo que é excluído da ordem pública e passa a ter um sentido positivo relacionado à intimidade do casal e da dinâmica íntima da família.

O casal dispõe de um espaço particular, assim como as crianças, preservando a intimidade dos adultos e separando a criança de tais acontecimentos. Constitui-se, nesse momento da história, a família nuclear, que recebe esse nome por ser formada apenas pelas figuras parentais e filhos, dentro de espaços privados de suas casas, sem mais agregados (Julien, 2000; Birman, 2007).

No que concerne aos papéis dos membros, o homem tem seu poder relativizado, mantendo sua autoridade apenas no espaço privado, já que outros signos mais ostensivos de poder surgem no espaço público, como, por exemplo o Estado. Roudinesco (2003) alega que a

imagem do pai dominador cedeu lugar à imagem de uma paternidade ética. Outros autores vão falar sobre um declínio da autoridade paterna nesse cenário, que reverberou em consequências para a família e para a subjetividade dos indivíduos (Julien, 2000; Birman, 2007).

Em relação à mãe, além do seu papel com os cuidados da casa, nesse período, a gestão da saúde e da educação dos filhos se tornam sua responsabilidade. Badinter (1985) aponta que, a partir do século XVIII, começou a emergir uma nova imagem da mãe, cujas características diferenciam-se da antiga indiferença materna dos séculos anteriores e são características de uma “boa mãe”. Para autora essa mudança ocorreu diante de dois fatores: os discursos científicos e filosóficos (estes passaram a ditar quais condutas seriam ideais para a mulher criar seus filhos) e o interesse da mulher.

Somente a fala de médicos ou de filósofos, como Rousseau em sua obra *Èmile*, dizendo qual seria a conduta ideal de uma mãe, não seria suficiente para mudar esse cenário. Para a mulher, haveria um lado benéfico diante da “esperança ou não de desempenhar um papel mais gratificante no seio do universo familiar, ou da sociedade” (Badinter, 1985, p. 199). Com isso, a mulher passou a desempenhar o papel de boa mãe, aceitando se sacrificar a fim de que seu filho viva melhor e junto com ela.

A preocupação com a infância partiu do momento em que ideias quanto à preocupação moral, normas de comportamento social e educação tornaram-se valorizadas pela sociedade. As crianças ganham, assim, um lugar de destaque no âmbito social. A percepção que se tinha anteriormente se modificou e a infância se tornou uma etapa distinta e importante na concepção de adultos saudáveis. Ela deixa, então, de ser vista como um pequeno adulto e fica isolada das responsabilidades cotidianas, não participando mais das atividades produtivas, e dedicando-se à escola, à sua educação (Ariès, 1981).

O surgimento da escola como instituição de ensino é um marco importante na sociedade, possuindo um propósito de controle e sendo um lugar necessário para a criança aprender as ditas boas práticas. Desse modo, a família passa a se organizar torno da criança e transforma-se em um lugar de afeição entre os cônjuges e entre pais e filhos. Além disso, a adolescência começou a ser vista como parte do desenvolvimento humano (Ariès, 1981; Gorin *et al.*, 2015).

Averiguando tais transições, podemos notar que houve transformações nos papéis dos membros: poder paterno relativizado, mãe com novas funções e infância sendo mais valorizada. Qual seriam, portanto, as consequências de tais mudanças para a família e para a subjetividade dos indivíduos?

Partindo das ideias de Birman (2007), é preciso inscrever todas essas mudanças no campo da biopolítica, que seria constituinte da modernidade ocidental e responsável pelas mudanças não só da dinâmica da sociedade, mas também no que diz respeito à ordem familiar e no processo de subjetivação do indivíduo. Nas palavras do autor: “do nascimento à morte, as diferentes idades, as vidas passaram a ser objeto de vigilância biopolítica” (Birman, 2007, p. 51).

O termo “biopolítica” foi utilizado por Foucault (1976) para designar a modalidade de governar a sociedade instalada no final do século XIX que tinha a população como objeto e alvo do poder. Na lógica do autor, o governo começa a ter como prioridade a defesa da vida e do bem-estar da população, na medida em que esses fatores interferem diretamente no crescimento e na segurança do Estado.

Comprova-se, então, que o poder executivo controla as taxas de natalidade, mortalidade e saúde da população como forma de fortalecer o Estado e, para isso, a medicina é um recurso indispensável. Nesse sentido, os médicos tornaram-se um novo personagem no seio da família, a partir do século XIX, e a mãe, sua fiel interlocutora e assistente (Badinter, 1985; Birman, 2007; Lima, 2007). Diante disso, o “[...] principal objetivo dos médicos deveria ser a prevenção da doença, o que exigiria simultaneamente a produção de saberes sobre a cidade e a população e a intervenção do médico no espaço social” (Lima, 2007, p.98).

Em seu trabalho, Lima (2007) discute sobre pediatras brasileiros que dispuseram a escrever manuais de puericultura nas primeiras décadas do século XX, em um movimento que tinha como principal foco ensinar às mães os cuidados necessários com seus bebês e colocá-las como responsáveis pela concepção de crianças saudáveis. Nasce aqui o termo “mãe-higiênica”, que seria “devotada, habilidosa, determinada e obediente”.

Com base nesse conceito, “a mãe ideal seria capaz de descrever minuciosamente ao pediatra tudo o que pudera observar em seu filho e, em seguida, com o mesmo detalhamento, trataria de cumprir suas recomendações” (Lima, 2007, p. 122). Dessa maneira, a vigilância materna sobre seus filhos deveria ser ilimitada, preocupando-se em tempo integral com a saúde de seus filhos, caso contrário, iria lidar com a culpa diante da negligência. Dito isso, é possível dizer que:

A nova mãe passa, portanto muito mais tempo com o filho do que a sua própria mãe passara com ela. E é bem o fator “tempo” que melhor marca a distância entre duas gerações de mulheres. As antigas mal “tomavam conhecimento” da prole, e consagravam o essencial de seu tempo a si mesmas. As novas vivem constantemente junto dos filhos. Amamentam, vigiam, dão banho, vestem, levam a passear e cuidam (Badinter, 1985, p. 211).

Nessa circunstância de mudanças influenciadas pela biopolítica do século XIX, Birman (2007) vai relacionar o dispositivo biopolítico com o discurso freudiano, nos mostrando que as mulheres estudadas inicialmente por Sigmund Freud tinham sua subjetividade e seu sofrimento psíquico pautados nessa estrutura social. A mãe-mulher, conhecida como a mãe-higiênica, sacrificava-se, nesse período da modernidade, em nome dos cuidados e dos investimentos em seus filhos, direcionando toda sua energia libidinal à gestão e à ordem de sua família.

Badinter (1985) caracteriza a vida da mãe da modernidade da seguinte forma:

Esse trabalho de tempo integral a monopoliza totalmente. Cuidar dos filhos, vigiá-los e educá-los exige sua presença efetiva no lar. Totalmente entregue às suas novas obrigações, não tem mais tempo nem desejo de frequentar os salões e fazer vida mundana. Seus filhos são suas únicas ambições e ela sonha para eles um futuro mais brilhante e mais seguro ainda do que o seu. A nova mãe é essa mulher que conhecemos bem, que investe todos os seus desejos de poder na pessoa de seus filhos (Badinter, 1985, p. 212).

Na psicanálise, a mulher da modernidade foi interpretada através de uma leitura libidinal, em que toda sua energia era direcionada para a gestão da ordem familiar, enquanto o homem protegia-se de suas obrigações e preocupações parentais por conta de sua inserção no espaço público (Birman, 2007).

Lima (2007) ressalta que:

[...] as mulheres eram levadas a aceitar o único papel socialmente valorizado para elas, confiantes de que assim estariam assumindo sua mais nobre missão social, aquela para a qual eram insubstituíveis, e ainda a que lhes permitiria experimentar um estado de maior completude e vitalidade. A mãe, portanto, era, como ainda é, retratada como uma mulher superior (Lima, 2007, p. 113).

Os sacrifícios femininos ficaram evidentes no discurso psicanalítico e psiquiátrico no qual a mulher era enunciada como histérica, de forma que a insatisfação era frequentemente citada. Kehl (2017) afirma que a histeria seria a forma do mal-estar feminino característico do século XIX e “[...] teria sido uma solução de compromisso, por parte das mulheres, entre antigas posições, acompanhadas de modalidades já bem delimitadas de gozo, e novos anseios que traziam consigo angústias características do retorno do recalcado” (Kehl, 2017, p.13).

Ainda com relação a isso, a figura moderna feminina, na leitura freudiana, seria resultante dos processos históricos e biopolíticos, nos quais a mulher foi reduzida à maternidade. Isso implicaria em desdobramentos para em seu processo de subjetivação – diante do custo de sacrificar sua própria libido em devoção da prole – e no de seus filhos, uma

vez que a identificação era feita com uma pessoa empobrecida de si e de sua potência libidinal (Birman, 2007).

Em uma análise psicanalítica da figura materna, o autor nos lembra que “aquilo que aparece no fantasma da menina no registro da identificação se anuncia no fantasma do menino no registro do objeto de desejo”. Mas essa figura, constituída no campo da biopolítica, seria a de uma mulher que foi sacrificada em nome da maternidade, o que inviabiliza o processo de identificação e de tornar-se objeto de desejo. Devido ao sacrifício libidinal materno, surge, nos filhos o sentimento de dívida eterna e por parte da mãe cobranças e culpabilizações que, na visão do autor, seria para o resto da vida, embora pudesse piorar com a saída de casa dos filhos (Birman, 2007).

Analisando a configuração da sociedade e da família moderna, Freud caracterizou a neurose –forma de subjetividade característica da civilização do século XIX –com base nas relações internas da família moderna entre um pai autoritário, uma mãe com seus desejos reprimidos. Minerbo (2019) expõe que a cultura na qual o sujeito vive, representada por um conjunto de formas e representações simbólicas, é a base da subjetivação do indivíduo, fundamentado na apreensão desses símbolos. Ou seja, a cultura é determinante na forma de ser e sofrer do sujeito, bem como nas relações familiares.

3.2 Contemporaneidade

Nos dias atuais, não podemos mais pensar na família com lugares e funções pré-estabelecidas, como observamos na família durante a idade média e a idade moderna. A imagem de um pai autoritário, responsável financeiramente pela família, e de uma mãe, que abdicou de sua vida para gerir a ordem familiar, já não são mais características da contemporaneidade. Passamos de uma família tradicional-patriarcal para a família-plural contemporânea, que pode ser definida como “democrática, horizontal, de forma que o poder se encontra descentralizado e repartido entre os membros” (Weissmann, 2008, p. 77).

Para Roudinesco (2003, p. 1550), a família contemporânea assemelha-se à uma “rede assexuada, fraterna, sem hierarquia e nem autoridade, na qual cada um se sente autônomo ou funcionalizado”. As principais mudanças são o declínio da autoridade da figura paterna, a ascensão da figura materna e os filhos com um lugar central na atenção e na preocupação dos adultos. Além dessas mudanças relacionadas aos membros, notamos que a individualidade e a ausência de autoridade são características presentes que geram consequências na dinâmica familiar (Rojas, 2010; Zanetti; Gomes, 2011).

Ao descrever as transformações vivenciadas pela família durante a modernidade,

Singly (2007) estabelece uma relação entre o individualismo na década de 60 e algumas mudanças na família, como, por exemplo, o casamento e sua durabilidade. Consoante ao autor, no século XIX, o interesse encontrava-se no casamento e a realização do indivíduo a partir desse compromisso social.

Após os anos 60, o foco deixou de ser o grupo familiar e recaiu na valorização da individualidade e na autonomia do sujeito. Isso porque a contemporaneidade começa a valorizar a dimensão individual, a liberdade pessoal, a autonomia e a singularidade do sujeito como forma de conquistar a felicidade. A figura do sujeito individualizado é definida por si mesmo e não mais por sua religião ou família, sendo livre para transitar em universos simbólicos diferentes, respeitando e enfatizando sempre sua singularidade. Esses novos valores contemporâneos corroboram para mudanças na concepção e duração do matrimônio (Borges; Magalhães; Feres-Carneiro, 2014).

No tocante à conjugalidade prevalece o ideal contemporâneo a autonomia e a satisfação individual em vez da dependência entre os cônjuges. Com isso, o casamento deixa de apresentar o valor simbólico dos séculos anteriores e enfrenta novas dificuldades, como o difícil convívio entre individualidade e conjugalidade. Féres-Carneiro (1998) salienta que:

Se por um lado, os ideais individualistas estimulam a autonomia dos cônjuges, enfatizando que o casal deve sustentar o crescimento e o desenvolvimento de cada um, por outro, surge a necessidade de vivenciar a conjugalidade, a realidade comum do casal, os desejos e projetos conjugais (Féres-Carneiro, 1998, p. 23).

Nesse ínterim, há mudanças e novos desafios a serem enfrentados pelo casal na atualidade. O foco não é mais o amor romântico, e sim a satisfação individual, tendo o divórcio como saída aos empasses enfrentados pelo casal. Assim, surgem as famílias recompostas, ou como Jablonski (2003) preferiu chamar, “família pluralística”, que teria como principal característica a aceitação e a convivência com vários tipos de arranjos familiares: novos casamentos e famílias reconstituídas. Essas são compostas por um genitor e seus filhos, pai/mãe em uma segunda união com seus filhos.

Encontramos também novos arranjos familiares, como as famílias monoparentais, homoparentais e casais que optam por não ter filhos. Outras formas não tradicionais de conceber filhos aparecem como a fertilização in vitro e a barriga de aluguel. Sobre as novas configurações familiares, Ribeiro (2016) informa:

Hetero, homo, monoparental, pluriparental, e o que mais vier! De toda forma, a família continua a ser desejada como lugar de pertencimento. Penso que a pluralidade de constituições familiares existente hoje é fruto da plasticidade do psiquismo humano e da maior liberdade de manifestação das diferenças. Hoje aquilo que ficava escondido está nas ruas. Além disso, a tecnologia de reprodução humana tem viabilizado essa expansão de possibilidades, já que a procriação biológica sem a intervenção de técnicas não seria possível para pares do mesmo sexo biológico (Ribeiro, 2016, p. 99)

Para Jablonski (2003), há uma soma de fatores sociais que, interagindo, provocam significativas alterações no casamento e na família. Um exemplo seria o surgimento de novas formas alternativas de uniões familiares baseadas no divórcio e as mudanças nas atitudes e comportamentos ligados à sexualidade e aos papéis de gênero.

A título de exemplo, o movimento de emancipação feminina transformou as relações de gênero e as relações familiares, já que a mulher está presente no mercado de trabalho, passando a ser uma provedora do lar e gerando consequências, tais como casamentos tardios, opção em não ter ou diminuir a quantidade de filhos. A religião também foi perdendo seu papel como instituição impositiva, haja vista que passou a ser interpretada de uma forma mais individual e privatizada, não influenciando mais diretamente nas escolhas e nas condutas conjugais. A esse respeito:

A pílula anticoncepcional, o aparelho de microondas, a internet, o celular, TVs a cabo, VCRs e DVDS modificaram, em menor ou maior grau”, uma gama de atividades ligadas à sexualidade, à diminuição das tarefas dentro do lar (e a consequente mais disponibilidade para a execução de tarefas fora do lar) e à comunicação (facilitando ou dificultando o processo de interação entre casais)(Jablonski, 2003, p. 143).

Além desses fatores, o autor cita a urbanização, o aumento da longevidade e a ênfase no individualismo como fatores sociais que acabaram por modificar a antiga visão e a dinâmica familiar. Tais aspectos, analisados neste capítulo, possibilitam identificar as mudanças que a família passou ao longo dos séculos e as características importantes para entendermos a dinâmica familiar nos dias de hoje.

Sem a pretensão de classificar o que foi melhor ou pior, depreendemos, portanto, que a família hoje usufrui de uma grande liberdade para existir, seja em suas formas de educar e de lidar com os filhos, seja em sua composição. Paralelamente, compreendemos a grande dificuldade dos pais em criar seus filhos, no meio de tantos discursos especializados e de suas próprias inseguranças.

Em relação ao lugar ocupado pelos filhos na família contemporânea, convém mencionar que a infância continuou tendo um lugar central na preocupação dos adultos e da

sociedade. Diferente da sociedade medieval, o sentimento da infância manifesta-se na modernidade, e a criança passa a ser separada do mundo adulto, dedicando-se a sua formação moral e intelectual pelos moralistas e educadores do século XVII (Ariès, 1981). Na contemporaneidade, essa preocupação ganha uma proporção ainda maior a partir da existência de novos saberes especializados com os cuidados para garantir uma infância saudável. Assim:

A infância torna-se um campo privilegiado de geração de novos saberes e novas formas de controle, que ultrapassa os contornos da família e da escola, sendo abarcado pelo discurso médico sobre a infância, sobre a saúde e a prevenção em busca de um adulto sadio e feliz (Okamoto, 2013, p. 90).

A autora esclarece que tal conduta, diante do período da infância, fez surgir a visão de que a família não poderia estar apta a cuidar sozinha de seus filhos.

A crescente visão de que o meio familiar constituía-se num risco para o desenvolvimento da infância desadaptada ao mesmo tempo em que enfraqueceu e destituiu o poder familiar quanto ao seu papel, possibilitou o fortalecimento dos aparelhos do Estado e, especificamente a psiquiatria, como um dispositivo disciplinar solicitado para avaliar e diagnosticar a condição da criança e de sua família, privilegiando a necessidade de um diagnóstico precoce e de uma intervenção profilática sobre o conjunto de causas que poderiam favorecer os fatores de degenerescência social (Okamoto, 2000, p.90).

Perante o contexto de mudanças socioculturais, com a evolução da ciência e dos conhecimentos especializados, passou a existir uma grande preocupação sobre como educar uma criança através dos “discursos especializados”. A crítica à autoridade dos pais, por exemplo, seria uma das condutas que deveriam ser combatidas. Por essa razão, os pais se sentem cada vez mais desconfiados de sua própria competência em suas funções (Zanetti; Gomes, 2011).

Nesse contexto de mudanças na dinâmica familiar, Wagner (2003) afirma que a família passa por um momento de perda de referenciais. Na tentativa de não reproduzir a educação recebida das gerações anteriores, motivado pelo desejo de não reeditar os erros cometidos em suas infâncias, os pais tendem a criar padrões idealizados de como educar seus filhos. Para a autora, essa tentativa nem sempre é eficaz, principalmente se formos pensar em questões transgeracionais relativas à crença, a valores, a legados e a mitos familiares os quais são inevitáveis de serem transferidas e fazem parte da estruturação do núcleo familiar.

Como consequência dessas mudanças na dinâmica familiar, o exercício da parentalidade também passa por um período de transição, como ressaltado pela literatura brasileira (Gorin *et al.*, 2015). Por um lado, existe “o reconhecimento da importância das

figuras parentais para o desenvolvimento da criança” e, por outro, “o esmaecimento das funções hierárquicas e dos papéis de gênero” (Gorin *et al.*, 2015, p. 11).

Em relação às funções hierárquicas e seu esmaecimento, encontramos uma tendência à horizontalização das relações familiares, como foi discutido no capítulo anterior. Essa tendência seria uma característica da família contemporânea, na qual se percebe a dificuldade de muitos pais em ocupar funções de autoridade, permitindo, muitas vezes, que a criança ocupe um lugar de poder, incabível para a idade dela.

Sobre esta questão da autoridade, Rojas (2010) afirma que os pais têm o complexo trabalho de criar e educar seus filhos, possuindo funções específicas, como a da interdição e a de apoio, que operam diretamente na estruturação do psiquismo da criança. Esse trabalho parental é sustentado pela assimetria inicial adulto-criança, ou seja, pela diferença geracional e subjetiva entre um adulto pai e uma criança, que implica uma responsabilidade essencial e singular para o adulto. Portanto, a assimetria adulto-criança fornece o poder dos pais, que é limitado por regulamentos culturais e proteção da criança necessária para seu desenvolvimento.

Ela ainda defende que essa situação de inversão na assimetria adulto-criança conduz a situações de verdadeiro desamparo, podendo levar a formas de violência invisível que estariam ligadas à falta de proteção advinda dos vínculos parentais. Sobre isso, o que vemos, nos dias de hoje, é que essa assimetria nem sempre é encontrada nas famílias, e, em muitas configurações, a criança acaba possuindo um poder sobre seus pais e sua própria vida, incabível para sua idade.

A indiferença geracional, segundo a autora, somada à exacerbação do individualismo na contemporaneidade, altera a linha do cuidado corroborando para que, bem como outros laços, os familiares se tornem frágeis e instáveis, quebrando aquele tipo de pele familiar que deveria ser um envoltório protetor. Tal circunstância geraria formas de sofrimento e subjetivação específicos do momento em que vivemos, gerando conflitos que aparecem na clínica.

Além da horizontalização das funções hierárquicas, Gorin *et al.* (2015) também mencionam a horizontalização dos papéis de gênero, cenário em que os papéis parentais começam a deixar de estarem ligados ao gênero. Os autores apontam que há uma tendência de reconhecimento da igualdade entre homens e mulheres na criação dos filhos, com uma maior participação dos pais no cuidado e na educação das crianças.

Isso não significa, no entanto, que haja uma substituição total dos papéis tradicionais de gênero, mas sim uma divisão mais equitativa das responsabilidades entre os pais. Além

disso, destacam que a participação mais ativa dos pais na criação dos filhos não deve ser vista como uma tarefa exclusivamente feminina ou masculina, mas como uma responsabilidade compartilhada entre eles. Os autores apontam que essa perspectiva de horizontalização dos papéis de gênero pode contribuir para uma maior valorização do trabalho doméstico e de cuidado, além de favorecer a formação de vínculos afetivos mais equilibrados entre pais e filhos. Apesar de ainda não ser uma regra geral, podemos notar que em muitas famílias já exista o cuidado parental mais igualitário. Nesse cenário, as tarefas parentais passaram a ser exercidas de uma forma mais intercambiável, menos ligada à autoridade paterna e masculina se comparada aos séculos anteriores.

Ao pensar no cuidado parental mais igualitário, podemos relacionar este fato com a entrada no mercado de trabalho. Nos dias de hoje a identidade da mulher não está mais ligada somente à maternidade, mas também a outros papéis sociais, possuindo menos tempo e investimento para desempenhar tarefas domésticas e com os filhos. Além disso, o homem está mais presente no ambiente doméstico e com o cuidado com os filhos, ressignificando os parâmetros de paternidade e masculinidade (Santos; Campana; Gomes, 2019).

Além disso, o movimento feminista, o declínio da autoridade patriarcal e a legalização do divórcio são outros acontecimentos que vêm corroborando para que exista maior igualdade na mediação de papéis e funções parentais (Araújo, 2011; Santos; Campana; Gomes, 2019).

A respeito do cuidado parental igualitário, é preciso levar em consideração questões socioeconômicas e direitos políticos e sociais. No Brasil, por exemplo, a valorização da maternidade em detrimento da paternidade, apesar de ser diferente em relação aos séculos anteriores, ainda se mostra bastante desigual. Isso fica evidente ao pensarmos na configuração das licenças remuneradas para a mãe e para o pai da criança. Segundo Santos, Campana e Gomes(2019), quando o filho nasce, a mãe tem direito a tirar sua licença, que pode variar de 16 a 24 semanas, enquanto a licença paternidade varia de 5 a 20 dias.

Com essa discrepância entre tais licenças, fica evidente que, no Brasil, o processo de mudança na divisão igualitária dos papéis e das funções parentais segue em um ritmo lento, inclusive no que tange às políticas do Estado. Isso ocorre não só por questões que permeiam o imaginário social, mas também por falta de políticas públicas que possam ajudar a reverter tal situação.

Santos, Campana e Gomes (2019) apontam como consequência dessa divisão desigual de tarefas parentais o sentimento de injustiça, os sintomas depressivos e a insatisfação conjugal por parte das mulheres. Nesse contexto, as famílias acabam recorrendo ao uso de

serviços terceirizados com o intuito de facilitar e otimizar a rotina e as demandas diárias da família.

Além dessas características, Campana (2018) reflete sobre outra característica do exercício parental contemporâneo: a limitação de tempo dos pais para se dedicarem ao cuidado de seus filhos. Na constante tensão entre conciliar vida profissional com filhos, os pais teriam menos tempo livre para atender às demandas emocionais dos pequenos. Ao mesmo tempo em que os filhos também estão saturados de atividades extracurriculares e passam menos tempo em suas casas com seus pais.

Nessa conjuntura, a educação básica, que antes se limitava à escola, com as funções de ler e escrever, já não são mais suficientes para as solicitações do mundo atual e do ideal dos pais. Aulas de informática, idiomas e práticas de esportes, por exemplo, fazem parte desse novo padrão de educar na esperança de que os filhos tenham oportunidades que os pais não tiveram.

A questão que surge é que, na intenção de oferecer tanta diversidade de atividades aos filhos, os pais precisam trabalhar mais. Contudo, ao bancar todos esses ideais, os responsáveis passam a ter menos tempo em suas casas e menos contato com seus filhos. Destarte, com menos disponibilidade e tempo para educar seus filhos, torna-se comum a terceirização desses cuidados, a saber: creches e escolas (Wagner, 2003).

Conforme Martins Filho (2008), a terceirização dos cuidados com a criança caracteriza-se como uma dinâmica familiar na qual a relação com os pais é preservada; contudo, algumas funções que eram previamente exclusivas dos pais são delegadas a terceiros.

A mudança na forma de educar, sem o apoio das experiências das gerações anteriores e a terceirização dos cuidados são características típicas da família contemporânea. Buscando novas formas de cuidar dos filhos e, ao mesmo tempo, passando menos tempo com eles, os pais ficam mais vulneráveis aos discursos científicos, não conseguindo mais resolver questões simples do dia a dia, como permitir ou proibir. Os filhos, por outro lado, encontram-se mais sobrecarregados com os ideais de seus pais, principalmente em relação à educação idealizada, e mais distantes da convivência familiar.

Tal conduta ocasionaria, na visão winnicottiana utilizada pela autora, uma falha ambiental que é considerada uma ameaça ao *self* da criança, pois exige que ela se adapte precocemente ao ambiente (e não ao contrário), podendo comprometer sua espontaneidade pessoal.

Nesse cenário contemporâneo apontado, a terceirização dos cuidados é uma medida adotada por muitas famílias. Apesar de estarem presentes em uma parte da rotina e do desenvolvimento da criança, os pais transferem algumas funções como as do cuidado, para creches, escolas ou outras instituições. Em relação à creche, no Brasil, o estabelecimento foi assegurado pela Constituição de 1988 e, mais tarde, em 1990 pelo Estatuto da Criança e do Adolescente o direito à educação infantil para crianças de 0 a 6 anos. Dessa forma, a creche passou a ser considerada por lei uma etapa da educação infantil (Mariotto, 2009).

Segundo Mariotto (2009), a creche surgiu no final do século XIX, como uma resposta aos problemas sociais e de saúde pública causados pela urbanização acelerada e pela falta de assistência às crianças das camadas mais pobres da população. Mariotto (2009) destaca que as primeiras creches no Brasil eram organizadas por instituições filantrópicas e religiosas, e tinham como objetivo principal cuidar das crianças enquanto suas mães trabalhavam nas fábricas e nas ruas. A autora aponta que a creche era vista como um espaço de assistência social e de educação moral e religiosa, e não como um espaço de educação infantil.

Com o passar do tempo, a creche foi se transformando e adquirindo novas funções, tornando-se um espaço de educação e de socialização das crianças. Foi somente a partir da década de 80 que a educação infantil passou a ser vista como uma política pública e como um direito da criança, e a creche passou a ser considerada como um espaço de educação infantil e de socialização das crianças.

A creche, portanto, era responsável inicialmente por fornecer cuidados básicos às crianças enquanto as mães estavam no trabalho. É preciso lembrar que, nessa época da história, foi a primeira vez que as mulheres discutiam a condição submissa diante do homem, provedor do lar, conquistando um trabalho remunerado e tornando-se um marco para o universo feminino.

Todavia, os filhos pequenos e suas mães ficaram separados por longas horas de trabalho e tiveram de lidar isso, além da necessária reorganização da família em relação à rotina da casa, já que agora tanto o pai quanto a mãe saíam para trabalhar fora de casa.

Hoje em dia, apesar do trabalho continuar sendo o principal motivo pela busca dessa instituição infantil, sua função na vida das famílias mudou completamente. Além de ser o lugar onde os pais podem deixar seus filhos para irem trabalhar, a creche se tornou para a família uma instituição responsável pela educação de seus filhos e também esperam que ela favoreça o bom desenvolvimento infantil. As creches são incentivadas a irem além dos cuidados básicos, se dedicando também ao desenvolvimento social, cognitivo e físico-motor (Araújo; Gama; Silva, 2013; Campana, 2018).

Além das creches, encontramos babás, escolas ou outras instituições que desempenham funções que anteriormente eram designadas aos pais e passam a constituir o ambiente em que ocorre o desenvolvimento infantil. Nesse contexto, é preciso lembrar dos estudos de Spitz (1998 [1965]) desenvolvidos na observação de bebês, os quais admitem que a qualidade dos cuidados e das condições institucionais são fatores determinantes para a sobrevivência e saúde psíquica da criança.

Dessa forma, não podemos deixar de pensar na terceirização desses cuidados sem pensar no impacto para as crianças, já que os terceiros passam a ocupar um lugar significativo no desenvolvimento emocional das crianças. Diante disso, funções que no passado eram exercidas somente pelos pais estão sendo exercidas por outras pessoas.

Como exemplo, Campana (2018) argumenta que funções de autoridade, responsáveis por impor limites e proteção à criança, estão cada vez mais sendo transferidas para os terceiros ou até mesmo para o Estado. Há um desejo dos pais de que a escola ou os especialistas que cuidam de seus filhos consigam realizar essa função, pois estariam com dificuldades em realizar tal função. Na opinião da autora, a terceirização gera impactos não só no ambiente onde a criança se desenvolve, mas também no modo em que o exercício parental se desenvolve:

Tanto as mudanças na organização familiar contemporânea, como a necessidade de apoio social dos pais no exercício da parentalidade – manifestada na busca por instituições e na delegação da função a especialistas - fazem com que levantemos a hipótese da terceirização do cuidado como resultado de um movimento iniciado no século XX, que promove e protege a infância, mas que está atrelada a uma produção científica que estabelece critérios de educação e cuidados ideais e acaba por desvalorizar, dessa maneira, o saber parental (Campana, 2018, p. 24).

Como mencionado, a produção científica voltada para infância a partir da modernidade tem o intuito de apontar a melhor maneira para que os pais cuidem dos filhos e que estes cresçam saudáveis. Com isso, muitos profissionais, hoje em dia, estabelecem critérios ideais para os pais educarem seus filhos. Por essa razão, os pais se sentem cada vez mais desconfiados de sua própria competência em suas funções.

Em face dos critérios de educação, Zanetti (2008) menciona a fragilização das funções parentais. Isso seria um fenômeno contemporâneo caracterizado por “pais que sentem culpa, dúvida e insegurança em relação ao próprio posicionamento diante do que podem, devem ou não fazer por seus filhos” (Zanetti, 2008, p.36).

A possível explicação desse fenômeno leva em consideração todo o contexto histórico das mudanças familiares. A partir do momento em que a criança sai do anonimato e torna-se

protagonista nas preocupações sociais, surgem os discursos especializados que, na tentativa de conceber um desenvolvimento saudável, contestam o saber parental, principalmente o que está relacionado com a autoridade. Os pais buscam, então, conceber uma família “igualitária” em relação ao direito e aos deveres de cada membro, mas acaba promovendo formas regredidas de relação que buscam satisfazer a necessidade da criança a qualquer custo.

Sendo assim, o fenômeno da fragilização do saber parental acomete o exercício da parentalidade na atualidade e nos mostra a dificuldade dos pais em conseguir se apropriar de todas as mudanças ocorridas na família de um modo equilibrado (Zanetti; Gomes, 2011). Para as autoras, tal modo seria o equilíbrio entre uma educação menos rígida, que promove a integração da criança na família com relações parentais compreensivas e mais próximas, somado à autoridade dos pais, principalmente diante dos limites que a criança precisa estar colocada.

Isso posto, entendemos que algumas das características que acompanham o exercício da parentalidade contemporânea seria o esmaecimento das funções hierárquicas, as mudanças nas questões de gênero (mudando os papéis, mas também introduzindo novas formas de família) e a terceirização dos cuidados das crianças. O último exemplo estaria gerando uma consequência específica para o exercício parental, que seria a fragilização parental.

3.3 Aspectos Teóricos

A respeito da relação entre a configuração do mundo interno e as relações do sujeito com os vínculos, como pais e família, Kaës (2011) propõe uma terceira tópica do psiquismo. Esta inclui o espaço intersubjetivo entre os sujeitos e “organiza-se em torno de uma articulação entre a realidade psíquica do vínculo e a do sujeito singular” (Kaës, 2011, p. 163). Dessa forma, o autor descreve uma nova metapsicologia em relação à proposta inicialmente por Freud.

Ao longo de seus escritos, Freud desenvolveu a metapsicologia para designar os conceitos teóricos que fundaram a psicanálise e apontam para o modo de funcionamento do aparelho psíquico individual. Inicialmente propôs a primeira tópica, constituída pelo inconsciente, pré-consciente, consciente, além de descrever os processos primários e secundários e os mecanismos de defesa. Em seguida, a segunda tópica formada pelo ID, Ego e Superego (Laplanche; Pontalis, 2001; Levisky; Dias; Levisky, 2021).

Mas, assim como outros autores contemporâneos, Kaës (2014) compreendeu que a metapsicologia freudiana não seria suficiente para explicar o que ocorre nos espaços gerados pelo vínculo e em outras psicopatologias que não se encaixam na neurose, psicose ou

perversão.

Uma terceira tópica já havia sido descrita por autores como Dejours, Green, Racamier, Brusset, como assinalam Azevedo (2007) e Kaës (2015), na perspectiva de se ter uma compreensão melhor das patologias-limite, dos estados fronteirços ou borderline e das falhas narcísicas precoces. Estes são quadros clínicos que não se enquadram nas neuroses, psicoses e perversões, apesar de poderem estar associados a elas. Essas terceiras tópicas contemplam os espaços do inconsciente no que se refere ao sujeito singular, ao intrapsíquico e intrassubjetivo (Levisky; Dias; Levisky, 2021, p. 373)

Mas, Kaës (2005) também nos lembra que o próprio Freud em seu texto de 1920 “Psicologia das massas e análise do eu” já havia um novo olhar sobre o sujeito, não mais aquele voltado apenas para o aparelho psíquico individual. Neste texto, o pai da psicanálise reconhece o papel da cultura e da sociedade no psiquismo individual e, portanto, apresentando um olhar mais atento ao espaço do intersubjetivo, apesar de não mencioná-lo.

A terceira tópica proposta por Kaës (2011) seria a de um espaço comum e compartilhado, formado pelo prolongamento do inconsciente de cada membro do vínculo. No vínculo familiar, por exemplo, há este espaço gerado e compartilhado pelos integrantes, constituído por identificações e alianças conscientes e inconscientes que se estabeleceram, além de elementos históricos, genealógicos, transgeracionais e culturais (Levisky; Dias; Levisky, 2021).

Com este conceito teórico, Kaës (2011) defende a ideia de que, ao falar da constituição do psiquismo do sujeito, é preciso considerar a consistência dos primeiros vínculos na constituição do psiquismo, e não somente o efeito delas sobre o espaço interno.

Kaës (2011) nos lembra que o inconsciente ou a realidade psíquica inconsciente é a base da psicanálise. Os sonhos, as fantasias inconscientes, as pulsões, os sintomas, os conflitos com desejo, as defesas, o prazer e o desprazer são processos que compõem a instância do inconsciente. Apesar dessa realidade psíquica se opor à realidade material/externa, ela se constitui com ela. Portanto, parte da realidade psíquica do sujeito é compartilhável com outros sujeitos através dos vínculos que ele vai estabelecendo ao longo da vida.

Nesta pesquisa, nos interessa compreender esses vínculos, principalmente os estabelecidos inicialmente pelo sujeito, que, inicialmente é a família. A psicanálise de casal e família é que nos guiará para esse entendimento, pois:

Nesta concepção, o sujeito é pensado de modo multidimensional, não só como um sujeito do inconsciente - ainda que este seja uma das dimensões possíveis da subjetividade -, mas também como sujeito do vínculo, sujeito social, sujeito da história. Sujeito múltiplo, pois produzido no vínculo e tributário dos vínculos pretéritos e atuais, dos quais é parte constituinte e constituída (Piva, 2020, p. 15).

Kaës (2011) chama de vínculo “a realidade psíquica inconsciente específica construída pelo encontro de dois ou mais sujeitos” (Kaës, 2011, p. 159). Logo, o conceito consiste no movimento e na união mais ou menos estável dos investimentos de dois ou mais sujeitos para a realização de algum desejo em comum.

O vínculo inaugura o espaço intersubjetivo do psiquismo. Kaës (2011) denomina de intersubjetividade a interação do espaço psíquico entre dois ou mais sujeitos. Este espaço abrange processos, formações e experiências particulares, cujos efeitos determinam o surgimento dos sujeitos do inconsciente e o “vir a ser Eu no seio de um Nós” (Kaës, 2011, p. 24).

Esse espaço não foi definido na obra freudiana, mas sua definição parte de algumas de suas teorias, como a do Eu, do Supereu e das identificações da segunda tópica, que levam em consideração que a realidade intrapsíquica é influenciada pela presença do outro (Kaës, 2011).

Nesse sentido, Kaës (2014) conceitua o vínculo e as alianças inconscientes como processos centrais da intersubjetividade. Para ele, o sujeito se constitui através dos processos e das formações psíquicas compartilhadas com outros sujeitos, principalmente pelas alianças inconscientes, das quais ele é parte constituído e constituinte. Pois, para o autor:

Por ser simultaneamente servidor, beneficiário e herdeiro dessa corrente, o sujeito “individual”, aquele que se singulariza em cada um de nós, constrói-se, de fato, nos vínculos e nas alianças em que se forma, nos conjuntos de que é parte constituída e parte constituinte: a família, os grupos, as instituições. Esse sujeito, enquanto sujeito do vínculo, é um sujeito “singular plural” e, nesse duplo sentido, ele é sujeito do inconsciente (Kaës, 2011, p. 157).

Importa destacar que estabelecemos vínculos desde a origem da vida psíquica. Inicialmente, o bebê depende integralmente da mãe por meio de um vínculo simbiótico estabelecido entre eles, o que vai garantir sua sobrevivência. Nesse vínculo, o bebê manifesta seus sentimentos, suas necessidades e a mãe está ali, compreendendo os sinais e promovendo um ambiente acolhedor para que seu bebê possa se desenvolver.

Com o passar do tempo, o bebê vai reconhecendo e estabelecendo novos vínculos com

o restante da família – pai, irmãos, avós – até o momento do ingresso na escola, conhecendo novas pessoas, novos espaços e uma nova possibilidade de ser. Nessa configuração, o sujeito vai associando-se a novos grupos, estabelecendo amizades, um casal, constitui uma família e, assim, vai constituindo a realidade psíquica do vínculo.

A respeito da constituição do vínculo, Kaës (2011) afirma que, assim como a pulsão impõe à psique certo trabalho psíquico, o vínculo também impõe. É exigido um trabalho ao psiquismo diante do encontro com o outro e assim as psiques se associam, “para que elas se experimentem em suas diferenças e se ponham em tensão, para que elas se regulem” (Kaës, 2011, p. 160).

A primeira exigência seria o investimento da libido narcísica e objetual do sujeito no vínculo. Em “Introdução ao Narcisismo”, Freud(2010a [1914])formula a teoria da libido, que seria a energia sexual que atua na psique,diferenciando-se entre líbido do Eu (direcionada ao mundo interno) e libido do objeto (direcionada aos objetos presentes na vida do sujeito).

Segundo Kaës (2011), é preciso que ocorra o direcionamento de libido para o vínculo, e assim o sujeito recebe os investimentos necessários, passando a sentir-se reconhecido como sujeito, membro do vínculo.

A segunda exigência seria o recalque, renúncia ou abandono de algumas identificações e ideais pessoais em prol das ideias em comum e em troca de benefícios proporcionados pelo grupo e/ou líder. Conseguimos observar esse trabalho psíquico nos grupos ideológicos, nos quais interesses individuais são deixados de lado em prol da ideologia que defendem.

A terceira exigência seria colocar em funcionamento operações de recalque, recusa da realidade ou rejeição para manter o vínculo. Dessa forma, é preciso que essas operações ocorram para garantir e manter os dispositivos metadefensivos necessários para a autoconservação do vínculo e realização dos seus fins.

A quarta e última exigência estaria articulada com os interditos fundamentais, necessários para constituição da civilização e dos processos de simbolização. Em “O mal-estar da civilização”, de 1930, a teoria proposta por Freud é de que é fundamental renunciarás metas pulsionais para que se possa viver em comunidade. “O homem civilizado trocou um tanto de felicidade por um tanto de segurança” (Freud, 2010b [1930], p. 61).Da mesma forma ocorreria na constituição do vínculo. É essencial a renúncia pulsional, pois só assim seria garantido a estabilidade e confiabilidade no grupo. Seriam essas as exigências fundamentais para que o vínculo possa se constituir e continuar existindo. O resultado dessa exigência são as alianças inconscientes estruturantes, cuja categoria inclui o contrato narcisista, conceito

importante a ser discutido aqui.

Conclui-se, portanto, que a criação do espaço psíquico comum e compartilhado que é o vínculo exige um trabalho ao psiquismo individual, precisa estar submetido a essas exigências para que o vínculo possa ser estruturado. Kaës (2011) conclui que não teria como fugirmos dessas exigências, já que nos beneficiamos e nos constituímos no grupo. Em relação às alianças inconscientes, estas são processos centrais na constituição da subjetividade e estão na base da realidade psíquica do vínculo.

Chamei de aliança inconsciente, uma formação psíquica intersubjetiva construída pelos sujeitos de um vínculo para reforçar em cada um deles, certos processos, certas funções ou certas estruturas vindas do recalque, ou da recusa, ou do desmentido e da qual eles obtêm um benefício, tal que, o vínculo que os liga, adquire, para sua vida psíquica, um valor decisivo. As alianças inconscientes enodam - se para que os sujeitos de um vínculo estejam assegurados de nada saber sobre seus próprios desejos, nem daqueles que os precederam. O conjunto, assim ligado, só obtém sua realidade psíquica a partir das alianças, dos contratos e dos pactos inconscientes que esses sujeitos concluem e que, seu lugar no conjunto, obriga-os a manter (Kaës, 2005, p. 133).

Para construir esse conceito, Kaës (2005) se baseou no pacto denegativo, pois, como visto anteriormente, é necessária uma série de operações por parte do psiquismo dos sujeitos como recalque, recusa e denegação a fim de que o vínculo possa se constituir e se manter. Além do vínculo se organizar positivamente sobre os interesses mútuos dos sujeitos, ele se organiza negativamente sobre as renúncias, os sacrifícios, as rejeições, os apagamentos ou, como ele mesmo diz, sobre o que é “deixado de lado”. É a partir desse negativo que as alianças inconscientes se organizam (Kaës, 2005).

Kaës (2014) apresenta e discute detalhadamente o conceito de alianças, além de fazer uma categorização delas em “estruturantes” e “defensivas e patogênicas”. Sobre esse agrupamento, Castanho (2015) nos lembra que é preciso compreender a sobreposição entre ambas as categorias, tendo em vista que o negativo está presente em todos os tipos de alianças, não sendo possível que os aspectos estruturantes estejam separados completamente dos aspectos defensivos. Dentro desta categorização, nos interessa aprofundar o conhecimento nas alianças estruturantes, já que é através destas que o vínculo familiar se constitui.

O termo estruturante é usado devido ao papel dessa aliança na estruturação do vínculo (todo vínculo, tem em seu princípio uma aliança estruturante) e também na estruturação do psiquismo (Castanho, 2015), as quais são divididas em primárias e secundárias. As alianças inconscientes primárias estão na base de todos os vínculos e nas formações de socializações. Já as alianças estruturantes secundárias são formadas “pelos contratos e pactos fundados na

Lei e nos interditos fundamentais: nele encontramos principalmente o pacto fraterno, a aliança com o pai simbolizado e o contrato de renúncia à realização direta das metas pulsionais destrutivas” (Kaës, 2011, p. 161).

Neste trabalho, nosso interesse reside em compreender as alianças inconscientes primárias, pois entre elas estaria o contrato narcisista, que tem “a particularidade de vincular o conjunto humano que forma o tecido relacional primário de cada novo sujeito recém-nascido ao grupo no qual ele encontra e cria seu lugar” (Kaës, 2011, p. 161). Ou seja, a aliança inconsciente que estrutura o vínculo entre pais e filhos.

Para uma análise mais aprofundada dessa relevante aliança estruturante que define o contrato de filiação, recorreremos a Freud (2010a [1914]) com o texto “Introdução ao narcisismo” e analisamos o conceito contratual da relação parento-filial desenvolvido por Aulagnier (1979).

Ao observar a dinâmica da relação parento-filial, Freud (2010a [1914]) demonstrou como se constitui essa relação a partir dos investimentos narcísicos dos pais, necessário para a constituição do eu ideal filial, inaugurando o lugar ocupado pelos filhos nos investimentos parentais.

Para o autor, a atitude afetuosa dos pais com seus filhos seria como uma revivescência e reprodução do próprio narcisismo primário deles, colocando o filho no lugar de “Sua Majestade, o Bebê”, resgatando o narcisismo infantil perdido. Os pais passam a atribuir todas as perfeições a criança e tentam proporcionar as melhores condições para que ela não passe por dificuldades as quais eles já passaram.

Doença, morte, renúncia à fruição, restrição da própria vontade não devem vigorar para a criança, tanto as leis da natureza como as da sociedade serão revogadas para ela, que novamente será centro e âmbito da Criação. His Majesty the Baby, como um dia pensamos de nós mesmos (Freud, 2010a [1914], p. 37).

O desejo dos pais em ter filhos repousa na esperança da imortalidade do próprio Eu. Dessa forma, seus sonhos poderiam se concretizar através de todos os investimentos realizados na criança, que se tornaria um grande homem ou uma afortunada mulher.

A criança, nesse contexto, desempenha uma função de reparação na vida dos seus genitores, já que são investidas libidinalmente desde o seu nascimento, herdando os ideais, os desejos e os sonhos não realizados de seus pais. Contudo, segundo o autor, seria a partir desse investimento parental que o Eu, até então não desenvolvido, começaria a se constituir.

Importa mencionar que, quando nos referimos ao Eu, estamos nos referindo a uma

estrutura psíquica formada pelo desenvolvimento progressivo do ego e de suas funções, que vão se constituindo através das identificações que o sujeito estabelece. É a estrutura que permite o sujeito se relacionar consigo mesmo ao investir sua libido (libido narcísica) no seu próprio eu (Minerbo, 2019). Esse desenvolvimento inicia-se na fase que Freud (2010a [1914]) chamou de narcisismo primário.

Segundo o autor, o narcisismo primário é a fase do desenvolvimento psicosexual em que a criança está voltada para si, para seu desenvolvimento psíquico, prevalecendo o investimento libidinal narcísico. Durante esta fase, que ocorre nos primeiros meses de vida, a criança experimenta uma sensação de unidade com a mãe ou seu cuidador principal, em que ela não é capaz de distinguir entre ela mesma e este outro. Freud (2010a [1914]) nomeou esta fase de “autoerotismo”, onde o bebê obtém satisfação através de suas próprias sensações corporais.

Do ponto de vista do *infans*, esse momento é fundamental para a constituição do Eu, até então inexistente, pois possibilita a união das diversas zonas autoerógenas, servindo como base da constituição do ideal do Eu e contribuindo para a sensação de autoestima do sujeito ao longo de sua vida (Castanho, 2015).

À medida que o objeto se ausenta, o bebê tem sua onipotência confrontada e o sentimento do desamparo torna-se mais presente. Por consequência, a diferenciação entre sujeito e objeto começa a se suceder, possibilitando a saída do narcisismo primário para a constituição do narcisismo secundário. Nesse novo estágio do desenvolvimento psíquico, a criança deixa de ter sua libido investida exclusivamente no seu próprio Eu para investir libidinalmente em outros objetos.

Isto posto, percebemos, como a relação parento-filial é importante para a constituição do psiquismo e da subjetivação da criança. Freud (2010a [1914]) nos mostra que, no início, a criança depende integralmente dos pais, recebendo deles o investimento narcísico para sobreviver física e psiquicamente. Os cuidados, a inserção em uma trama familiar e todo o afeto concedido são fundamentais para o bebê se sentir amparado e se desenvolver. Essa fase é fundamental, pois é através do narcisismo parental que o Eu vai se constituir e, em seguida, a criança poderá estabelecer novos vínculos, investindo em outros objetos.

Ao analisar a teoria freudiana sobre narcisismo, Kaës (2014) aponta a existência de um caráter contratual nesse conceito: só existe “Sua majestade, o bebê” porque existem os pais (os súditos) que também possuem seus ganhos psíquicos e assim proporcionam o reinado do pequeno rei/rainha. Os pais investem libidinalmente no bebê, retornando ao seu próprio narcisismo primário, com a possibilidade de depositar nele seus desejos irrealizados e de

garantir a continuidade do grupo, enquanto o bebê, alimentado pelo narcisismo deles, tem seu narcisismo sustentado, tornando-se servidor, beneficiário e herdeiro dessa cadeia (Kaës, 2014; Castanho, 2015).

Ou seja, tanto os pais quanto o bebê se beneficiam desse investimento libidinal. Portanto, existe um contrato narcísico na relação parento-filial, que Kaës (2014) considerou como um destaque entre as alianças inconscientes. Como disse Castanho (2015, p. 107), “pode-se ver a lógica das alianças inconscientes operando nos bastidores do pensamento freudiano”. Isso porque, Kaës (2014) notou que por de trás do narcisismo parental, havia uma lógica de contrato, fruto de uma aliança inconsciente estabelecida na relação parento-filial.

Apesar de o autor estudar e expandir esse conceito, foi Aulagnier(1979) quem desenvolveu inicialmente o conceito do contrato narcísico ao buscar compreender a relação entre os déficits nos investimentos familiares e as patologias psicóticas. Com esse conceito, a autora nos deixa claro o papel do discurso parental e, conseqüentemente, o lugar que a criança ocupará na trama familiar (Piva, 2020).

Aulagnier (1979) afirmou que o investimento libidinal realizado pelos pais gera um espaço para que a criança possa se constituir como sujeito e desenvolver o seu Eu. Ao mesmo tempo que a criança também investe nos pais, assegurando a transmissão do discurso do grupo. Assim, a autora denominou esse processo como “contrato narcísico”, cuja função refere-se à transmissão e à preservação dos valores e dos ideais de um grupo social, assegurando a continuidade da família.

A autora ainda aponta que o meio social no qual o bebê nasce possui um conjunto de vozes que enunciam pontos importantes sobre realidade, existência e origem do grupo. São essas vozes responsáveis por apresentar o que Aulagnier (1979) chamou de “enunciados do fundamento”, referente aos enunciados míticos, sagrados e científicos que contornam o grupo social. O sujeito recém-nascido aceita esse discurso enunciado, internalizando as vozes que darão suporte para sua representação social. Se o grupo todo compartilha dessas mesmas vozes, ele compartilha um mesmo ideal e promove sua preservação, além de possibilitar que o sujeito se visualize enquanto sujeito ideal. Este, para Aulagnier (1979), se constitui a partir do que foi imposto e se reconhece como parte do grupo.

O contrato narcísico estabelece-se, portanto, como um vínculo entre a geração anterior e a sucessora. Ele refere-se a esse investimento realizado do grupo familiar na criança e garante que ela se constitua como sujeito diante de uma história familiar.

Nesse contrato, há um investimento recíproco, em um primeiro momento do grupo em seguida da criança. Isso porque, neste pacto de troca o grupo garante a transferência da voz de

um discurso no qual “a verdade sobre o passado está garantida, tendo como corolário a crença na possível verdade das previsões sobre o futuro” (Aulagnier, 1979, p. 149). E para o sujeito, o pacto garante sua inserção em uma história geracional e sua identificação com o grupo, tornando-se o sujeito de um grupo e garantindo um lugar na história familiar.

O discurso do meio oferece ao sujeito uma certeza acerca da sua origem, necessária para que a dimensão histórica seja retroativamente projetável sobre o seu passado, podendo ele, então, subtrair-se a uma referência, cujo saber materno ou paterno, seria a garantia exaustiva e suficiente. O acesso à historicidade é um fator essencial no processo identificatório, sendo indispensável para que o Eu alcance o limiar de autonomia exigido para seu funcionamento (Aulagnier, 1979, p. 151).

Em contrapartida, o grupo “espera do sujeito que sua voz retome o que enuncia uma voz que se extinguiu e que ela substitua um elemento morto e assegure a imutabilidade do conjunto” (Aulagnier, 1979, p. 150). Ou seja, o investimento do grupo no recém-chegado garante sua continuidade e imortalidade, estabelecendo-se, assim, uma troca.

Kaës (2014) expandiu esse conceito ao propor a existência de contratos narcísicos originários, primários e secundários. Na vertente originária, são exigidos investimentos narcísicos a serviço da autoconservação da espécie e do indivíduo, referindo-se à entrada do bebê na espécie humana. Por outro lado, no contrato narcísico primário, esse contrato é estabelecido no grupo primário através do investimento narcísico dos pais. Por último, o contrato narcísico secundário é estabelecido fora da família, nos grupos secundários.

Os contratos narcísicos originários e secundários são contratos de afiliação que ocorrem com os grupos de pertencimento, enquanto o segundo é contrato de filiação que se pactua dentro do contexto familiar (Kaës, 2014). Portanto, o contrato narcísico:

[...] designa aquilo que é fundamento de toda e qualquer relação possível sujeito-sociedade, indivíduo-grupo, discurso singular e referência cultural. Esse contrato - assimétrico, uma vez que precede o sujeito - não somente atribui a cada um um lugar determinado, oferecido pelo grupo e significado pelo conjunto de vozes que, antes mesmo da aparição do que acaba de chegar, já apresentam um discurso conforme com o mito fundador do grupo. Ele requer também que esse discurso, que inclui os ideais e os valores, seja retomado como seu por cada novo sujeito. É, a propósito, por esse investimento narcísico e por esse discurso que cada sujeito estará vinculado ao Ancestral fundador (Kaës, 2014, p. 64).

As alianças estruturantes seriam, portanto, base para a formação do psiquismo, já questão base para a estruturação de todo vínculo inicial do sujeito e são, além disso, agente e matéria para que ocorra a transmissão psíquica entre gerações.

A transmissão psíquica entre gerações é uma função da família, segundo Kaës (2005).

O autor desenvolve esse conceito para compreender a realidade psíquica que se transporta de um sujeito para outro, de uma geração à outra, podendo se transformar ou permanecer idêntica (Kaës, 2005).

Para o autor, o sujeito seria herdeiro de um passado do seu grupo familiar, ou seja, a constituição de seu psiquismo estaria relacionada a outros que o precederam, à família que pertence. Desse modo, o sujeito do inconsciente existiria a partir daquilo que herdou do grupo. O grupo familiar ou aqueles que representam o bebê no início da vida transmitem a ele uma narrativa e, conseqüentemente, advém o inconsciente e os efeitos da subjetividade.

Segundo Kaës (2001, p. 13):

O grupo que nos precede, em particular alguns de seus membros considerados pelo infans como seus representantes, nos sustenta e nos mantém numa matriz de investimentos e de cuidados, ele predispõe sinais de reconhecimento e de apelo, designa lugares, apresenta objetos, oferece meios de proteção e de ataque, traça vias de realização, indica limites, enuncia interditos.

O que está em jogo para Kaës (2001), no tocante à transmissão psíquica é a formação do inconsciente e dos efeitos de subjetividade, que são produzidos na intersubjetividade e dela derivam. Nessa perspectiva:

A nossa pré-história faz de cada um de nós, bem antes de nascermos, o sujeito de um conjunto intersubjetivo, cujos sujeitos nos tem e nos mantém como servidores e herdeiros de seus sonhos e desejos insatisfeitos, de seus recalcamientos e de suas renúncias, na malha de seus discursos, de suas fantasias e de suas histórias (Kaës, 2001, p.13).

Mas afinal, por que ocorre essa transmissão entre as gerações? Para Kaës (2001) é como se houvesse uma espécie de impulso, resultado das exigências pulsionais inconscientes que ora vão ser baseadas nas “coerções narcísicas de conservação e de continuidade da vida psíquica, ora nas do Ideal do Ego e do Superego, mais precisamente a transmissão dos interditos fundamentais” (Kaës, 2001, p.16).

Há, então, uma necessidade de transmitir para outro aparelho psíquico aquilo que não pode ser mantido somente naquele sujeito a fim de que prevaleçam as alianças inconscientes daquele grupo familiar, permitindo dar continuidade à história daquela família.

A transmissão pode ocorrer de maneiras distintas entre as gerações e podemos caracterizá-las, em conformidade com Kaës (2001), por intergeracional ou transgeracional. A primeira refere-se ao processo no qual o conteúdo a ser transmitido pode ser simbolizado e representado, podendo ser retomado e reelaborado pela geração seguinte. Já a transmissão

transgeracional, compõe os conteúdos que foram transmitidos sem a devida simbolização, impossibilitando que a geração subsequente a elabore.

Tal fato pode implicar uma compulsão à repetição no grupo familiar, representando uma falha na simbolização. O conteúdo que vai ser transmitido engloba tradições familiares, fantasias, traumas, valores, segredos, o que pode ser dito e aquilo que não foi dito por não conseguir ser elaborado pelo psiquismo das gerações anteriores. Assim, quando falamos da transmissão psíquica, estamos remetendo à formação do sujeito, o modo como ele se subjetiva dentro e a partir da história familiar através dos vínculos responsáveis por transmitir a história (Scholz *et al.*, 2015).

Nessa direção, André-Fustier e Aubertel (1998) declaram que a função da família é dar continuidade à espécie por meio da transmissão psíquica, transmitindo a maneira de pensar e experimentar o mundo e a dimensão história do aparelho psíquico familiar, de geração a geração, de modo a constituir a individualidade de cada um.

A partir das contribuições do psicanalista Benghozi (2005; 2010; 2022) podemos compreender melhor o papel dos vínculos na vida do sujeito (principalmente nos estudos dos vínculos filiativos e afiliativos) e também o papel dos vínculos na transmissão psíquica e na garantia de proteção do psiquismo individual e grupal.

Benghozi (2010) desenvolve a teoria da malhagem e do continente genealógico em uma perspectiva psicanalítica do vínculo. Ao mencionar o objeto metafórico da malha, o autor se refere a uma unidade de contenção dos conteúdos psíquicos presentes no vínculo. Os continentes genealógicos são compostos pelas malhas, e o processo de malhagem, que consiste na estruturação dos vínculos, permite a integridade e a manutenção desses continentes.

Com base neste contexto, Benghozi (2005) considera a existência de dois tipos de vínculos: o de filiação, aquele que liga os indivíduos ao nível genealógico, ou seja, os ascendentes e descendentes, e o de afiliação, que liga os indivíduos horizontalmente com seus grupos de pertencimentos).

O vínculo de filiação ocorre em nível vertical e diacrônico, de um ascendente ao descendente, através da trama vincular intergeracional e transgeracional. Seria então, no vínculo filiativo que ocorre a transmissão psíquica do patrimônio familiar para a nova geração (Benghozi, 2010).

Os pais incluem o bebê em uma cadeia geracional de filiação e assim o novo integrante recebe um nome, um lugar naquela família e sua identidade passa a estar relacionada com a sua ascendência. Este processo está interligado com a capacidade dos pais

de representarem e elaborarem suas próprias questões ligadas à infância, para que assim consigam transformar simbolicamente o eixo genealógico e incluir o novo integrante na trama familiar. Se tudo vai bem, os pais conseguem fazer o filho se apropriar da história familiar de cada um deles, ao mesmo tempo em que ele segue constituindo sua própria identidade (Benghozi, 2010).

O vínculo afiliativo também caracteriza-se como um dos organizadores dos continentes genealógicos, além de ser responsável por incluir membros em uma instituição e agregar membros em uma família (Levisky; Dias; Levisky, 2021).

Benghozi (2010) define dois tipos de vínculos de afiliação: primária e secundária. A primeira tem sua origem na família, portanto, está interligada com o vínculo filiativo. Como vimos anteriormente, quando a criança nasce ela inaugura a família e inicia o processo de herança geracional, de forma descendente. Porém, é preciso lembrar que esta família está inserida em um contexto cultural e que faz parte de uma comunidade. Sendo assim, a família também funciona como um vínculo afiliativo, ao inserir a criança em um grupo comunitário original, produzindo um continente psíquico primário (Levisky; Dias; Levisky, 2021).

A afiliação secundária, por outro lado, remete ao pertencimento do sujeito aos grupos, instituições e cultura, produzindo outro continente genealógico.

O emaranhado desses vínculos psíquicos de filiação e afiliação forma então o que o autor chama de malha, constituindo uma malhagem que relacionou metaforicamente com uma rede. Portanto, os vínculos vão constituir uma rede, que funciona como um continente psíquico do psiquismo individual ou do grupo.

Em seu texto “Resiliência familiar”, Benghozi (2005) explica o que está em jogo diante de situações de trauma e catástrofe, como, por exemplo, em situações de violência. Durante o ano de 2021, quando a sociedade já estava vivendo a pandemia de COVID-19, Benghozi (2022) inclui a pandemia nestas situações de crises e desastres.

Diante do impensável, indizível e inominável do trauma, ocorre um dilaceramento dos laços, representado pela desmalhagem dos continentes psíquicos. Episódios de violência, que são considerados pelo autor como um ataque contra o indivíduo através da arma de humilhação, e também a pandemia, que podemos ver como uma crise e uma catástrofe no mundo contemporâneo são exemplos de traumas.

Quando ocorre uma situação de trauma, caracterizando um possível “furo” nessa rede, há o dilaceramento dos laços, uma desmalhagem que pode ser nas palavras do autor “catastróficas”. Nesse momento, um sintoma pode surgir como uma tentativa de remalhagem para cobrir o vazio através da “estratégia do engano”, que seria:

Aquela que se propõe como estratégia inconsciente de gestão de uma falha de continente por uma estratégia de gestão do conteúdo. Ela se apresenta como um sintoma de preenchimento em lugar do que corresponde a um dilaceramento profundo do continente psíquico grupal e genealógico (Benghozi, 2005, p.106).

Porém, Benghozi (2005, p. 102) vai dizer que, “após o dilaceramento, há remalhagem” e que, portanto, seria possível reconstituir, remalhar, reconstruindo os laços, principalmente através dos laços afiliativos, que seria onde se encaixaria o vínculo terapêutico, por exemplo. O autor apresenta o conceito de resiliência familiar, que seria a capacidade do psiquismo grupal de desmalhar e remalhar, de desconstruir e reconstruir os laços após o dilaceramento. Esta capacidade de remalhar os laços, depende dos recursos psíquicos da família como um todo e de seus membros.

A partir da teoria dos vínculos afiliativos e filiativos, Benghozi (2005) compreende que esses vínculos revelam-se por meio de metagarantias. O autor desenvolveu esse conceito para falar sobre a função, isto é, a responsabilidade que os vínculos possuem em garantir uma proteção suficientemente segura do continente psíquico individual ou do grupo. É um conceito que leva em consideração aspectos psicossociais, econômicos, educacionais, culturais e bio-somáticos.

Para conceituar o que seriam essas metagarantias na prática, o autor cita alguns exemplos a nível familiar, institucional e do Estado e suas respectivas funções dentro dos vínculos. O primeiro exemplo que cabe ao nível familiar seria a família nuclear. Os pais têm a responsabilidade de metagarantia para com seus filhos. Promover o cuidado e a proteção da criança é uma responsabilidade que cabe ao vínculo filiativo. É um pacto ético de responsabilidade dos pais visando garantir a contenção do filho para seu desenvolvimento.

Essa responsabilidade é garantida por meio dos movimentos parentais de cuidado com as necessidades vitais da criança, das interações psicoafetivas e das relações com o ambiente familiar e social. Portanto, a metagarantia na família nuclear pode ser assegurada por um pai, pelo casal parental, pelo grupo familiar ou pelo grupo comunitário. O autor usa uma conhecida fala africana de que “é preciso uma aldeia inteira para assegurar a proteção de uma criança” (Benghozi, 2022).

A nível de Estado, temos a justiça e a polícia como metagarantias dos laços sociais no Estado democrático. A metagarantia aqui abrange funções soberanas em conformidade com a

lei de proteção da saúde, liberdade, segurança, justiça e integridade contra a violência.

Em relação à instituição, Benghozi (2022) cita um estudo feito por ele durante o ano de 2021, em que foi contratado por uma associação para avaliar o impacto institucional da pandemia de COVID-19 e do confinamento social nas práticas institucionais. Em suas observações, o autor notou os efeitos estruturantes da metagarantia institucional no compromisso dos profissionais coordenadores da instituição. Os profissionais tiveram um compromisso de garantir qualidade no suporte fornecido às famílias e clareza sobre o futuro dos negócios a partir daquele momento de crise.

Houve uma resiliência institucional, no qual formularam uma resposta clara e coerente sobre a continuidade dos serviços, além do oferecimento de proteção à saúde dos trabalhadores, permitindo que continuassem a trabalhar a distância, com suporte tecnológico e apoio às populações mais vulneráveis.

Nesse caso estudado, ao mencionar o apoio fornecido pela empresa aos funcionários, podemos compreender o que é a metagarantia a nível institucional e como se dá o exercício através das garantias no vínculo afiliativo. A resiliência institucional fez parte da metabolização do traumático vivido dentro da instituição.

Entretanto, o exercício da metagarantia pode ser confrontado com falhas e ataques. Benghozi (2022) cita como exemplo de falha o contexto da pandemia no Brasil nos anos que o presidente Jair Bolsonaro esteve à frente do poder. O autor entende que a postura do soberano de negar e desafiar o perigo causado pelo vírus fez com que o Estado falhasse na responsabilidade de oferecer o apoio e a proteção social necessária à população diante de um momento de grande risco. Sendo assim, houve uma falha na metagarantia a nível do estado.

Em relação aos ataques que a metagarantia pode sofrer, o autor utiliza o exemplo do incesto como falha a nível familiar. O trauma do incesto é um ataque ao vínculo de filiação, danificando os fundamentos que contém a segurança primordial de uma criança, configurando-se como um ataque ao narcisismo.

No contexto a ser estudado neste trabalho, iremos observar a importância da metagarantia a nível familiar (por meio dos pais) e a nível institucional (por meio da escola).

4 OBJETIVOS

4.1 Objetivo Geral

Analisar as ressonâncias da pandemia no exercício da parentalidade em famílias com filhos de 6 a 7 anos, durante o período de isolamento social e fechamento das escolas.

4.2 Objetivos Específicos

- Compreender os rearranjos e reorganizações ocorridas no casal parental para cumprir a educação dos filhos neste contexto;
- Analisar os processos de sofrimento envolvidos na família durante este período específico da pandemia.

5 ASPECTOS METODOLÓGICOS

A abordagem qualitativa foi escolhida como o método adequado para compreender o fenômeno estudado neste projeto. De acordo com Turato (2008), o pesquisador que adota a abordagem qualitativa busca compreender as “qualidades” do objeto de investigação, formulando assim um conhecimento sobre as propriedades intrínsecas a ele. O objetivo é apresentar essas qualidades em sua essência e, dessa forma, compreender a verdadeira natureza das coisas, distinguindo-as umas das outras. Para alcançar esse objetivo, o pesquisador utiliza técnicas de observação amplas e entrevistas em profundidade, enfocando o contato pessoal e os elementos do ambiente natural do sujeito.

Através de um viés psicanalítico,

O pesquisador percebe, em si, angústias e ansiedades de âmbito pessoal, deixando-se mover deliberadamente por elas para buscar a compreensão profunda das questões humanas e, identificando-se com o outro (sujeito-alvo de seu estudo), acolhe as angústias e ansiedade deste (Turato, 2008, p. 226).

O embasamento teórico foi psicanalítico, a partir de estudos sobre as configurações familiares contemporâneas, vínculos e parentalidade. Adotamos as estratégias de validação de estudos qualitativos propostas por Turato (2008), que incluem: a experiência do pesquisador em conduzir entrevistas; o planejamento adequado dos métodos, técnicas e procedimentos, baseado na literatura relevante e no senso crítico do pesquisador; a supervisão do orientador de pesquisa; a discussão dos resultados com colegas em reuniões regulares; e a apresentação dos resultados preliminares em eventos e reuniões científicas.

Para coletar dados, foram realizadas entrevistas semidirigidas com os pais das crianças. Essa técnica foi escolhida porque permite compreender o contexto familiar em que a criança está se desenvolvendo, assim como a dinâmica da função parental. A flexibilidade da entrevista permite que a direção da conversa varie entre o entrevistado e o entrevistador, o que proporciona aos entrevistados a liberdade de associar livremente suas ideias dentro do escopo geral da pesquisa (Turato, 2005). Todas as entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas de forma completa e precisa. Essas transcrições estão em fase de análise para posterior discussão juntamente com a teoria relacionada ao tema.

5.1 Participantes

Os participantes da pesquisa foram seis mulheres casadas, de classe média, em co-

habitação em que pelo menos um deles esteve em trabalho remoto durante o ano de 2020 e 2021, com filhos de idade entre 6 e 7 anos, com o critério de estarem matriculados em escolas que estiveram em modalidade de ensino a distância. Um segundo critério levado em consideração foi a criança residir com os pais que coabitavam um mesmo espaço naquele momento. Dessa forma, os critérios de inclusão na amostra da pesquisa são relacionados à idade dos filhos e à constituição familiar.

A escolha de crianças na faixa etária de 6 a 7 anos foi justificada por ser uma fase crucial no processo de alfabetização, etapa em que o aprendizado da leitura e escrita se intensifica. Além disso, essa idade representa um momento em que, apesar de a criança já apresentar uma certa autonomia, ela ainda depende significativamente dos pais para atividades como, por exemplo, participar das aulas online durante o período da pandemia, necessitando do auxílio para se organizar e manter-se engajada durante o processo de ensino a distância.

Os participantes foram convidados para compor a pesquisa através da técnica bola de neve. Trata-se de uma abordagem amostral, não-probabilística que emprega cadeias de referência. Inicialmente, identificamos indivíduos que possuem o perfil requerido para a pesquisa e, posteriormente, solicitamos que essas pessoas recomendem novos contatos dentro de sua rede pessoal que compartilhem das mesmas características essenciais, perpetuando esse processo de indicação (Vinuto, 2014).

O contato com este público ocorreu de maneira direta, através de e-mail, o qual apresentava os objetivos da pesquisa, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), após a aprovação desse referido Comitê de Ética. As entrevistas ocorreram *online* através da plataforma *Google Meet*.

A coleta de dados foi realizada com seis mulheres, considerando que apenas elas concordaram com a participação na pesquisa, ou seja, nenhum dos companheiros demonstrou o interesse em compor as entrevistas. Todas eram residentes de um município de médio porte do interior do estado de São Paulo. As entrevistas foram realizadas na modalidade remota, com duração média entre 1 hora e 1 hora e 30 minutos. O número de entrevistas que compõe a amostra levou em consideração a repetição dos conteúdos.

Para preservar a identidade dos participantes, foram utilizados nomes fictícios para as entrevistadas assim como para as escolas frequentadas pelas crianças, quando mencionadas.

A primeira entrevistada foi Valéria, com quarenta e cinco anos, casada com Marcos com quarenta e quatro anos, e mãe do Alex, de dez anos.

A segunda entrevistada foi Débora, de trinta e seis anos, casada com Ricardo de trinta e sete anos, mãe de Gabriela de onze anos, Mariana de seis anos e Ana de cinco anos.

A terceira entrevistada foi Regina, quarenta e três anos, casada com Paulo de quarenta e um anos e mãe de Gustavo de dez anos.

A quarta entrevistada foi Mônica, de trinta e dois anos, casada com Marcos de trinta e três anos e mãe de Alice de oito anos e Júlia de quatro anos.

A quinta entrevistada foi Roberta, com quarenta e oito anos, casada com Edgar de cinquenta anos e mãe de Catarina, de sete anos.

E a última entrevistada foi Patrícia, com quarenta e um anos, casada com Alexandre de quarenta e quatro anos, mãe de Felipe de nove anos e de Clara de dezessete anos.

5.2 Aspectos éticos e análise dos resultados

A presente pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências e Letras – Câmpus de Assis, sob o CAAE: 60851522.4.0000.5401.

Antes do início das entrevistas, os participantes receberam esclarecimentos sobre os objetivos da pesquisa e seus aspectos éticos. Foi garantido o sigilo das informações e o anonimato, e solicitada a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Os resultados estão em processo de análise, através da análise de conteúdo proposta por Bardin (1977), a qual envolve o processo de codificação e categorização dos dados, permitindo a identificação de padrões, temas e significados subjacentes. Dessa maneira, os dados foram agrupados em categorias, que representam conceitos ou temas relevantes para a pesquisa. Essas categorias são estabelecidas através da leitura e revisão dos dados, destacando-se os elementos-chave e as unidades de significado. O processo de criação de categorias envolve a codificação dos dados, ou seja, a atribuição de rótulos às unidades de informação relevantes. Essas unidades podem ser palavras, frases, trechos de texto ou qualquer outra unidade significativa.

Após a codificação, os dados são agrupados de acordo com as categorias estabelecidas. Isso permite a organização e análise dos dados, revelando padrões, relações e tendências emergentes. A teoria psicanalítica, sobretudo a psicanálise de casal e família constituem as bases teóricas para a análise dos resultados.

6 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo, apresentamos a análise das entrevistas realizadas nesta pesquisa, organizando os dados em categorias e subcategorias conforme os conteúdos abordados e sua relevância. Exploramos as principais temáticas emergentes nas vidas das mães, visando uma compreensão mais aprofundada do contexto familiar durante este período.

6.1 Acordos entre o casal: papéis e funções na organização doméstica e no cuidado dos filhos

Esta categoria revela as estratégias e adaptações realizadas pelos pais para o enfrentamento das mudanças impostas pela pandemia. Cinco das seis entrevistadas negociaram funções com seus maridos, ajustando rotinas e responsabilidades para manter o bem-estar familiar durante o isolamento social. Os acordos variaram desde uma divisão clara e definida das tarefas domésticas até colaborações ocasionais em certas atividades, refletindo a diversidade nas dinâmicas conjugais. No entanto, mesmo com as divisões de tarefas foi observada uma sobrecarga das mulheres em todas as famílias entrevistadas.

6.1.1 Divisão de tarefas e funções na organização doméstica

Durante a pandemia, houve uma reorganização das tarefas domésticas devido à mudança que ocorreu na presença de todos os membros da família, ou seja, pais em trabalho remoto e os filhos em *homeschooling*. Além disso, os pais organizaram-se para acompanhar os filhos nas aulas e atividades *online* propostas pela escola. Das seis entrevistadas, três mencionaram ter acordos quanto à divisão de tarefas domésticas, incluindo limpeza, organização da casa e preparo das refeições. Notamos que os casais, de modo geral, puderam exercer algum grau de divisão entre si, principalmente em relação a este aspecto.

No entanto, foi possível perceber que naqueles casais nos quais não existia nenhum tipo de acordo em relação a isto antes da pandemia, essa negociação foi mais difícil ou não ocorreu.

Valéria relatou que, antes do início da pandemia, contava com a ajuda de uma funcionária doméstica para limpar e organizar a casa. Com o decreto de isolamento social, ela e seu marido decidiram assumir essas tarefas para não colocar a funcionária em risco, nem a eles mesmos. Ficou acordado que Valéria seria responsável pela limpeza interna da casa e seu marido pela limpeza externa. Essa divisão de responsabilidades permanece até hoje.

Ele faz mais coisas na parte externa. Então, por exemplo, lavar a área da casa, lavar o quintal, cuidar da piscina, ele que faz. Eu não faço isso. Até hoje, né, é assim. Então ele cuida da parte externa e eu cuido da parte interna. E aí cozinhar algumas coisas às vezes ele cozinhou quando eu não podia mas não era uma coisa frequente era muito mais eu que fazia entendeu?(Valéria).

Regina mencionou que, em sua família, sempre foi sua responsabilidade organizar e limpar a casa. Seu marido nunca colaborou com essas tarefas, ao contrário de seu filho, que sempre foi mais prestativo. Ela observou que seu filho é mais diligente que o marido, e às vezes até questiona se o pai não poderia ajudar com alguma parte da limpeza e organização, já que frequentemente está deitado descansando nesses momentos. No entanto, durante a pandemia, com todos em casa, todos tiveram que colaborar com essas responsabilidades.

Na verdade, o meu marido nunca me ajudou muito nunca foi de me ajudar muito mas assim quando a gente está em casa tipo, ah, está todo mundo em casa a gente divide tarefas [...]. [...] E na pandemia todo mundo ajudava. Porque estava todo mundo em casa. Então assim, na pandemia era algo que todo mundo tinha que fazer(Regina).

Na família de Roberta, também era sua função organizar e limpar a casa antes da pandemia. Mas, neste período em que todos estavam em casa, relatou que o marido assumiu a maior parte das responsabilidades culinárias, enquanto ela se encarregou de organizar as demais tarefas domésticas. Embora ela mencione que ainda ficou com a maior parte das tarefas, isso aliviou parcialmente sua carga de trabalho: “Então eu ficava com a casa, o Maurício gosta de cozinhar ele cozinhou a grande maioria das vezes. Quando ele ficou esses meses em casa às vezes eu pedia pra Raquel fazer alguma coisa diferente que ela também gosta de cozinhar e eu aqui só sei fazer o trivial né” (Roberta).

6.1.2 Acompanhamento das atividades dos filhos

Outro acordo recorrente mencionado nas entrevistas foi a definição de quem seria o responsável por acompanhar os filhos nas atividades escolares, uma vez que as aulas estavam

sendo realizadas integralmente *online*. Com o fechamento das escolas e a transição para o ensino remoto, muitos pais precisaram se envolver mais diretamente na educação dos filhos, assistindo às aulas com eles, explicando conteúdos que não compreenderam, garantindo a concentração durante as aulas e oferecendo suporte nas atividades. Apenas em três famílias entrevistadas os pais compartilharam as responsabilidades relacionadas ao ensino remoto dos filhos.

Inicialmente, com poucos dias e horas de aulas *online*, Valéria e Marcos se revezavam para acompanhar Alex nas atividades escolares. No entanto, à medida que as aulas se tornaram diárias e mais longas, Valéria e Marcos não puderam mais estar presentes com Alex durante as aulas, pois estavam ocupados com o trabalho remoto ou com as responsabilidades domésticas. Alex então passou a ser supervisionado apenas no início das aulas *online*, ficando sozinho posteriormente.

Então foi isso. No primeiro momento eu consegui acompanhar ele na verdade a gente conseguiu. O Márcio também revezava comigo em acompanhar as aulas online. Conseguimos de início sentar ao lado dele. No segundo semestre de 2020 não consegui mais fazer isso. Ele tinha que assistir às aulas sozinho. E tenho certeza que ele não prestava atenção porque ele precisa de alguém observando pra ele fazer. E eu não estava observando. O pai dele às vezes podia e outras não podia porque estava fazendo outra coisa (Valéria).

Embora Débora fosse a responsável por acompanhar as filhas nas atividades *online*, conseguiu dividir as tarefas de matemática da filha da segunda filha com o marido, que tinha mais facilidade com o tema. Ambos criaram abordagens lúdicas para ensiná-la, o que facilitou sua aprendizagem.

Na verdade eu entendi que meu marido já era melhor nessa parte de cálculo então comecei a delegar pra ele um pouco essa parte. Eu dava o material de apoio pra ele e pedia pra brincar com ela. Eles iam brincar de fazer continha com garrafa PET era bem lúdico né? Só que aí eu deixava mais com ele essa parte aí porque matemática já não era comigo né? (Débora).

Patrícia não ficou responsável pelas atividades escolares *online* do filho. Ela afirmou que o marido desempenha melhor essa função e, portanto, ficou encarregada de todas as outras tarefas, enquanto ele assumiu a responsabilidade pela aprendizagem *online* do filho: “A isso o Alexandre faz muito bem. A organização da casa, almoço é tudo eu. Mas até hoje o Alexandre ajuda muito eles com a escola” (Patrícia).

6.1.3 Sobrecarga Feminina

Embora três entrevistadas tenham mencionado acordos sobre a divisão de tarefas, todas relataram uma sobrecarga de funções durante a pandemia. As mulheres majoritariamente assumiram a maior parte das responsabilidades nas famílias entrevistadas. Isso revela que, mesmo com a implementação de acordos, prevaleceu o trabalho das mulheres tanto nas funções domésticas quanto no acompanhamento dos filhos nas atividades *online*.

Valéria, por exemplo, menciona que, embora tenham dividido as responsabilidades domésticas entre tarefas internas e externas, Marcos nem sempre ajudava, especialmente porque as tarefas externas, como lavar o quintal e limpar a piscina, não precisavam ser realizadas diariamente, ao contrário das tarefas internas que demandavam organização e limpeza constantes devido ao tempo que todos passavam dentro de casa. Além disso, ele raramente se voluntariava para cozinhar as refeições.

Com certeza mais trabalho pra mim do que pro Márcio. Ele ajuda? Sim, mas não é aquela ajuda, cinquenta por cento eu, cinquenta por cento ele. Não. Ele faz mais coisas na parte externa. Então, por exemplo, lavar a área da casa, lavar o quintal, cuidar da piscina, ele que faz. Eu não faço isso. Até hoje, né, é assim. Então, ele cuida da parte externa e eu cuido da parte interna. E aí, cozinhar algumas coisas às vezes ele cozinhas, quando eu não podia, mas não era uma coisa frequente, era muito mais eu que fazia, entendeu? Então eu aprendi a não ligar muito pras coisas da casa, porque não dava tempo (Valéria).

Na família de Débora, sempre coube a ela a responsabilidade pelos serviços domésticos. Mesmo trabalhando fora de casa durante o dia, era ela quem mantinha tudo funcionando e organizado quando estava em casa. Durante a pandemia, essa dinâmica não mudou. Mesmo nos dias em que seu marido estava em casa, ele não se oferecia para ajudar em nenhuma das tarefas domésticas. Débora relata que ter o marido em casa sem trabalhar era até prejudicial, pois ele acabava gerando mais trabalho para ela. Um ponto importante é que, em 2020, tanto ela quanto sua filha Clara foram infectadas pela COVID-19, enquanto seu marido e as outras duas filhas não foram. Mesmo durante esse período, seu marido não assumiu nenhuma responsabilidade doméstica, deixando Débora, mesmo em risco de saúde, a cuidar de todas as necessidades da família, como preparar as refeições.

Olha, vou te falar que a pior parte foi com meu marido. Porque ficar com homem em casa quinze dias é muito difícil. Pra gente que é mulher, as coisas continuam do mesmo jeito. Você tem que lavar, você tem que passar, você tem que cozinhar. Você estando ruim ou você estando bem você tem que fazer. Pra mim foi indiferente porque eu continuei fazendo tudo e só tendo um cuidado a mais porque eu passava pano com álcool em tudo. Era pano com álcool na fechadura e era na geladeira,

enfim em tudo pras outras não pegarem. Então, eu quase fiquei doida, fiquei bitolada, né?(Débora).

Eu me senti mais nervosa. Minha cabeça na verdade já estava a mil, eu pensava na Mariana que estava com covid, mas ao mesmo tempo pensava nas outras duas que eu não podia ajudar por estar com a Mariana. Eu pensei que ele fosse ajudar mais sabe? Com as meninas... Ele não fazia nada. Tipo assim, a gente estava na mesa. Eu sentava numa ponta com a Mariana e ele sentava na outra com as outras duas. Só que eu tinha que servir todo mundo. Eu tinha que botar minha máscara pra colocar comida no prato, pra deixar lá pra elas. Então tudo eu tinha que fazer. Eu fiquei nervosa por isso que eu pensava assim “poxa vida se eu estou cuidando dessa que está positiva igual eu, se as outras não estão e tão igual você então cuida delas pra mim, vai dar um banho, colocar comida no prato, lavar uma louça”. Eu fiquei muito nervosa, poxa vida, não estava fazendo nada. Está vendo que eu estou precisando de ajuda... por que não faz? Isso abalou muito nosso relacionamento, eu fiquei muito estressada (Débora).

Além de ser a única responsável pelas tarefas domésticas da família, Débora optou por deixar de trabalhar pela manhã para poder acompanhar as aulas e atividades *online* de suas três filhas.

Eu procurava tentar oferecer o melhor pra elas. Cheguei a estudar uns negócios lá, tive que pesquisar, pra poder orientar elas sabe? Eu acompanhava tanto as aulas com elas, que mudei o horário de serviço para poder acompanhá-las de manhã na aula online. Então ou eu estava com uma ou estava com a outra porque era tudo no mesmo horário né?(Débora).

Algo parecido foi relatado por Regina, que afirma que o marido também nunca ajudou nas funções de casa. Mas diferente do marido de Débora que não assumiu nenhuma função na pandemia, o marido de Regina neste período passou a ajudar a esposa e o filho nas tarefas domésticas.

Na verdade, o meu marido nunca me ajudou muito, nunca foi de me ajudar muito, mas assim quando a gente está em casa tipo, ah, está todo mundo em casa, a gente divide tarefas. E o Gustavo também participa muito dessa ajuda em casa, sabe? E às vezes o Gustavo ajuda até mais com o meu marido(Regina).

Mônica sempre contou com a ajuda de sua sogra. No entanto, com a pandemia, elas precisaram manter a distância física, e Mônica perdeu esse apoio. Ela se sentiu muito

sobrecarregada, pois o marido não assumiu nenhuma função. Esse fato foi tão intenso que gerou impactos negativos no casamento, levando o casal a cogitar o divórcio.

Quando eu chegava em casa, eu já estava cansada física e emocionalmente. As crianças queriam ficar comigo, queriam atenção porque fiquei longe o dia todo. Só que eu tinha que limpar a casa, tinha que fazer comida, dar janta e fazer a comida do dia seguinte pra dar pra elas. Precisava lavar roupa, passar roupa, coisas que eu não conseguia dar conta. E ele ficava em casa o dia todo. Tudo bem que trabalhava, mas a demanda estava menor e enquanto trabalhava dava pra ir adiantando algumas coisas, né? Mas não, ele não fazia nada. Eu tive que dar conta de toda essa parte, entendeu? Eu pedia pra ele fazer ele dizia “eu não consigo fazer nada com as duas aqui em casa”. E eu falava “se eu consigo dar conta das duas, dos trabalhos de casa e do meu, por que você não consegue?”. Ai a gente brigava, bastante, bastante, bastante. Foi com essas brigas que um tempo depois eu precisei buscar terapia. Essas questões estavam me deixando muito mal (Mônica).

Mesmo com o marido assumindo a função de acompanhar as aulas com a filha, o restante das funções e responsabilidades ficavam para ela quando chegava do trabalho no hospital:

Eu estava muito sobrecarregada também. Vivia naquele caos do hospital o dia todo, chegava em casa ainda tinha que dar banho nelas, trocar, fazer janta, colocar pra dormir. E eu estudava com a Ana ainda, né? Ele acompanhava ela nas aulas durante o dia mas, com quem ela vinha estudar depois era comigo. Além disso eu tinha que fazer comida pro dia seguinte, eu levava roupa todo dia por medo de ter alguma coisa infectada do hospital. E ainda tinha a roupa deles pra lavar, porque tinha que ser separado, entendeu? Então mais trabalho ainda. E como eu é quem corria risco todos os dias, o trabalho de ir no mercado, ir na padaria era eu né? E ainda por cima tinha que higienizar tudo. Então assim, foi tudo eu literalmente. Sobrecarregou muito, muito mesmo (Mônica).

Patrícia também se queixou de que o marido em pouco ajudava nas questões da casa e que isso também virou um motivo de desentendimento no casamento.

Em relação a sobrecarregar, pelos afazeres de casa, aí foi mais difícil. A casa grande, tudo aquilo sobrando pra mim, ele não fazendo nada. Aí quando nos encontrávamos pelo corredor, aí ficava mais difícil. Sempre começávamos a discutir ou se irritar por nada. A gente tinha que ir pra rua. De vez em quando ainda precisamos fazer isso, um precisa sair de casa [...]. Já tínhamos sim antes algumas questões. Por conta da divisão de tarefas que sempre foi injusta e acho que por coisas do dia a dia, né? Que a gente sempre acabou se irritando mais um com o outro e de repente ter que ficar mais junto foi difícil (Patrícia).

Roberta foi a única entrevistada que não relatou diretamente uma sobrecarga adicional durante a pandemia, pois continuou sendo a única responsável pelas tarefas domésticas, assim como antes. A principal diferença foi a necessidade de ajudar a filha com as aulas *online*, tarefa na qual ocasionalmente recebia assistência da filha mais velha.

Ai, não acho que está tudo igual porque hoje, também sou eu mesma que faz tudo e as mesmas coisas. Então está normal. [...]. Era tudo comigo. E tinha a parte da escola da Catarina, os deveres de casa. Alguma coisa que eu achava difíceis eu pedia pra Raquel ajudar, falava: oh agora é sua vez. Mas a grande maioria das atividades era comigo(Roberta).

6.2 Impactos do isolamento social para a família

Esta categoria explora como o período de isolamento devido à pandemia influenciou as dinâmicas familiares, destacando tanto os benefícios apontados pelas entrevistadas como as dificuldades resultantes deste período para suas respectivas famílias. Dentre os benefícios, incluem-se a proximidade entre os membros da família, a mudança no comportamento dos filhos e uma rotina menos acelerada, associada a mudanças na rotina e ao desempenho no trabalho.

No entanto, em relação às dificuldades, apontamos as mudanças no comportamento dos filhos, a necessidade de maior envolvimento na aprendizagem deles e conflitos conjugais. Para analisar tais aspectos dividimos em quatro subcategorias que englobam: o fortalecimento dos vínculos familiares, o desgaste dos vínculos familiares, o impacto nos filhos e os benefícios promovidos pelo isolamento social.

6.2.1 Fortalecimentos de vínculos familiares

Com a necessidade de ficarem em casa, os membros da família passaram a conviver mais intensamente, resultando em momentos de maior interação e proximidade em algumas famílias. Três entrevistadas mencionaram que esse período prolongado em casa permitiu que os membros da família pudessem conviver mais uns com os outros, algo que anteriormente não era possível devido à falta de tempo.

Débora ficou em casa com suas três filhas e, portanto, precisou desenvolver ideias para que elas pudessem passar o tempo brincando e assim, não se sentissem tão entediadas. Dessa forma criou brincadeiras, nas quais elas estavam juntas o tempo todo, transformando o período de isolamento em um tempo de criatividade e diversão dentro de casa. Apesar do

espaço limitado, a família encontrou maneiras de divertir as crianças e minimizar o estresse causado pelo confinamento.

Aqui como eram as três, elas brincavam muito. Nossa, minha mãe estava falando outro dia “acho que na época da pandemia quando todo mundo ficou dentro de casa os primeiros meses foi a época que elas mais brincaram [...] Sim, a gente ficava inventando mil e uma brincadeira pra elas não ficarem estressadas, né? E estou dentro de casa. Então imagina a minha casa pequena com uma garagem pequena e cinco pessoas que não podiam nem ir na praça [...]. Então, a gente teve que se virar nos trinta e foi a época que elas mais brincaram. Então não tive tanta dificuldade na socialização porque uma tinha a outra né? Então elas ficavam muito entre elas (Débora).

Regina também percebeu um fortalecimento nos vínculos familiares neste período. Antes da pandemia, a rotina acelerada impedia que estivessem mais tempo juntos. No entanto, o isolamento forçado os levou a estarem mais presentes na vida um do outro, como fazer as refeições juntos, algo que era impensável na antiga rotina. Essa vivência foi tão positiva que, mesmo com o término do isolamento social, passaram a criar estratégias para pelo menos continuarem a almoçarem juntos. A proximidade entre eles e os momentos memoráveis resultaram numa sensação de união e bem-estar entre eles, lembrando dessa época com bastante nostalgia.

Acho que foi melhor do que eu imaginava. Porque durante a semana, no dia a dia, a gente quase nem se vê [...]. Na verdade, nós tivemos que criar estratégias para ficar mais tempo juntos. Decidimos que pelo menos uma vez por semana tínhamos que pelo menos almoçar juntos. Por isso, eu acho que na pandemia os vínculos até se fortaleceram, sabe? Do tipo assim, antes a gente passava muito tempo longe fisicamente um do outro. Em um dado momento que tudo parou, a gente teve que ficar junto, tivemos que viver essa experiência de nós três juntos ali em casa(Regina).

Mônica destacou a importância do tempo que a filha passou com o pai durante a pandemia. Antes, ele saía para trabalhar e só retornava no final do dia, mas o período de isolamento permitiu que ele estivesse mais presente, fortalecendo o vínculo entre eles. A entrevistada mencionou que sua filha mais nova, nascida durante a pandemia, desenvolveu-se com a presença constante do pai no dia a dia, diferente da filha mais velha, que conviveu menos com ele nos primeiros meses de vida. Nesse sentido, Mônica percebe que, com a

pandemia, a filha mais velha teve a oportunidade de maior convivência com o pai e conviver mais tempo com ele.

Mas ao mesmo tempo ela ficou em casa com o pai, que foi algo muito novo pra ela. Porque o pai antes saía pra trabalhar e voltava só no final do dia. E naquela época ela ficava o dia todo com ele. Ela gostou muito disso. E meu marido ficou vendo muitos vídeos na internet pra aprender a fazer coisas diferentes com ela. Ele fez um corredor com lençol, como se fosse um labirinto com uns obstáculos, enchia de almofada, colocava música pra ela dançar que ela ama dançar, sempre gostou. Então ela gostava de ter esses momentos com o pai [...]. E eu percebo que pela Gabriela ter passado esse tempo com meu marido, hoje ela é muito os dois. Já a Alice é tudo mãe, sabe? Ela é muito mais apegada em mim. E eu acho que isso aconteceu por conta da Alice ser pequena e já ter se acostumado a ficar só com o pai (Mônica).

6.2.2 Dificuldades enfrentadas em relação aos vínculos familiares

Por outro lado, a maior convivência e proximidade durante o isolamento social também resultaram em desafios e impactos negativos para algumas famílias. O aspecto mais mencionado foi o desgaste do casal, relatado por duas entrevistadas, que, ao passarem mais tempo em casa com o marido, perceberam que o casal apresentou mais discussões.

Para Débora, a presença constante do marido em casa revelou-se um desafio significativo. O marido, habituado a uma rotina de trabalho externa, teve dificuldade em se adaptar à nova dinâmica doméstica. A ansiedade e a frustração diante da impossibilidade de trabalhar criou um ambiente tenso, onde o maior desafio na opinião dela, não foi o medo do vírus, mas a necessidade de lidar com a mudança drástica na rotina e a consequente mudança de humor do marido.

Olha, vou te falar que a pior parte foi com meu marido. Porque ficar com homem em casa quinze dias é muito difícil. [...]. Agora foi muito difícil ficar com o meu marido, porque homem, se não tiver trabalhando, eles ficam meio doido, né? E ele ficava assim “meu Deus, eu preciso voltar a trabalhar, porque eu não posso deixar lá”. Ele chegou a trazer alguns dias uns serviços pra casa, para terminar aqui em casa mas não deu muito certo, ele acaba tendo que ir pra lá. Por alguns dias consegui segurar ele em casa porque eu falava “se alguém te denunciar, falar que você está trabalhando, ou que sua família tá com Covid eles vão chamar a polícia aqui”. Ele conseguiu ficar uns 15 dias em casa. Então foi muito difícil ficar com ele. Ele queria ir trabalhar, ele não ficava parado em casa, ele ficava nervoso, preocupado. Por mim, a pior parte de ficar em casa não foi nem o Covid. Foi meu marido ficar em casa sem poder sair pra trabalhar (Débora).

Patrícia enfrentou situações semelhantes com o marido, porque o trabalho dele tornou-se totalmente remoto. Naquela época, ela também estava em casa, o que resultou em mais tempo de convivência juntos, mas essa experiência não foi positiva. Eles se desentendiam e se incomodavam com a presença mútua constantemente. Além disso, segundo ela, a filha estava passando por uma fase difícil emocionalmente, evitando a convivência familiar e permanecendo no quarto, enquanto o filho estava extremamente agitado. O espaço compartilhado tornou-se um campo de tensão, com conflitos frequentes, tornando o período ainda mais desafiador.

Sim, eu lembro que a gente já estava todo mundo dentro de casa. Eu já estava me desentendendo com meu marido, minha filha já estava numa fase muito difícil que não queria sair do quarto, muito rebelde. E aí veio essa alergia, bem depois da viagem de Brotas. Felipe já estava dentro de casa, sem ir na escola, ele é agitado [...]. Quando começou tudo da pandemia todo mundo ficou em casa, meu marido trabalhando de casa... tinha dia que não conseguia ver ele no corredor de casa, que já nos estranhávamos [...]. Com certeza, o convívio maior dentro de casa foi e está ainda sendo muito difícil para eu e ele (Patrícia).

6.2.3 O impacto da pandemia nos filhos

As entrevistas também abordaram o impacto da pandemia nas relações e no comportamento dos filhos. A proximidade entre pais e filhos durante a pandemia levou a diversas mudanças nos comportamentos das crianças. Para algumas famílias, a convivência no ambiente doméstico resultou em conflitos e estresse, enquanto outras observaram melhoras no comportamento dos filhos devido à maior presença dos pais. Além disso, a ausência dos contatos sociais com amigos influenciou significativamente o comportamento das crianças, alterando suas rotinas e formas de interação.

Roberta menciona que ela e a filha, embora aproveitassem o tempo juntas fazendo atividades enviadas pela escola, a filha sentiu muita falta de socialização com outras crianças. A ausência das amigas foi um ponto de tristeza, destacando um dos desafios do isolamento: a limitação nas interações sociais fora do núcleo familiar. Com esse maior tempo em casa, Roberta percebeu que sua filha começou a ficar mais agressiva.

Então tudo eu fazia junto, os exercícios, os desenhos, tudo que a professora mandava a gente abria e fazia as atividades. Então era gostoso, né? Tinha bastante atividade com frutas, desenhos, quebra-cabeça, montar artesanato. Então aproveitamos muito juntas. Mas eu senti que ela sentiu muita falta das crianças. Isso pra ela foi bem triste porque ela falava “mamãe eu quero brincar, minhas amigas estão na casa da fulana, deixa eu ir”. E eu explicava que tinha que esperar um pouquinho que ainda não podia (Roberta).

Devido à presença constante de todos em casa e à realização das aulas de forma *online*, Valéria e seu marido precisaram acompanhar mais de perto o processo de aprendizagem do filho. Isso gerou dificuldades e irritação, pois a situação exigiu negociações e a adaptação mútuas, gerando desgastes nos vínculos.

Como disse no começo até que era tranquilo. Poucas aulas, poucas atividades. Mas depois foi ficando mais difícil porque não tínhamos tempo e muitas vezes não tínhamos paciência para sentar e estudar com ele. Eu cansava de falar para ele fazer algo melhor e era só irritação. A questão dele não conseguir parar quieto na frente do computador e se concentrar acho que foi a parte mais difícil (Valéria).

Por outro lado, Mariana, que antes da pandemia apresentava um comportamento mais agressivo começou a demonstrar maior tranquilidade após passar mais tempo em casa com sua família.

A Mariana sempre foi muito pimenta assim, sabe? Brava, briguenta. Mas na pandemia, por incrível que pareça, ela melhorou assim, da água pro vinho. Ela virou um doce de criança [...]. A questão do comportamento dela me chamou a atenção. Ela era muito brava, muito nervosa e irritada, sabe? E na pandemia ela virou um doce. Nossa! Ela vive doce! Minha mãe vinha em casa e falava assim “Debora, como que a Marina mudou da água pro vinho?”. Ela ficou mais doce, tinha mais paciência. Estava mais tranquila, não brigava tanto com as irmãs dela. Então assim, na questão do comportamento eu achei que melhorou muito na pandemia[...]. Bom, na época eu pensava muito sobre isso. E cheguei a conclusão que eu acho que pode ser pelo fato de eu estar mais presente, por um tempo maior. Então, quando eu tinha que estar trabalhando era minha mãe que ficava com elas. E isso acontece muito, elas passam boa parte do tempo com a minha mãe, porque a gente precisa trabalhar. Penso às vezes que ela sentiu o carinho da gente, o cuidado da gente, a presença da gente o tempo todo. Porque eu sempre pensei assim: estar comigo ou estar com a minha mãe, é a mesma coisa. Minha mãe cuida do mesmo jeito que eu. Dá o mesmo carinho... então eu não preciso estar perto. Eu nem sei se sentem falta de mim. Estar com minha mãe é a mesma coisa de estar comigo. Mas depois que a Mariana mudou completamente de comportamento, comecei a pensar que ela se sentia mais protegida, mais amada, mais cuidada por nós o tempo todo dentro de casa [...]. Quando estava tendo aula eu lembro dela pedindo para ficar em casa “mãe quero ficar com você, deixa eu ficar com você”. Então eu acho que só pode ter sido isso, o fato dela se sentir mais protegida. Porque não teve outra coisa assim pra eu pensar de diferente que pode ter acontecido. Antes da pandemia elas iam de manhã pra escola e voltavam só no almoço. Depois, à tarde, iam pra ginástica, natação... Então não ficavam muito tempo em casa comigo (Débora).

E no caso de Patrícia, seu filho, Felipe teve mais tempo para o brincar e para amizades no condomínio, considerado algo importante durante o período.

*O Felipe brincou demais ao longo da pandemia, *ixi*. Eles brincaram tanto que nem a escola que fez falta, pelo menos pro Felipe. E na verdade assim, o Felipe é bem*

esperto, sabe? É engraçadíssimo. Ele já tem uma letra linda desde novinho, ele é bem tranquilinho. Então foi tranquilo pra ele esse período. E tem o amigo Alex, do condomínio, né? Nossa, ele ama o Alex de paixão. E se aproximaram muito na pandemia, mesmo sendo de escolas diferentes (Patrícia).

6.2.4 Benefícios na rotina da família

Apesar dos impactos negativos do isolamento social, três famílias relataram certos benefícios decorrentes dessa nova configuração. A ausência de obrigações de sair de casa ou lidar com uma rotina agitada trouxe benefícios. Além disso, o desempenho de algumas atividades profissionais foi aprimorado no regime remoto, e algumas crianças se adaptaram bem e até gostaram de permanecer em casa.

Valéria por exemplo, considerou a mudança promovida pela pandemia benéfica para seu trabalho e também na sua rotina, que ficou menos acelerada:

Bom, foi tudo novo. Pra mim, foi muito bom. Na escola de inglês, passamos de uma semana pra outra pro online. Nós tínhamos estrutura para isso. A gente já conhecia o Zoom, a gente tinha uma estrutura tecnológica para lidar com essa nova demanda. Então, meu trabalho não parou. Não foi estressante, porque o que eu faço ajustou direitinho com a modalidade online. Claro, nós tivemos desafios com os alunos, que não foram todos que se adaptaram ao online, alguns alunos deixaram as aulas. Mas no fim, abriu um novo caminho, descobrimos uma nova possibilidade que é as aulas a distância. Porque ir até a escola se eu tenho a possibilidade de fazer aula online? Isso funcionou muito para os alunos adultos. Foi bem mais prático. De forma geral, pra mim foi positivo em relação ao meu trabalho. Posso dizer que fui privilegiada, porque sei que nem todos os trabalhos foram dessa forma. Criamos aulas diferentes, alcançamos vários alunos. Passamos medo em relação à questão financeira da escola. Tivemos que tomar cuidado, pois éramos uma escola sólida, estávamos conseguindo sobreviver[...]. Como a gente estava em casa, então era conveniente porque eu conseguia trabalhar de casa e meu marido também. Nesse sentido prático e logístico ficou muito mais fácil. Hora do almoço, não tinha mais que buscar e levar na escola. Foi bem menos correria (Valéria).

A nova rotina também trouxe benefícios na família de Regina. Seu filho conseguiu se adaptar bem à nova dinâmica escolar e a família passou a conviver mais tempo juntos, melhorando a falta de tempo do dia a dia.

E foi tudo, tudo bem. Foi bom até pro Gustavo (filho). Porque antes da pandemia, era tudo muito corrido. Todo lugar o Gustavo tinha que me acompanhar, porque eu levo, eu trago, busco... eu que corro com ele. Então, com a gente em casa não tinha essa correria. Meu marido falava assim “Gustavo, seu cabelo tá grande, vem cá que vou passar a maquininha”. Então assim, nós criamos histórias na pandemia. Não tinha como levar no cabeleireiro, tava fechado. Nós tínhamos que cortar e isso cria história pra contar né? [...]. Não tivemos problema nenhum de escola, convivência, nada, nada disso. Apesar de toda a instabilidade, a nossa família lidou bem com tudo isso, inclusive fortalecemos nossos vínculos. E nosso trabalho felizmente continuou da mesma forma, remotamente, mas continuamos trabalhando (Regina).

Roberta também relata benefícios dessa nova dinâmica, pois sua família sempre preferiu estar em casa ao invés de saírem: *“Acho que não sofremos tanto com o ficar em casa, nós sempre gostamos de ficar em casa. Acho que o maior problema foi pra quem não era de ficar em casa, né?”* (Roberta).

6.3 Apoios e suportes encontrados na pandemia

Os apoios e suportes presentes durante a pandemia foram essenciais para as famílias, auxiliando-as a desempenhar melhor suas funções parentais e enfrentar os desafios do isolamento. Todas as entrevistadas contaram com algum tipo de apoio durante a pandemia, seja ele familiar ou social. A presença desses suportes auxiliou as famílias em questões relacionadas às dificuldades do enfrentamento do isolamento social, à sobrecarga de funções parentais e, principalmente, ao papel dos pais na aprendizagem das crianças.

No entanto, a ausência ou perda desses apoios criou dificuldades adicionais, sobrecarregando ainda mais a função de alguns membros da família e destacando a importância de um suporte social e comunitário em tempos de crise. As subcategorias identificadas foram: famílias que tiveram apoio (social ou familiar) e famílias que perderam apoios durante a pandemia (social ou familiar).

6.3.1 Famílias que tiveram apoio

6.3.1.1 Apoio social: condomínio, escola ou serviços especializados

O apoio social foi de extrema importância para cinco famílias. Três dessas famílias destacaram o suporte oferecido pelo condomínio residencial onde moravam, que auxiliou tanto os pais quanto os filhos. Para outras duas famílias, os serviços especializados de uma professora particular e uma psicopedagoga foram fundamentais para atender às demandas escolares. Além disso, outras duas famílias contaram com o apoio das professoras da escola dos filhos, que forneceram suporte tanto para as crianças quanto para os pais em relação às dúvidas ou meso dificuldades encontradas para o acompanhamento das atividades escolares.

Em relação ao suporte oferecido pelo condomínio, este foi vital para manter a interação social e o bem-estar emocional das crianças. As áreas de lazer e a convivência diária com outras crianças evitaram, na opinião das entrevistadas, episódios de depressão e ansiedade, proporcionando um senso de comunidade e suporte entre os moradores.

Valéria relatou que a interação social no condomínio ajudou seu filho a continuar fazendo o que mais gosta: interagir com os amigos: *“Isso fez muita diferença na parte*

emocional dele. Ele não teve nenhum episódio de depressão sei que outras crianças da escola tiveram” (Valéria).

Patrícia também relatou acerca da rotina de interação social de seu filho, a qual permaneceu praticamente inalterada, pois ele estava constantemente brincando com os amigos. Ela também destacou o senso de comunidade e o suporte mútuo entre os vizinhos, que compensaram a ausência de apoio familiar.

A gente liberava um pra casa do outro frequentávamos quando podíamos. Foi muito bom [...]. Sim, a gente ficou bem unido com o pessoal do condomínio. A gente liberava um pra casa do outro, frequentávamos quando podíamos, foi muito bom [...]. Mas ah... para ele foi uma alegria ficar dentro de casa. A gente tava num condomínio né? As crianças tudo saindo pra rua, então foi muito menos pesado (Patrícia).

Roberta mencionou que a mudança para um condomínio com área de lazer foi crucial para a filha suportar o isolamento: *“Então esse primeiro ano pra nós, a gente aguentou muito bem pelo fato de a gente ter acabado de mudar de um prédio que não tinha área de lazer para um prédio que tinha área de lazer” (Roberta).*

Outro apoio importante para duas famílias foi o fornecido pela escola durante as aulas remotas. Eles forneceram materiais extras e orientação contínua aos pais em relação ao conteúdo que estava sendo explicado. Nas entrevistas foi possível perceber a insegurança dos pais com a modalidade de ensino *online*, já que eles eram os responsáveis por supervisionar e orientar os filhos nas atividades escolares.

No caso de Valéria, a escola enviou matérias extras para desempenhar melhor as atividades: *“Então, toda semana ou a cada quinze dias, não lembro direito, eles disponibilizavam um pacotinho com nome de cada aluno e trazia até o carro. Então a gente trazia as atividades que ia ser pra aquela quinzena” (Valéria).*

Além dos materiais extras, Débora recebeu vídeos explicativos da professora de Mariana, que ensinavam a melhor forma de transmitir o conteúdo que a filha não estava compreendendo.

E eu tive muita ajuda da professora, eu ligava pra ela, pedia material extra pra ela me mandar, ela me enviava ou deixava separado na escola pra eu buscar [...]. A gente sempre conseguia ter contato com eles. Eles disponibilizaram tudo que a gente precisava pra poder ajudar as crianças ali. Então, eu acho que foi muito importante essa ajuda que a escola deu nesse momento difícil. Se não fossem assim acho que teria sido mais difícil pra mim (Débora).

Os serviços especializados, como psicopedagogas e professores particulares, também apareceram em duas entrevistas como uma forma de apoio às famílias durante o ensino remoto e das dificuldades educacionais emocionais das crianças. Esses serviços proporcionaram um suporte técnico e emocional adicional necessário durante a pandemia.

Valéria procurou a ajuda de uma psicopedagoga, inicialmente em busca de um possível diagnóstico relacionado à dificuldade de concentração de seu filho. Após constatar que não havia problemas nesse sentido, a profissional passou a auxiliar seu filho na organização das tarefas escolares para melhorar seu desempenho.

Neste último semestre procurei ajuda. Acabamos indo numa psicopedagoga pra me ajudar a organizar porque um dos problemas que ele tem é de organização né? [...]. As duas psicopedagogas me ajudaram e me acalmaram muito porque tinha medo dele ter problema de aprendizagem de alguma coisa séria assim dislexia ou TDAH. né? Mas não teve nenhum diagnóstico do tipo (Valéria).

Ao perceber que a escola não estava conseguindo oferecer o suporte necessário para que as crianças aprendessem o conteúdo, Mônica decidiu contratar uma professora para reforçar as matérias ministradas durante as aulas *online*: “Comecei a pagar duas vezes na semana para ela ir fazer as atividades da escola com a Lívia. E isso ajudou muito porque quando ela voltou pra escola no presencial ela já estava acompanhando a sala” (Mônica).

6.3.1.2 Apoio de familiares

O apoio de familiares foi presente em quatro famílias, com destaque para a ajuda das mães e sogras das entrevistadas. Essa assistência incluiu o acompanhamento das aulas *online* das crianças e os cuidados durante os períodos de trabalho dos pais. Esse suporte foi fundamental para que os pais pudessem se dedicar a outras funções e tarefas, tais como o trabalho e a realização de serviços domésticos.

Assim, quando as aulas de Alex, seu filho, passaram a ser diárias, Valéria e seu marido não conseguiam mais acompanhá-lo. Diante dessa situação, ela solicitou que sua sogra viesse até a casa deles para acompanhar e ajudar Alex com as questões escolares.

E tenho certeza que ele não prestava atenção porque ele precisa de alguém observando pra ele fazer. E eu não estava observando. O pai dele às vezes podia e outras não podia porque estava fazendo outra coisa. Às vezes eu até pedia para minha sogra vir. Mas não adiantava nada porque ele enganava ela (Valéria).

O mesmo aconteceu com Regina, que deixava seu filho na casa dos seus pais, para que o supervisionassem em aula, já que ela e o marido estavam trabalhando: “*Eu sempre tive*

muito apoio deles, muito. Tanto que depois eu precisei voltar pro presencial e ele ficava com o meu pai” (Regina).

No caso de Débora, mesmo antes da pandemia, ela sempre contou com a ajuda materna. Durante suas duas gestações de risco, foi sua mãe quem cuidou dela, especialmente na primeira, quando precisou passar os primeiros meses deitada e foi para a casa dela para receber cuidados. Durante a pandemia, Débora continuou contando com esse apoio, principalmente no período da tarde, quando deixava suas filhas em casa e ia trabalhar, deixando-as sob a supervisão da avó. Podemos notar que a mãe de Débora sempre esteve presente, fornecendo apoio e ajudando mais do que seu marido em muitos momentos.

Então assim, minha mãe sempre foi meu maior apoio. Até mais que meu marido, que ajudava como ele podia aqui em casa com as meninas né? Meu marido que ajudava como ele podia aqui em casa com elas, né? Quando eu parei de trabalhar de manhã pra ficar com as meninas, eu precisava ir trabalhar à tarde. Então minha mãe vinha pra ficar com elas e ajudar em casa. Ela me socorria bastante. Ela teve que se virar nos trinta também para inventar as brincadeiras quase que era a tarde toda com elas, né? Deu tudo certo graças a Deus e a minha mãe que foi e é um grande apoio, não sei o que seria de mim sem ela(Débora).

E Roberta relatou acerca da ajuda que recebeu de sua filha mais velha, estudante de pedagogia, para orientar a filha mais nova nas atividades que ela não compreendia muito bem: *“E tinha a parte da escola da Catarina os deveres de casa. Alguma coisa que eu achava dificinho eu pedia pra Raquel ajudar, falava: oh, agora é sua vez”* (Roberta).

6.3.2 Perdas de apoio

Por outro lado, a perda de apoio familiar foi um desafio significativo para três famílias. A falta de assistência esperada de parentes, devido a falecimentos ou distância física e emocional, forçou algumas famílias a contarem com o suporte de amigos e da comunidade do condomínio.

Antes da pandemia, Patrícia não contava com a ajuda de nenhum familiar. Sua mãe havia falecido anos atrás, e seu pai, sempre ocupado com as questões do irmão dela, não se fazia presente em sua vida. Além disso, sua sogra dedicava-se exclusivamente a cuidar do cunhado. A mudança de cidade agravou ainda mais a sensação de desamparo de Patrícia.

Sempre pensamos que iríamos ter o apoio da nossa família principalmente mudando de cidade. Não temos. Minha mãe faleceu faz onze anos. Meu pai mora do lado do meu irmão, que só sabe explorar meu pai, coitado. Então não podemos contar com eles nem para visita. É só nós mesmo. E como agora estamos aqui em outra cidade, aí mesmo que não podemos contar. Não temos um tio, uma tia, algum primo... não temos isso aqui. Tivemos nossos amigos do condomínio. São amigos de verdade

podemos contar com ele [...]. Achei que ia ser melhor. A mãe do Alexandre sempre está perturbada com os rolos que o irmão dele fez. Ela só pensa nesse filho. É complicado... não podemos contar com eles nem pra visita(Patrícia).

Apesar de Débora contar com a ajuda da sua mãe, relatou a falta de apoio da sogra tanto antes quanto durante a pandemia: *“Minha mãe foi a que mais me ajudou. Na época tinha minha sogra, mas na verdade ela não ajudava nem antes quanto menos na pandemia”* (Débora).

E Mônica, que desde o nascimento da filha contava com a ajuda da sogra, não pôde continuar recebendo esse auxílio devido ao receio de expô-la ao vírus, já que trabalhava no hospital.

O pai dele tocava do escritório e ele fazia as coisas em casa. Até porque ele precisava ficar em casa com as crianças, porque eu continuei a trabalhar normalmente. E nessa época a gente não contava com a ajuda de ninguém, pois como eu tava no hospital todo dia, não queríamos nossos pais tendo contato com a gente e ter o risco de eu passar alguma coisa pra eles, né? (Mônica).

6.4 Sofrimentos causados pela pandemia

Esta categoria explora os diversos sofrimentos relatados pelos membros da família durante a pandemia, abrangendo experiências de ansiedade, agressividade, medos e outras reações emocionais decorrentes das circunstâncias desafiadoras. A análise buscou identificar como a pandemia afetou a saúde mental e o bem-estar dos indivíduos no contexto familiar. Para isso, dividimos em três subcategorias: sintomas desenvolvidos; ameaças e medos advindos da pandemia e sofrimento relacionado à preocupação financeira.

6.4.1 Sintomas emocionais e somáticos desenvolvidos durante a pandemia

Em relação aos sintomas emocionais, a ansiedade foi relatada por duas famílias. Na família de Valéria, observou-se que o filho, que já apresentava traços ansiosos, teve sua condição intensificada devido ao isolamento e à interrupção das atividades rotineiras: *“Eu acrescentaria, que eu percebi que na pandemia a ansiedade do Alex intensificou. Ele já era ansioso, agitado e sempre gostou de descarregar essa energia. Mas eu consigo perceber que a pandemia, tudo parado, intensificou o comportamento ansioso dele”* (Valéria).

Na família de Regina, foi ela quem relatou sintomas de ansiedade, manifestados fisicamente, como falta de ar, inicialmente confundidos com sintomas de COVID-19. Durante a pandemia, com a necessidade de otimizar o espaço da casa, já que todos estavam trabalhando e estudando de casa, um assunto extremamente delicado para Regina – a morte de

seu filho Miguel – teve que ser revivido durante o processo de reforma. A parte da casa que necessitava de reforma era o lugar que seria o quarto de Miguel.

Mas vou te falar que a pandemia me deu gatilhos e foram alguns momentos difíceis para mim [...]. Cobrir a sacada, fazer planos do quarto do Miguel. Então na minha cabeça eu já estava resolvida no luto e eu já tinha passado pelas fases do luto. Mas isso foi um gatilho pra minha ansiedade. E aí eu comecei a ter crises de ansiedade, eu tinha muita falta de ar. No começo eu pensava que eu estava com Covid. Só que eu pensava 'só eu tenho falta de ar, ninguém mais está, eu não sinto nenhum outro sintoma' enfim... Então eu tive crises de ansiedade e não sabia identificar. Foi quando eu comecei a fazer terapia. Assim que comecei a fazer, as coisas começaram a se acertar. Mas foi um período difícil por a gente não conseguir identificar o que era. Foi difícil aceitar que eu pudesse estar passando por uma crise de ansiedade (Regina).

Roberta notou uma mudança no comportamento de sua filha, que parecia mais agitada, tentando evitar o vazio e o tédio específicos do período pandêmico. A ausência dos amigos e das atividades externas, que normalmente entretinham e alegravam a vida da criança, contribuía para essa inquietação.

É assim, ela naturalmente já é assim. Tem que ter sempre uma novidade. Ah, que nem quando era na pandemia a gente fazia bolha de sabão, colocava bacia com água lá na sacada porque bate sol, né? Aí ela brincava na água, tinha que sempre ter uma coisa assim pra prender a atenção dela e ela tá se mexendo. Pra ela se distrair também, né? E percebo que essa necessidade começou na pandemia, quando ela passou a ficar mais tempo dentro de casa e é assim até hoje (Roberta).

Além disso, Roberta observou um aumento na agressividade de sua filha, atribuído ao tempo prolongado dentro de casa. Essa mudança de comportamento, iniciada durante a pandemia, persiste até hoje.

Ah, eu acho que por ficar muito tempo dentro de casa, percebi que ela ficou agressiva, muito agressiva e boca dura. Na verdade, isto está até hoje. Começou naquela época e é até hoje. Mas assim, hoje a gente está acostumado, né? Nesses momentos, a gente desce, vai na área de lazer, vai até a praça andar de bicicleta, de patins... E se ela fica muito tempo ou hoje não conseguimos descer, pronto, já começa o nervoso, um choro porque ela quer ver as amigas, quer brincar (Roberta).

A depressão foi outra preocupação para a família de Patrícia. Esse momento de isolamento social, distanciamento físico dos amigos e mudança de rotina foram intensos para sua filha mais velha, ao ponto de não querer sair do quarto. Tal comportamento fez com quem eles suspeitassem que a filha estivesse em depressão.

O problema maior foi minha menina... teve um choque assim, sabe? Não queria de jeito nenhum sair do quarto. O Felipe já não, saia, ia brincar [...]. O maior impacto foi a Clara não querer sair do quarto. Em alguns dias, nós achávamos que a Clara poderia estar com depressão (Patrícia).

Patrícia relatou que seu filho Felipe desenvolveu dermatite, provavelmente devido ao estresse e à ansiedade durante a pandemia. A alergia apareceu após uma viagem em família e se manifestou como manchas vermelhas no corpo, ressurgindo em momentos de tensão, conforme relatado pela mãe. Essa viagem ocorreu durante a pandemia, enquanto ainda se mantinha o isolamento social, em um período em que Patrícia e seu marido estavam enfrentando muitas brigas e Clara, sua filha, passando por dificuldades emocionais.

Nós estávamos no primeiro ano da pandemia. Fomos viajar para (omitido – nome da cidade) e quando a gente voltou, ele começou com essa alergia com os vermelhão no corpo, no rosto. Ai meu Deus, ficamos aflitos, fomos ver. Aí a médica fez exame de sangue e não deu nada alterado. E em consulta, ela falou que poderia ser por conta do nervosismo, sabe? Sei lá, estresse, alguma coisa. Mas foi sumindo. Hoje, de vez em quando aparece alguma coisinha. É bem raro[...]. Sim, eu lembro que a gente já estava todo mundo dentro de casa. Eu já estava me desentendendo com meu marido, minha filha já estava numa fase muito difícil que não queria sair do quarto, muito rebelde. E aí veio essa alergia bem depois da viagem de (omitido – nome de cidade). Felipe já estava dentro de casa sem ir na escola, ele é agitado... [...]. A única coisa dele foi a alergia, né? Com a viagem, bem no meio da pandemia, o Felipe voltou pra casa com essa dermatite de contato. A médica não descobriu o que era, mas hoje em dia melhorou. Hoje em dia a régua que temos para observar o emocional dele é quando dá o vermelhão. A primeira vez que deu foi preocupante, a gente não entendia o que era, sabe? Uns riscos vermelhos, ficava muito estranho. É um tipo de urticária e eu não sabia porque aquilo com ele, né? Eu acho que eles me falaram um outro nome... não era urticária. Não lembro. Só sei que ficava os riscos e tudo vermelho (Patrícia).

6.4.2 Sentimentos, ameaças e medos

Esta sub-categoria é dedicada à análise dos sentimentos e reações emocionais específicos que surgiram no momento em que foi decretada a pandemia, um evento até então inédito na vida das pessoas. É importante notar que as entrevistas foram realizadas três anos após o início da pandemia, em um momento em que muitas pessoas já haviam superado as ameaças e medos relacionados à COVID-19, seja pelo retorno à normalidade, pela vacinação ou pela recuperação financeira. Essa distância temporal parece ter influenciado a memória e a percepção dos entrevistados, afetando a forma como relataram suas experiências e emoções daquele período.

6.4.2.1 Ameaça de contrair COVID-19

O temor de contrair o vírus e a preocupação com a saúde dos entes queridos foram

sentimentos relatados por duas entrevistadas. Débora falou sobre o medo intenso de contrair COVID-19 e transmitir para sua família, um medo que se manifestou no cancelamento de compromissos e na paralisação das atividades profissionais.

Foi muito difícil. Primeiro porque a gente não sabia o que era, né? Não sabia o que que ia ser, era medo de tudo. Olha, lembro que eu tinha medo de sair com elas na calçada de casa, falar com as pessoas da rua. E se pegarmos alguma coisa? A gente não sabia, não sabíamos ainda o que de fato era aquele vírus. Todo mundo aqui ficou dentro de casa. Eu desmarquei todos meus pacientes porque a maioria que eu atendo são idosos. Os idosos estavam morrendo de medo. Fiquei parada em casa por três meses [...]. Olha, foi bem intenso porque assim, eu tinha muito medo de pegar Covid. Nós que somos da área da saúde temos noção de alguma coisa, né? Então eu fiquei muito assustada porque no começo a gente não sabia o que era, né? Muita gente morria, médico morria. No primeiro ano de pandemia todos aqui em casa tinham muito medo [...]. Eu tive muito medo ali. Eu falo assim que todas essas coisas aí acabam ficando um restinho de qualquer coisa na cabeça da gente. Dá um certo trauma, né? Você pensar no que poderia ter acontecido. Na época eu ficava muito preocupada, mas ela não tinha nada, nenhum sintoma. Eu só tinha dor de cabeça. Eu falei assim, 'meu Deus, mas se está bem hoje e se amanhã já levanta ruim? O que eu faço? Como vai ser?'. Então assim, o medo que a gente passou naquela época foi bem grande, foi bem estressante passar aquilo, viu? Me deixou uma marca (Débora).

Mônica também mencionou o cansaço e o medo constantes de pegar algo e passar para a família, principalmente pelo fato de estar trabalhando em um hospital, onde recebia pessoas contaminadas o dia todo.

E nessa época a gente não contava com a ajuda de ninguém, pois como eu tava no hospital todo dia, não queríamos nossos pais tendo contato com a gente e ter o risco de eu passar alguma coisa pra eles, né? Porque querendo ou não, eles já tem mais idade, não tinha vacina, não tinha tratamento. Aí eu continuei trabalhando normal. Em nenhum momento eu parei. Não tinha como parar, né? Os profissionais pegando Covid. As nutricionistas que trabalhavam comigo pegando Covid. Eu falava: "meu Deus, será que eu vou pegar?". E não peguei. Como eu era da coordenação, eles testavam muito a gente. A testagem era feita toda semana e eu sempre dava negativo [...]. Cansada e com muito medo. Medo de pegar algo e passar pra minha família (Mônica).

6.4.2.2 Preocupação financeira

A instabilidade financeira foi um problema significativo para três famílias. Valéria expressou preocupações com a segurança financeira e a possibilidade de perderem o emprego.

O medo, a ansiedade... A gente tinha a questão do medo do novo. Será que vai dar tudo certo? Era o que a gente pensava. O medo relacionado a questão financeira... e se a escola não tiver aluno? O que vamos fazer? E se o Márcio perder o emprego? Então essa ansiedade existiu. Medo relacionado à saúde (Valéria).

Mônica descreveu a dificuldade do marido em manter o trabalho de vendas de forma remota, o que resultou em uma queda significativa na renda familiar.

Como meu marido trabalha com vendas, precisou parar também, porque não podia ficar visitando cliente e acabou fazendo tudo online, não via mais os clientes no presencial. Apesar de ser muito poucos pedidos, ele seguiu tudo no online. Foi muito difícil pra ele, porque antes da pandemia ele tinha muitos mais pedidos. E com a pandemia, ele só ganhava perante o que ele conseguia vender, mas ele mal conseguia vender. Então ele ficou bem desanimado com a questão financeira (Mônica).

Roberta também destacou o medo de não ter dinheiro suficiente para pagar seu imóvel por conta do trabalho do marido ter ficado fechado por tanto tempo, diminuindo o lucro deles.

Meu marido ficou bem apreensivo porque fechou o comércio, né? Nossa renda era do comércio, então ele ficou bem preocupado. Mas foi mais isso, porque no geral ficamos todos juntos em casa [...]. Essa foi uma fase que meio que assustou. Eu pensava: será que eu vou ter dinheiro pra pagar meu imóvel? Será que a gente vai ter dinheiro pra comer? Como é que a gente vai fazer? Eu acho que essa foi a parte mais forte de todas (Roberta).

6.4.2.3. Sentimentos de impotência e sufocamento

Débora expressou um profundo sentimento de impotência durante a pandemia, especialmente em relação à educação das filhas. Ela se sentiu despreparada para assumir o papel de professoras, destacando a dificuldade de conciliar as responsabilidades parentais e educacionais.

Sim. Eu lembro que eu fiquei doida nessa época. Eu pensava 'como que eu vou fazer?'. A minha pequenininha tinha um ano e pouquinho, a do meio estava em fase de alfabetização. A mais velha não me deu trabalho porque ela sempre foi bem esforçada e estudiosa, né? Mas nossa, foi um desafio muito grande. Ali eu me senti bem impotente porque eu falo assim, a gente que é pai e mãe, a gente não está preparado como um professor. Eles estão lá pra ensinar as matérias, a gente ensina sobre a vida, foi complicado. Meu Deus. Aí que o desafio veio de fato, né? Já tinha esse desafio antes delas nascerem, mas aí veio a pandemia, alguma coisa totalmente atípica, né? (Débora).

O isolamento social trouxe um sentimento de mal-estar, especialmente com a restrição de movimentação e a necessidade de seguir protocolos rigorosos, como o uso de máscaras. Roberta e Mônica relataram uma apreensão crescente com a impossibilidade de sair e ver os

pais, resultando em um ambiente de tensão dentro de casa. E no caso de Mônica, ficando sem o apoio da sogra para cuidar de suas filhas: *“Ah, eu tô sufocada. Só no final, quando já fazia uns sei lá, seis, oito meses dentro de casa, aí começou a dar um mal-estar de não poder sair, de ter que ir de máscara, ver seus pais com medo de não passar nada. Mas assim, no começo a gente tocou bem”* (Roberta).

6.5 Enfrentamentos em relação à escola durante a pandemia

Ao analisar os relatos das entrevistadas, constatamos que a adaptação das escolas ao ensino remoto exerceu um impacto significativo nas vidas das crianças e de suas famílias. As entrevistas revelaram diversas dificuldades e desafios enfrentados pelas famílias em relação à adaptação das crianças ao ensino remoto, incluindo a ausência de convívio físico com os amigos e a dificuldade de se adaptar ao formato de aulas virtuais. Apesar dessas dificuldades, quatro famílias consideraram a postura da escola durante este período satisfatória, enquanto duas famílias relataram insatisfação com a instituição.

6.5.1 Desafios encontrados

6.5.1.2 Falta de concentração e motivação das crianças

Em todas as entrevistas, foram identificadas queixas das crianças em relação ao formato das aulas *online*. As mães relataram que as crianças apresentaram dificuldades de concentração, possivelmente causadas pelo excesso de distrações proporcionadas pela tela, além da ausência de supervisão presencial por parte dos professores, o que resultou em menor comprometimento com as obrigações escolares. O cansaço diante das telas também foi uma queixa recorrente nas entrevistas.

Além disso, os relatos expressaram a falta de tempo disponível e necessário para a realização do acompanhamento das atividades escolares dos filhos e o despreparo dos pais no tocante a tal tarefa. As entrevistadas relataram as dificuldades na realização destas atividades que anteriormente ao período da pandemia era exercido exclusivamente pelas escolas e professores.

Como disse, no começo até que era tranquilo. Poucas aulas, poucas atividades. Mas depois foi ficando mais difícil porque não tínhamos tempo e, muitas vezes, não tínhamos paciência para sentar e estudar com ele. Eu cansava de falar para ele fazer algo melhor e era só irritação. A questão dele não conseguir parar quieto na frente do computador e se concentrar acho que foi a parte mais difícil (Valéria).

Mas a Mariana foi um pouco mais difícil. Tudo tirava a atenção dela. Tudo cansava ela, toda hora falando: “ai já estou cansada ai eu não quero mais”. E ela tinha muita vergonha de aparecer no vídeo. Então, às vezes, a professora chamava pra fazer pergunta, ela queria que eu desligasse o vídeo dela, sabe? Então eu desligava o vídeo ou ela não respondia pra professor, ela não gostava, sabe? Então essa parte aí foi tensa, que a Mariana e tecnologia não dava muito certo (Débora).

Às vezes eu ficava por perto porque o Gustavo, ele é engraçadinho. Eu estava lembrando ontem, vendo umas fotos no meu celular. Tem uma foto que ele está na aula online, ele pegou uma fita crepe, ele fez bigode, sobranceira, brinco. Só que aí, ele criou aquela estratégia dele, né? Deixava a câmera desligada, ele era danado [...]. Ele queria escapar daquela dinâmica online, isso era fato. Eu dei aula online e a gente sabe o quanto era cansativo e desgastante ficar ali na frente da tela. Mas eu não me preocupei com ele, apesar de ser engraçadinho ele fazia o que tinha que ser feito (Regina).

Vi que ela foi se desinteressando, não fazia as coisas. E porque eu vi, né, eles nem chegaram a conversar comigo, perguntar se estava acontecendo algo. Vi que ela melhorou com a ajuda da professora particular. E foi uma pena porque poderia ter mantido ela mais entretida nos dias de aula (Mônica).

Quando chegou assim o finalzinho mesmo, ela não queria mais fazer as atividades. Ela falava assim “ah, mãe eu não quero mais, eu quero ver meus amigos, quero ir brincar [...]”. Aí eu conversava com ela mas ela não queria mais participar. Ela tava cansada já não era mais uma coisa legal. A sorte é que logo depois de uns três meses que ela intensificou esse comportamento de não querer participar, a escola foi liberando pra ir duas vezes por semana. Nossa, aí foi uma alegria, mesmo precisando ir de máscara. Ela amava ver os amigos, estar com a professora. Ela mudou totalmente, estava mais feliz (Roberta).

Mas assim, apesar de eu não ter tido dificuldade com o Felipe, lógico que ele não queria ficar direto na frente do computador vendo aula, né? Ele falava “ai que chato, quero sair daqui, quero ir brincar lá fora”, entendeu? Peguei bastante no pé dele (Patrícia).

6.5.1.3 A falta das aulas e dos contatos sociais presenciais

Três famílias relataram que um dos desafios adicionais enfrentados pelas crianças durante o isolamento social foi a ausência do ensino presencial. Essa falta incluía a ausência física dos amigos durante as aulas e intervalos, impactando negativamente a experiência escolar das crianças.

“Exatamente, era muito difícil porque ver os alunos, ver os amigos na tela não é a mesma coisa, né. Isso foi muito difícil para ele, o que aumentava pra gente os desafios de lidar com essa nova rotina” (Valéria).

“A Alice é mais ansiosa, assim, sempre foi. Mas eu percebi que ela ficou mais triste do que ansiosa na pandemia. Ela gosta muito de ter interação social, sabe? Então eu acho que o

contato com os colegas fez falta” (Mônica).

Mas eu senti que ela sentiu muita falta das crianças. Isso pra ela foi bem triste, porque ela falava “mamãe eu quero brincar, minhas amigas estão na casa da fulana, deixa eu ir”. E eu explicava que tinha que esperar um pouquinho, que ainda não podia. Aí as professoras faziam vídeo, né? Com as crianças assim pra uma ver a outra, aí eles conversavam um pouco, mas assim, no geral, a gente passou muito bem aqui (Roberta).

6.5.1.4 Defasagem na aprendizagem

Quanto ao conteúdo abordado pela escola durante o ensino *online*, três entrevistadas observaram uma defasagem no aprendizado de seus filhos, resultante do período em que as aulas ainda eram remotas. Essas defasagens foram particularmente notadas nas áreas de leitura, caligrafia e matemática, principalmente.

“Sentia saudade dos amigos da escola. Ele continuou se desenvolvendo socialmente, mas intelectualmente foi difícil. Hoje eu vejo uma defasagem enorme” (Valéria).

Fingia que estava fazendo e na verdade não estava fazendo nada. Então eu acho que o Alex teve uma defasagem grande no ensino. Ele já estava praticamente alfabetizado, sabia ler e escrever. Mas no segundo ano quando eles iam desenvolver a outra letra, por exemplo, quando eles iam desenvolver mais leitura, foi a pandemia. Então, foi bem assim, bem menos intenso do que poderia ser. E isso eu consigo ver problemas no Alex até hoje. Por exemplo, fazer letra cursiva, né? Ele não consegue. Mesmo tendo feito trabalho com caligrafia no terceiro ano, depois que voltou, né? Presencialmente. No quarto ano do ano passado ainda teve caderno de caligrafia, mas ele odeia, ele odeia, então a letra dele é horrível, horrível. E a professora já fala, duas, três professoras já falaram isso. A gente pede pra ele melhorar, mas é difícil. E ele está na fase de escrever tudo, absolutamente tudo sem pontuar. A escrita dele vai com o fluxo de pensamento e atropela tudo. Então acho que esse ponto foi o mais prejudicado. Eu penso que neste ano já era pra ele ter capacidade de escrever com vírgula, com travessão, com acento. Ele não consegue nem por um ponto final para começar outra frase. Ele não sabe ainda. Eu acredito que foi uma defasagem da época da pandemia, do online (Valéria).

A escrita dela em relação a letra cursiva, que eu percebi, que ela não conseguia fazer muito bem. E na leitura que ela não conseguia ler bem e na hora de escrever, comia algumas letras, escrevia de forma errada. Mas com a professora particular e depois com o apoio na nova escola, eu senti que isso não gerou um grande dano no processo de aprendizagem dela (Mônica).

Olha, eu vejo que hoje em dia ele tem uma dificuldade com a multiplicação. Logo quando tudo voltou a abrir, colocamos ele no Kumon. Ele é muito bom em matemática. Mas é preguiçoso e percebi que na multiplicação não estava indo bem. Mas apesar de preguiçosinho, ele é responsável (Patrícia).

6.5.2 Avaliação sobre o desempenho da escola

As mães foram questionadas em relação à postura e os serviços oferecidos pela escola

durante o período de aulas remotas. Das seis entrevistadas, quatro mães avaliaram de maneira satisfatória a postura da escola e duas de maneira insatisfatória.

Nos relatos das entrevistadas que consideraram uma avaliação satisfatória acerca do desempenho da escola, foi possível compreender que apesar dos desafios e dificuldades do ensino remoto, as mães estavam satisfeitas na maneira como os professores haviam conduzido as aulas, o contato que mantinham com os pais, a paciência com os alunos e o material de apoio fornecido.

Eu acho que a escola foi bem humana. Comparado com outras escolas que eu sabia por meio de amigos, amigas, mães... Eu percebi que a (omitido – nome da escola) foi muito humana. Eles fizeram uma adaptação inicialmente, o que achei que foi bom principalmente pros alunos pequenos, como a sala do Alex [...].Então, de forma geral, eu acho que (omitido – nome da escola) é muito criativa, com os projetos que eles propõem, sabe? Eles tiveram e têm um contato cultural muito bom. Acho isso uma grande característica da escola, que permaneceu na pandemia. Eu só consigo elogiar eles durante este período, porque eles tiveram paciência, seguiram o ritmo da criança, respeitaram as dificuldades que os pais estavam tendo, não exigiram nada de ninguém. As atividades foram as que eram possíveis ser propostas. Não foi nada nada assim forçado. Então eu acho que a instituição lidou com a situação muito bem, com várias limitações claro, e com certeza, com defasagens pras crianças, mas eu duvido que teve algum lugar que não teve defasagem, né? Mas em geral eu me senti muito amparada, gostei muito da forma que a escola trabalhou (Valéria).

Eu fiquei bem satisfeita com a conduta da escola. A gente teve muito apoio deles tanto com material de apoio como o contato que eles mantinham com nós, dizendo o que podíamos fazer para incentivar mais as crianças. Então assim, a escola foi muito boa, eles foram bem presentes assim, mesmo não podendo tá lá na escola, assim, sempre que podia a professora atendia, a gente tinha o contato da professora, podia chamar no WhatsApp, desde que não fosse no horário de, de aula delas, né? Porque as crianças não tiveram aula presencial, mas os professores, vira e mexe, tava na escola pra reunião, pra preparo de material, né? A gente sempre conseguia ter contato com eles. Eles disponibilizaram tudo que a gente precisava. Pra poder ajudar as crianças ali. Então eu acho que foi muito importante essa ajuda que a escola deu nesse momento difícil. Se não fossem assim, acho que teria sido mais difícil pra mim (Débora).

Em relação à escola o Gustavo estuda na mesma. Eu acho que assim a escola tentou ao máximo se adaptar com a nova realidade, sabe? Mas é aquilo, sempre perde, né? Eu acho assim que não é todo mundo que conseguiu acompanhar. Eu acho que se perdeu um pouco com o online, mas eu acho que no geral, no geral eu acho que a escola conseguiu lidar bem com a situação, adequou ao que precisou e conseguiu cumprir o papel. É claro que é diferente do presencial [...]. Enfim, eu acho que a escola do Gustavo se preparou e se adequou ao que precisava. Mas ninguém conseguiu superar o desafio que é lidar com as dificuldades individuais, né? Então assim, no online, a professora não consegue olhar pra carinha da criança e falar assim “essa criança está com dúvida nisso ou não”. A gente consegue no presencial, isso começa a perceber aquela carinha de “será que é isso mesmo? Será que não é”? E a professora repete. Então assim eu acho que a escola se adequou da maneira que ela conseguiu, tá?(Regina).

As professoras eram maravilhosas, todas elas que ficaram e que ela pegou dois anos aí, né? Depois de um meio ano, foi só aula presencial mas o tempo que ela

ficou eu não sei se foi um ano inteiro, não sei quanto tempo, foi que foi a aula online. Mas nossa professora deu um show, eu fiquei com a boca aberta, não esperava, era todos os dias tinha atividade, todos os dias nós mandamos o vídeo ou a foto do que e eles mandavam os exercícios, né? Pra fazer mandavam os jogos, tudo de artes pintura. Nossa, foi maravilhoso! Ela desenvolveu bastante [...]. A escola foi maravilhosa. Não tem o que falar, só elogiar. Elas falavam com os pais sempre, faziam cada apresentação maravilhosa de contos histórias, nossa, tudo muito bom, assim mesmo de longe, né? Nossa, gostei, foi bem importante, porque isso ajudava a eles terem um momento feliz assim com atividade com aprendizagem e alegria. Foi muito bom (Roberta).

Duas entrevistadas relataram insatisfação com a postura da escola durante este período. Para Mônica, a escola não conseguiu dar continuidade ao processo de aprendizagem e faltou supervisão por parte da professora em relação ao conteúdo apreendido por sua filha. Como resultado, a família precisou buscar ajuda de uma professora particular para que Alice compreendesse o conteúdo não assimilado.

A escola dela foi muito fraca nesse período. Eles não tinham nenhuma preocupação com a aprendizagem dos alunos. Eu pegava o livro com ela pra fazermos juntas as atividades e ela não tinha entendido nada. Não tinha nada feito nada passado. Ela sempre foi muito estudiosa sempre gostou de pegar as coisinhas dela fazer as atividades. E foi aí que eu tive que ter o compromisso de fazer as atividades com ela já que a escola não estava dando conta [...]. E assim, antes ela era a mais avançada, sabe? Eu acho que o fato da escola não pegar no pé, não cobrar, foi deixando ela mais preguiçosa no período da aula online [...]. Sim, a primeira escola que a Alice estava eu achei muito fraca nesse período. Não senti os professores tão interessados no desenvolvimento dos alunos, acho que porque viam que eles eram muito novinhos (Mônica).

No caso de Patrícia, sua insatisfação estava relacionada à postura da instituição em relação aos pais, especialmente quanto ao valor cobrado na mensalidade e à atitude da professora, que, em sua opinião, desmotivava os alunos.

Na época que a pandemia começou me deram um desconto na mensalidade e depois que tudo foi voltando ao normal, quiseram me cobrar. Quando fui renovar a matrícula tinha esse valor pendente. Me neguei a pagar isso porque não estava claro pra mim, eu estava pagando um valor a mais e a pandemia ainda não tinha acabado. Queriam cobrar por ter voltado as aulas presenciais [...]. Eu expliquei a situação e vi que eles continuaram cobrando e vi que eles ficaram lá parados, mesmo os valores ficando mais altos e tive que mudar o Felipe de escola [...]. Sinto que a escola tentou fazer o possível. Com essa relação do material e as aulas. Mas o Felipe reclamava da professora às vezes, sabe? Eles faziam a aula de um jeito que desmotivava. Eu entendia ele e ajudava sempre nas atividades e vi que depois ele se adaptou (Patrícia).

7 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O ano de 2020 foi desafiador para as famílias brasileiras devido às limitações e exigências ocasionadas pelo isolamento social em decorrência da pandemia, as quais alteraram completamente suas rotinas. Nesse contexto, além de ser fundamental para oferecer suporte emocional, a unidade familiar revisou os lugares e papéis ocupados pelos seus membros, sobretudo em relação aos pais. Isso porque, diante da situação de perigo iminente em razão do risco de contrair a doença e às restrições resultantes do confinamento, indispensável para a proteção das pessoas, foi preciso se ajustar à nova realidade para garantir, desse modo, a segurança, a educação e o bem-estar de todos, reforçando os laços afetivos e a cooperação entre seus integrantes.

Convém ressaltar que a família é um grupo singular e plural que reúne elementos de continuidade estabelecidos, incluindo laços de aliança, filiação e fraternidade. A configuração de parentesco ordena as relações instituídas e indica as posições a serem ocupadas, embora não determine a função de cada um, tendo em vista que os sujeitos assumem papéis diferentes de acordo com a história do grupo e com o que é transmitido entre as gerações (Correa, 2000). Assim, o círculo familiar não apenas organiza os locais de convivência, mas também permite a adaptação e a flexibilidade fundamentais em momentos de crise, como a de COVID-19.

Para Correa (2000), a família desempenha uma atuação essencial na transmissão psíquica e na criação de um espaço de amparo. Na pandemia, essa questão se tornou ainda mais evidente, uma vez que a família, como um núcleo de proteção e estabilidade, foi capaz de se reorganizar para atender às novas necessidades. Nesse sentido, os laços familiares forneceram um amparo crucial para enfrentar as incertezas e os medos associados a esse momento.

A dinamicidade e a capacidade de adequação apresentadas por algumas famílias entrevistadas permitiram que elas encontrassem novas formas de convivência e ajuda recíproca, fortalecendo os vínculos emocionais e proporcionando um ambiente seguro para a

expressão de angústias e preocupações. A guisa de exemplo, as famílias tiveram que renegociar papéis e responsabilidades, redistribuindo tarefas domésticas e de cuidado para lidar com o aumento das demandas. Pais e filhos modificaram suas rotinas e elaboraram novas maneiras de vinculação que auxiliaram a manutenção da coesão e da funcionalidade do grupo familiar. Tal processo foi imprescindível para conservar o equilíbrio emocional e psíquico dos familiares ao longo do período de surto global do coronavírus.

Averiguamos que a pandemia reforçou a importância do ambiente familiar como um lugar de apoio afetivo e de resiliência, onde as famílias puderam se remodelar e se fortalecer mutuamente. Logo, encarar juntos as adversidades e colaborar uns com os outros foi crucial para a união do grupo.

A partir dos resultados das entrevistas, notamos que, apesar das dificuldades impostas pela situação pandêmica, de modo geral, as famílias conseguiram se reorganizar e adaptar o cotidiano ao novo cenário. Apesar da análise realizada nesta pesquisa que aponta para a existência de consequências positivas (e aqui nos referimos o fortalecimento dos vínculos) e negativas (como a quebra de alianças entre o casal parental no tocante aos cuidados oferecidos aos filhos e à administração do lar), essas alterações refletiram a habilidade de reorganização familiar.

Conforme propõe Roudinesco (2003), atualmente, estamos diante da família pós-moderna, caracterizada pela divisão de deveres na prática parental e por um lugar central ocupado pela criança na vida dos adultos. Na mesma linha, autores como Gorin *et al.* (2015), na investigação da parentalidade contemporânea, afirmam que o exercício da parentalidade vem passando por uma horizontalização dos papéis de gênero, com atividades parentais sendo feitas de forma mais intercambiável e menos ligada ao gênero e à autoridade paterna. Isso resulta em uma distribuição mais equitativa das responsabilidades entre os pais, uma maior valorização do trabalho doméstico e uma redistribuição da função afetiva, antes centrada principalmente na figura materna. Entretanto, tais aspectos não implicam uma substituição completa das normas tradicionais de gênero, e sim um cuidado parental mais igualitário.

Diante disso, elaboramos a categoria “Acordos entre o casal: papéis e funções” com o intuito de verificar como essas famílias, classificadas na teoria como pós-modernas, enfrentaram a repartição de funções e afazeres em um momento marcado por alterações de seus cotidianos em razão da pandemia. Observamos que as negociações das famílias que compuseram este estudo giram em torno, na maior parte das vezes, dos serviços domésticos (cozinhar, organizar e limpar a casa) e do acompanhamento dos filhos nas lições escolares *online*.

Ao analisar as entrevistas, pudemos perceber que muitas dessas obrigações não eram desempenhadas pelos pais e passaram a ser realizadas por eles na fase pandêmica, tornando, pois, necessárias as divisões baseados em acordos. Algumas dessas famílias tinham funcionárias domésticas, e a supervisão durante a aula não era um dever dos pais, mas sim da escola. Portanto, foi preciso readaptar a rotina e firmar novos acordos acerca das atribuições e dos papéis assumidos, particularmente pelo casal parental, com vistas a assegurar um bom funcionamento familiar no decorrer do período em que os seus integrantes estavam em isolamento social, isto é, em casa. Nesse caso, cada família conduziu as negociações com base no que foi deliberado previamente, na realidade econômica, do trabalho e da família extensa e nas demandas verificadas a respeito de como os filhos reagiram ao ensino remoto.

Levando em conta o conceito de alianças inconscientes desenvolvido por Kaës (2005, 2014), entendemos que esses acordos, que incluem a ordenação de funções e tarefas distribuídas no grupo familiar, compõem um processo psíquico intersubjetivo. O espaço intersubjetivo, segundo Kaës (2011), é uma estrutura dinâmica do espaço psíquico compartilhado entre dois ou mais sujeitos. Esse espaço abrange processos, formações e experiências específicas que influenciam a formação do sujeito inconsciente e a individualidade dentro de um coletivo. Em conformidade com essa definição, a intersubjetividade vai além de simples fenômenos de vinculação, envolvendo uma complexa rede de influências psíquicas mútuas.

No contexto da família, Kaës (2014) postula que o vínculo entre os integrantes é constituído por alianças conscientes e inconscientes, cruciais para a organização e funcionamento desse grupo. As alianças inconscientes envolvem pactos, contratos e acordos que, embora não explicitamente reconhecidos pelos membros, organizam as relações e asseguram a coesão do conjunto familiar. Essas alianças são formadas por elementos psíquicos compartilhados, fantasias coletivas e mandatos geracionais que influenciam profundamente a vida familiar. Elas atuam como estruturas determinantes das posições e funções de cada um dentro do grupo, assegurando a estabilidade e continuidade do grupo familiar ao longo do tempo.

Nessa lógica, a sistematização de funções e papéis manifesta as alianças inconscientes estruturantes descritas por Kaës (2014), nas quais os sujeitos, no caso os pais e os filhos, ajustam seus investimentos libidinais e narcisistas visando a manutenção de um vínculo coeso e funcional. Tais conteúdos necessitam de uma nova configuração para o estabelecimento da vida do casal e da família e para os diversos momentos pelos quais as famílias transitam ao longo do seu ciclo de vida. Essas ocasiões exigem readequações e reatitudes contínuas em

resposta às exigências em face das transformações internas da família ou das situações externas, como a experiência da pandemia. Destacamos que todas as negociações ocorrem, sobretudo, para a constituição dos vínculos (de natureza intersubjetiva) e para a sua conservação, de maneira que os psiquismos envolvidos sejam integrados à organização do grupo.

Tal redistribuição de funções pode ser vista como um modo de realização dos recalamentos ou das renúncias de conteúdos que precisam ficar fora do funcionamento grupal, forjado a partir da formação das alianças, como busca de sistematizar as identificações e os ideais pessoais em prol de um funcionamento harmônico do círculo familiar. O trabalho psíquico envolvido na preservação desses vínculos inclui processos de recalque, recusa da realidade ou rejeição, fundamentais para a sustentação dos conteúdos psíquicos em comum e compartilhados pelos grupos, possibilitando, assim, o relacionamento e a concretização dos objetivos comuns da família.

Por meio da compreensão desse conceito, é possível apurar que as modificações no cotidiano e nas funções familiares durante a pandemia foram mais do que apenas ajustes práticos. Posto que refletiram um complexo trabalho psíquico de reorganização das alianças inconscientes no grupo familiar, tencionaram a sua manutenção através da permanência de elementos comuns e compartilhados por toda a família a fim de não colocá-la em risco. Verificamos que os núcleos familiares tiveram que se readaptar e firmar novas regras para que a convivência fluísse bem enquanto estivessem em confinamento.

Nesse cenário, as alianças inconscientes foram basilares, pois as alterações empreendidas não se deram apenas pela necessidade prática, mas também pelos processos psíquicos inconscientes que ordenam a dinâmica familiar. A vivência da crise de COVID-19 reflete, então, um rearranjo no estabelecimento das alianças inconscientes para a continuação do equilíbrio e a funcionalidade do conjunto familiar diante das novas exigências impostas durante esse período.

Apesar dessas adaptações, implementadas pelas famílias participantes, ficou evidente a sobrecarga da mulher em tempos pandêmicos. As seis entrevistadas relataram algum tipo de sobrecarga e, conseqüentemente, queixas em relação ao marido nesse panorama. Valéria destacou que, embora as atividades fossem divididas, sua carga de trabalho sempre foi maior. Débora e Regina mencionaram pouca mudança no que se refere à participação dos respectivos esposos na rotina doméstica. Já Mônica e Patrícia expressaram extremo cansaço e insatisfação com a falta de envolvimento dos companheiros, ocasionando desgastes, discussões e brigas dos casais. Também Roberta, ainda que conformada, enfrentava uma distribuição desigual de

afazeres.

Reconhecemos, portanto, que, não obstante as mudanças contemporâneas dos papéis de gênero na família brasileira, as mulheres continuam a assumir a maioria das responsabilidades ligadas à gestão familiar. Em outros termos, mesmo com a tendência à horizontalização dos papéis, as entrevistas revelaram que as características da figura da mãe higiênica, descrita na modernidade, persistem. Isso demonstra que as responsabilidades entre homens e mulheres permanecem desiguais. Na modernidade, a mãe-mulher sacrificava-se em nome dos cuidados e investimentos em seus filhos, direcionando toda sua energia e dedicação ao gerenciamento e à ordem da família, ao passo que o homem se eximia de suas obrigações e preocupações parentais devido à sua inserção no espaço público (Badinter, 1985; Birman, 2007).

Nesse sentido, podemos apontar que, a despeito dos avanços históricos e das renegociações demonstradas e relatadas durante o período pandêmico, a distribuição desproporcional de encargos familiares prevalece. As mulheres arcam com grande parte das tarefas domésticas e dos cuidados com os filhos, o que frequentemente resulta em sobrecarga física e emocional. A pandemia de COVID-19 exacerbou tal situação, aumentando a pressão sobre elas para equilibrar o trabalho remoto, a educação dos filhos e os serviços domésticos.

Essa conjuntura pode levar à quebra das alianças firmadas entre marido e esposa. Quando as incumbências não são repartidas de maneira equilibrada, surgem ressentimentos e tensões, fragilizando os pactos silenciosos que mantêm a coesão familiar. Em duas famílias entrevistadas, a pressão adicional sobre as mulheres culminou em um desgaste significativo na relação conjugal, pois a falta de apoio e reconhecimento do parceiro gerou conflitos e desentendimentos. Nesse quadro, as alianças, que deveriam oportunizar estabilidade e apoio mútuo, são desafiadas, levando a uma possível ruptura da dinâmica familiar e à necessidade de renegociação das atribuições do casal a fim de restabelecer o equilíbrio e a funcionalidade da parentalidade.

À medida que a repartição de obrigações demonstrou uma persistente desigualdade de gênero, o isolamento social trouxe novos desafios e impactos significativos para as famílias. O período de confinamento alterou o cotidiano e os vínculos instituídos entre os familiares, expondo e exacerbando questões emocionais, psicológicas e vinculares.

Na vida contemporânea, pais e filhos enfrentam uma rotina acelerada: os adultos em função do trabalho e das demandas sociais, e as crianças perante a carga excessiva de atividades escolares e extracurriculares. Sobre isso, Campana (2018) afirma que os pais têm se mostrado cada vez menos disponíveis para estarem com os filhos no dia a dia por conta da

constante tensão entre conciliar a carreira profissional com as necessidades das crianças. Wagner (2003) também frisa o desejo crescente dos pais de oferecer uma grande variedade de afazeres que visam o desenvolvimento intelectual dos filhos, o que os leva a trabalhar mais para sustentar financeiramente essas ambições. Isso resulta num menor tempo dedicado à disponibilidade para o desenvolvimento de atividades lúdicas ou para a convivência e a educação.

Em meio à pandemia, houve alteração no fluxo e na produtividade em relação ao mundo do trabalho, acarretando, muitas vezes, uma menor demanda e a diminuição da aceleração do ritmo de vida e de afazeres no contexto externo ao ambiente doméstico. Com isso, os pais ficaram em casa enquanto desempenhavam suas atividades profissionais, o que intensificou a exigência de maior interação e acompanhamento dos filhos. Nas famílias de Débora, Regina e Mônica, o tempo prolongado dos pais em suas residências somado à possibilidade de acompanhar de perto seus filhos geraram modificações de comportamento nas crianças, como no caso de Mariana, filha de Débora, e um reforço de laços, tal qual narrado por Regina e Mônica.

Quanto à família de Débora, sua filha Mariana passava o dia todo na escola, em período integral, e ficava com os pais apenas por um breve período pela manhã e à noite. Na opinião da mãe entrevistada, durante o isolamento social, o fato de estar mais tempo em casa fez com que Mariana se sentisse mais segura e isso corroborou a diminuição de comportamentos agressivos.

Essa questão também foi verificada nos relatos de Regina, a qual informou que o confinamento possibilitou que sua família realizasse as refeições de maneira compartilhada, prática rara no passado. Além disso, podemos citar que Alice, filha de Mônica, pouco convivía com seu pai por conta de trabalho, entretanto, a pandemia possibilitou que ele dedicasse mais tempo à filha graças à redução de compromissos profissionais. Já Miguel, filho de Patrícia, aproveitou o tempo adicional para brincar e estar com os amigos do seu condomínio, já que tinha menos deveres extracurriculares.

Logo, para essas quatro famílias, o isolamento social levou a um estreitamento vincular a partir de uma rotina menos acelerada. Em outras palavras, esse período viabilizou um espaço de maiores trocas entre os membros da família, o que promoveu um fortalecimento dos vínculos. Em contrapartida, em outros cenários, a maior convivência agravou problemas preexistentes, como ocorreu com Valéria e com seu filho, Alex.

Na entrevista, ficou claro que Valéria demonstrava pouca tolerância com o comportamento de Alex. Ela expressou o desejo de que o menino fosse dedicado aos estudos,

organizado e emocionalmente equilibrado. Contudo, Valéria sublinhou que o menino era desorganizado, negligente em relação às suas responsabilidades escolares e tinha dificuldade em controlar sua ansiedade e raiva em várias ocasiões. Esse descontentamento com a conduta de Alex se acentuou ao longo da crise pandêmica, quando as aulas remotas requereram a presença constante da mãe para auxiliá-lo nos estudos.

De acordo com Freud (2010a [1914]), os pais buscam concretizar seus sonhos através dos investimentos narcísicos realizados em seus filhos, almejando torná-los grandes homens ou mulheres e colocando-os em uma posição privilegiada em relação à sua própria história de vida. Esse processo é visto como uma forma de resgatar o narcisismo infantil perdido. No que se refere a Alex, é evidente que Valéria teve seus investimentos narcísicos frustrados pela diferença entre o comportamento real de seu filho e o que ela projetou, uma vez que a falta de interesse acadêmico do garoto e as suas dificuldades emocionais desagradam a Valéria.

Esse aspecto pode ser compreendido à luz do conceito das alianças inconscientes, especialmente do contrato narcísico, descrito por Kaës (2014) como a vinculação do conjunto humano que forma o tecido vincular primário de cada novo sujeito ao grupo no qual ele encontra e cria seu lugar. Segundo o autor, a relação parento-filial é marcada por um contrato narcísico em que os pais investem libidinalmente nos filhos, depositando seus desejos irrealizados e garantindo a continuidade do grupo. Enquanto isso, o filho, alimentado pelo narcisismo de seus pais, torna-se servidor, beneficiário e herdeiro dessa cadeia.

Valéria, por exemplo, apostou no ideal de que Alex seria um estudante exemplar e organizado, na esperança de que ele ocupasse uma posição de destaque e, dessa maneira, resgatasse seu narcisismo infantil perdido, conforme definido por Freud (2010a [1914]). Quando Alex não satisfaz esses anseios, o descontentamento de Valéria se manifesta em impaciência e conflitos, revelando a constante tensão entre os desejos inconscientes dos pais e a realidade do comportamento do filho.

Ademais, a perspectiva de Aulagnier (1979) sobre o contrato narcísico realça o papel crucial dos investimentos parentais e do discurso parental na formação do sujeito. Quando os pais se decepcionam com a discrepância entre seus desejos e a realidade, enfrentam a quebra desse contrato narcísico. As expectativas e os investimentos não correspondidos podem ser vistos como uma ruptura na aliança inconsciente que sustenta a dinâmica familiar. Essa ruptura, por seu turno, impacta negativamente o psiquismo dos pais e o desenvolvimento do filho. A condição de ensino remoto imposto pela pandemia, por exemplo, mostra como as idealizações parentais e os investimentos narcísicos não atendidos geram frustrações e tensões significativas nas relações familiares.

Outro efeito negativo de uma maior convivência familiar foi observado no casamento de duas entrevistadas, Patrícia e Mônica. Ambas relataram extremo cansaço e sobrecarga com serviços domésticos, como também descontentamento com seus respectivos maridos. Patrícia declarou que não suportava encontrar seu esposo no corredor de sua residência e que isso a incomodava profundamente. Ela também passava por uma fase difícil em sua vida profissional, e estar com o marido em casa, trabalhando normalmente e pouco ajudando ou não reconhecendo suas angústias e seu esforço, tornou a convivência intolerável para os dois.

Esses conflitos emergem de pactos e acordos inconscientes que estruturam a dinâmica do casal. As alianças inconscientes, que geralmente sustentam a coesão e a estabilidade do relacionamento, podem se tornar fontes de tensão quando os papéis e expectativas não são renegociados diante de novas circunstâncias. Para Patrícia, a sobrecarga doméstica e a falta de reconhecimento de seu companheiro desestabilizaram as alianças inconscientes que mantinham o equilíbrio da relação. A convivência forçada intensificou esses desajustes, revelando fantasias coletivas e mandatos geracionais que exacerbaram o sentimento de insatisfação. A situação ilustra, nessa orientação, como as alianças inconscientes podem ser desafiadas em tempos de crise, necessitando de readequações para restaurar a harmonia e o funcionamento do casal.

Ao examinarmos as implicações do isolamento social na vida das famílias, vemos que muitas delas contaram com alguns apoios sociais e de parentes para enfrentar os desafios diante do contexto pandêmico. Inicialmente, muitos deles foram perdidos em virtude do fechamento das escolas, do distanciamento de familiares e da suspensão de serviços terceirizados, como babás e atividades extracurriculares e profissionais que auxiliavam no desenvolvimento infantil. Em resposta a essas ausências, novas formas de auxílio foram adotadas para mitigar os impactos daquele momento. Entretanto, outras famílias não foram capazes de substituí-los, produzindo uma sobrecarga ainda maior e, conseqüentemente, conflitos exacerbados entre os membros.

Benghozi (2005, 2022) registra a importância e o papel dos vínculos enquanto forma de apoio em situações de crise, como a do coronavírus. Para o autor, os vínculos filiativos e afiliativos operam por meio de metagarantias, oferecendo uma proteção suficientemente segura para o continente psíquico individual ou grupal.

A metagarantia, em consonância com a definição de Benghozi (2022), é um conceito que abrange a proteção e a segurança psíquica proporcionadas por figuras de referências e instituições dentro de uma rede genealógica e social. A função principal da metagarantia é certificar um suporte suficientemente seguro para o desenvolvimento psíquico de indivíduos

ou grupos, representando uma responsabilidade ética daqueles envolvidos em vínculos de filiação (pais e filhos) ou de afiliação (comunidade e instituições).

Nessa perspectiva, os vínculos filiativos (entre pais e filhos) e afiliativos (entre indivíduos e instituições) atuam através da metagarantia. A título de exemplificação, os pais têm a responsabilidade de metagarantia para com seus filhos, ao passo que a justiça e a polícia exercem a metagarantia dos vínculos sociais em um estado democrático. A quebra dessa metagarantia, como no caso de um pai incestuoso ou de um estado totalitário, representa uma ameaça significativa, rompendo a contenção segura e causando grandes impactos negativos tanto no psiquismo individual quanto na dinâmica do grupo.

Na pandemia, os vínculos filiativos e afiliativos operaram como metagarantia, viabilizando proteção e suporte psíquico durante o isolamento social para os integrantes das famílias entrevistadas. Cabe salientar que essa função se mostrou de extrema importância em um tempo repleto de muitas mudanças e perdas de referenciais. Em três das famílias em análise, por exemplo, o condomínio residencial tornou-se uma metagarantia dos laços sociais e do bem-estar do grupo, promovendo a manutenção da segurança psicológica e da unidade social.

Valéria e Patrícia, que moravam no mesmo condomínio na época, destacaram o amparo que sentiram por terem uma ajuda mútua. Seus filhos continuaram a interagir socialmente, pois todas as crianças saíam para brincar na rua. Os pais dialogavam entre si, compartilhando angústias e depositando uma confiança absoluta naquele espaço, a ponto de acreditarem que ali não haveria risco de contaminação pelo vírus.

Foi possível verificar que o medo de perder esse suporte era tão intenso que as famílias chegaram a ignorar orientações básicas do Ministério da Saúde, como evitar aglomerações, para estarem juntas nessa fase desafiadora. As mulheres ressaltaram os benefícios do contato entre as crianças para seus filhos e a importância de contar com isso. Esse aspecto foi especialmente significativo para Patrícia, que não recebia cooperação de sua família ou do marido e que lidava com adversidades em seu relacionamento conjugal.

Outros vínculos afiliativos também funcionaram como metagarantias nas famílias de Valéria e Mônica. Elas puderam ter a assistência de profissionais da educação para orientar seus filhos quanto às dificuldades escolares. Nesse sentido, o vínculo afiliativo firmado entre as famílias e esses profissionais ajudou no desenvolvimento educacional das crianças, oportunizando apoio e referências cruciais para a aprendizagem. Além disso, ofereceu auxílio para que as mães se sentissem seguras em relação ao desenvolvimento de seus filhos.

No caso de Valéria, a profissional de educação não apenas forneceu orientação ao seu

filho em um momento em que ele havia perdido a referência da escola, mas também colaborou para que a mãe entendesse com mais clareza o comportamento da criança e permitiu, conseqüentemente, que ela lidasse melhor com as questões relativas ao desempenho escolar do menino. Para Mônica, sobrecarregada com o trabalho e outras tarefas, o acompanhamento de uma especialista foi essencial para encarar os obstáculos de aprendizagem de sua filha.

A função de metagarantia dos vínculos afiliativos é fundamental nesses enquadramentos, pois endossa um ambiente suficientemente protetor para o desenvolvimento psíquico e emocional tanto das crianças quanto das mães. Ao propiciar isso, ela reforça a percepção de bem-estar na dinâmica familiar, mostrando-se primordial para a estabilidade mental dos envolvidos.

A escola, enquanto uma importante instituição de vínculos afiliativos, desempenha um papel de metagarantia, especialmente em momentos críticos, como na pandemia. Mesmo com a ausência física, a escola disponibilizou suporte à família de Débora. Nesse caso, a professora de sua filha Mariana estabeleceu um vínculo significativo com a família, mantendo um contato contínuo e oferecendo materiais adicionais, vídeos explicativos e ligações frequentes. Essa assistência garantiu que a menina pudesse compreender o conteúdo escolar e, ademais, permitiu que Débora se sentisse mais capacitada e menos culpada por não conseguir atender a todas as demandas escolares de sua filha.

Relembramos que, de acordo com Benghozi (2022), o objetivo da metagarantia é garantir uma proteção sólida o bastante para o desenvolvimento psíquico e emocional dos indivíduos dentro de um grupo ou de uma instituição. No ambiente escolar, essa função se manifesta na capacidade de adaptação e resposta às necessidades dos alunos e de suas famílias, principalmente em tempos de crise. A escola, através do empenho e da criatividade de seus profissionais, conseguiu dar continuidade ao auxílio educativo e emocional, indispensável para a segurança psicológica das crianças e o bem-estar das famílias durante o confinamento sanitário.

Outrossim, observamos que os vínculos filiativos, entre os pais e seus próprios pais, funcionaram como metagarantias para quatro famílias. As mães puderam dispor da ajuda de suas mães e sogras para cuidar dos filhos ao longo do surto de COVID-19, garantindo uma contenção suficientemente segura. No âmbito familiar, os vínculos filiativos atuam como pilares dessa contenção e dão apoio afetivo. Em meio ao período pandêmico, esses vínculos filiativos foram particularmente elementares, já que as famílias enfrentaram o isolamento e a exigência de reorganizar suas atividades.

Para ilustrar, Débora recebeu o amparo de sua mãe a partir da gravidez de sua primeira filha até os dias referentes à crise sanitária, momento em que precisou ajustar a rotina familiar e gerenciar maior quantidade de trabalho doméstico e profissional. Portanto, a mãe de Débora sempre esteve presente na vida da filha e isso foi fundamental nessa época a fim de manter o controle emocional e a seguridade de Débora. Nessa direção, a família, por meio dos vínculos filiativos, operou como metagarantia, isto é, promoveu acolhimento para todos os envolvidos.

Entretanto, o exercício da metagarantia apresentou lacunas em duas condições. Para Patrícia e Mônica, seus respectivos círculos familiares não estiveram disponíveis em meio ao confinamento. Apesar de reconhecerem a necessidade do distanciamento, essas famílias já enfrentavam um afastamento afetivo antes dessa época. Ainda assim, Patrícia e Mônica esperavam que, diante do grande desafio de estarem em casa com as crianças, seus parentes fornecessem algum tipo de assistência. Contudo, o vínculo filiativo não conferiu a ajuda e a proteção necessárias, resultando em uma falha na metagarantia no contexto familiar.

Independentemente desses recursos terem sido um importante para as famílias, os relatos indicam uma significativa parcela de sofrimento com relação à emergência de saúde pública e à nova dinâmica imposta por ela. As entrevistadas mencionaram a ansiedade, os medos e as ameaças específicas desse tempo árduo.

Barros e Barros (2022, p. 137) lembram que “a pandemia é colorida por e colore nosso medo mental de realidade (nossas paisagens internas), assumindo os contornos daquilo que mais nos desassossega”. Em outras palavras, as experiências frente a esse cenário têm a capacidade de se fundir com aquilo que estava oculto anteriormente, aguçando o sofrimento e os desafios enfrentados pelas famílias.

Por exemplo, Regina, que desde 2019 convive com a perda de seu filho Miguel, encontrou no tempo pandêmico um agravante para seu pesar. A necessidade de transformar o quarto do filho falecido em um escritório trouxe à tona crises de ansiedade, manifestadas como sintomas semelhantes aos da COVID-19. Nesse ínterim, a dor de Regina foi acentuada pela preocupação com seu filho mais velho, Gustavo, que também sofreu profundamente com a perda do irmão.

Levando isso em consideração, a análise de Barros e Barros (2022) sobre como as vivências traumáticas da pandemia produzem ressonâncias simbólicas que se ligam a outros processos psíquicos latentes do sujeito se aplica à situação de Regina. Seus episódios de ansiedade, desencadeados pela alteração do quarto do filho falecido em um escritório, retratam como a emergência sanitária do coronavírus trouxe à tona um sentimento reprimido e intensificou o luto que Regina carregava, o que fez com que ela reavivasse traumas passados.

Tal situação demonstra, pois, a complexidade das angústias suportadas nessa conjuntura.

Minerbo (2020) também explora o sofrimento do sujeito na pandemia ao propor a ideia de “trauma branco”. A autora enfatiza a falta de representação mental desse momento inédito na vida das pessoas, verificando a ausência de elementos para a elaboração psíquica daquela experiência. A estudiosa relaciona essa vivência com o conceito freudiano do infamiliar e propõe, nessa perspectiva, que o período pandêmico suscita uma sensação inquietante, de algo não familiar, que se sobrepõe ao que era familiar.

No tocante à Débora, o que era familiar - sua rotina com as filhas indo para a escola, onde desenvolvia seu processo de aprendizagem, e retornando ao final do dia para casa, local em que resolviam apenas as tarefas - foi profundamente alterado. Quando o fechamento das escolas foi decretado, a família de Débora, como muitas outras, enfrentou a sensação inquietante e desconhecida em função das crianças terem aulas em casa sob sua supervisão. Ademais, Débora sentiu uma impotência diante disso e pensava estar despreparada para assumir o papel de professora, dado o desafio de conciliar as responsabilidades parentais e educacionais. Foi algo totalmente novo para sua família: todos em casa, gerenciando as obrigações escolares, sem ter a clareza se estavam tendo a conduta certa ou errada.

Convém apontar que a transição abrupta para a modalidade remota de ensino foi um desafio para crianças e suas famílias. Entre os principais obstáculos pontuados nas entrevistas, destacam-se a dificuldade de adaptação ao novo formato, a falta de interação social e a sobrecarga dos pais em assumir a posição de facilitadores do aprendizado em casa.

Consoante Klinko e Carvalho (2021), a escola é crucial para a transição entre o espaço privado da família e o espaço social compartilhado. Esse local permite que as crianças suspendam suas narrativas particulares, agrupando-se com outros indivíduos para construir vínculos sociais e processos de aprendizagem. A interrupção das aulas presenciais impossibilitou a separação entre os ambientes familiar e escolar, fundindo-os em um só. A professora continuava a ensinar remotamente, mas os pais assumiram o papel de apoio direto, ao mesmo tempo que a interação com colegas se limitava a poucos minutos virtuais.

Klinko e Carvalho (2021) sublinham que a escola oferece um lugar estruturado, onde os estudantes aprendem a interagir com pares e adultos fora do núcleo familiar e desenvolvem importantes habilidades sociais. Com o ensino remoto, esse contato foi drasticamente reduzido, limitando as oportunidades de as crianças praticarem a resolução de conflitos, a cooperação e outras competências sociais essenciais. Sem essa prática diária, muitas delas experimentaram sentimentos de isolamento e falta de motivação, como é o caso dos filhos de Valéria, Mônica e Roberta.

Com base nas entrevistas realizadas com essas três mães, seus respectivos filhos (Alex, Alice e Catarina) apresentaram um grande entusiasmo em interagir com seus colegas e se adaptaram bem aos desafios e situações do ambiente escolar. Dessa forma, a escola facilitava o processo de aprendizagem e era necessária para que essas crianças pudessem praticar algo que valorizavam muito: a interação social. Devido ao ensino virtual, a perda da sociabilidade na estrutura física da escola originou um aumento de sintomas como ansiedade e agressividade em seus filhos.

O exemplo da família de Roberta retrata bem essa dinâmica. Durante a entrevista, Roberta explicou que ela e sua filha Catarina ficavam constantemente juntas, sem se separarem em nenhum momento. Apesar da alegria inicial, a proximidade excessiva teve consequências negativas, principalmente para Catarina, que sentiu falta de espaço próprio e da convivência com amigas. Nesse quadro, o pedido da menina para passear pelo condomínio evidenciou a urgência de separar atividades familiares e pessoais.

A falta de uma estrutura escolar física também afetou a capacidade de concentração e a motivação das crianças. Na linha do que investigam Klinko e Carvalho (2021), a escola proporciona uma rotina diária que organiza o tempo dos alunos, promovendo um lugar propício para a aprendizagem. No ensino remoto, a ausência disso levou a dificuldades em manter a atenção durante as aulas, exacerbadas por distrações presentes em casa. Nessa ocasião, todas as famílias entrevistadas informaram que seus filhos encaravam dificuldades de concentração, desligavam as câmeras dos dispositivos de conexão, faziam brincadeiras e na maior parte do tempo não demonstravam interesse em assistir à exposição do professor.

Alex, Mariana e Gustavo (filhos de Valéria, Débora e Regina) encararam problemas de foco nesse cenário, constantemente desligando as câmeras e fazendo brincadeiras fora de hora. Alice, Catarina e Felipe (filhos de Mônica, Roberta e Patrícia) também exibiram um crescente desinteresse em participar das atividades escolares *onlines* à medida que os dias passavam, uma vez que qualquer outro a fazer parecia ser mais atraente do que isso.

Outro ponto levantado por Klinko e Carvalho (2021) é a sobrecarga dos pais ao assumirem o papel de facilitadores do aprendizado. As famílias tiveram que equilibrar suas próprias responsabilidades profissionais e domésticas com a necessidade de apoiar o processo educacional de seus filhos. Esse acúmulo de funções gerou estresse e ansiedade tanto para os pais quanto para as crianças, afetando negativamente o ambiente familiar.

Débora, por exemplo, ficou ansiosa e sobrecarregada com a nova realidade, tentando compensar a ausência da escola para suas três filhas. Ela temia que esse período prejudicasse a aprendizagem e atrasasse o desenvolvimento delas. Com tanta preocupação, Débora decidiu

deixar seu emprego para se dedicar integralmente à educação das meninas, um desafio considerável. Felizmente, ela contou com o suporte da professora, que lhe concedeu o material necessário para auxiliar as crianças. Além disso, como o marido tinha mais habilidade em matemática, ele ajudou Mariana, uma das filhas, a superar as dificuldades com os cálculos.

Mônica também se angustiou com a ausência da escola, pois sua filha Alice não conseguia compreender o conteúdo das aulas e começou a deixar de fazer as atividades. A mãe, sobrecarregada com seu trabalho e as tarefas domésticas, não conseguia acompanhar os desafios de aprendizagem de Alice. A instituição de ensino ofereceu pouca assistência para lidar com essa questão e o marido não se dispôs a acompanhar mais de perto as aulas e tarefas da filha.

Diante das diversas reorganizações necessárias durante a pandemia, as famílias entrevistadas expressaram uma capacidade notável de adaptação. A análise dos resultados evidencia que, apesar dos desafios significativos, muitas famílias conseguiram encontrar novas formas de funcionamento e de suporte emocional por meio dos vínculos filiativos, como o apoio entre pais e avós, ou dos vínculos afiliativos, como a ajuda de profissionais da educação e dos grupos dos condomínios residenciais.

A teoria de Kaës (2014) sobre as alianças inconscientes e a intersubjetividade, nesse viés, foram centrais para esta análise, posto que elucidada como as relações dentro do grupo familiar não são apenas interações superficiais, mas envolvem complexos processos psíquicos que influenciam a identidade e o comportamento de seus membros. A pandemia trouxe à luz a importância dessas alianças e a urgência de renegociações constantes para manter a harmonia e a estabilidade familiar.

O conceito de metagarantia, conforme discutido por Benghozi (2022), fornece subsídios para apreender como essas redes de apoio foram fundamentais para a conservação do bem-estar psíquico e emocional dos indivíduos. A crise de COVID-19 expôs fragilidades e fortalezas nas organizações familiares e, com isso, mostrou a relevância de uma rede sólida e de alianças conscientes e inconscientes que sustentam a coesão e a funcionalidade dos grupos familiares.

As experiências relatadas nas entrevistas refletem tanto os aspectos positivos quanto negativos das mudanças impostas pelo período pandêmico. Por um lado, houve um fortalecimento de vínculos e um aumento na convivência familiar que, em alguns casos, resultou em maior auxílio afetivo e segurança psicológica. Por outro lado, a sobrecarga mental e física, especialmente em relação às mulheres, e as dificuldades em garantir uma divisão

equilibrada de responsabilidades exemplificam que ainda há muito a ser feito para alcançar uma equidade de gênero mais efetiva no âmbito doméstico.

Essas observações, desse modo, destacam a complexidade dos vínculos familiares em tempos de crise e sublinham o valor de se entender e corroborar essas dinâmicas. Ademais, a análise dos vínculos e das adaptações realizadas pelas famílias fornece *insights* sobre como enfrentar futuras situações de adversidade, enfatizando a necessidade de suporte contínuo e de uma compreensão aprofundada das vinculações familiares.

8 CONCLUSÃO

A pandemia de COVID-19 trouxe desafios sem precedentes para as famílias, exigindo uma reorganização rápida e profunda das relações, dos papéis e das funções dentro do círculo familiar. Com base nas entrevistas realizadas e na aplicação teórica de conceitos como a de alianças inconscientes (Kaës, 2014) e a de metagarantia (Benghozi, 2022), foi possível compreender como o funcionamento e as organizações das famílias se transformaram em resposta às exigências impostas pelo isolamento social.

As alianças inconscientes, que estruturam os laços familiares, revelaram-se fundamentais para a manutenção da coesão e da estabilidade emocional dos integrantes. Kaës (2014) nos indica que essas alianças, embora muitas vezes invisíveis e não verbalizadas, sustentam as funções psíquicas e sociais do grupo. Em meio à crise sanitária, as alianças foram confrontadas e, em muitos casos, tiveram que ser renegociadas para ajustarem-se às novas realidades. Nesse sentido, a convivência forçada e contínua expôs conflitos latentes, mas também possibilitou um reexame e uma reconfiguração dos vínculos, permitindo que os membros da família encontrassem novas formas de apoio mútuo e solidariedade.

Outrossim, o conceito de metagarantia, conforme explorado por Benghozi (2022), mostrou-se essencial no entendimento de como as redes de suporte internas e externas à família operaram para proteger o bem-estar psicológico dos indivíduos. Verificamos que a pandemia apontou para a importância dessas redes, filiativas e afiliativas, as quais foram pilares de sustentação em uma época de extrema vulnerabilidade. A escola, o condomínio, os profissionais de saúde e os familiares atuaram como metagarantias, proporcionando aos familiares o suporte para enfrentar as pressões e as incertezas do momento.

O fechamento físico das escolas foi particularmente difícil para pais e crianças. A escola, além de ser um espaço de aprendizado, é um local de socialização crucial para o desenvolvimento infantil. Tendo em vista a interrupção das aulas presenciais, os pais se viram sobrecarregados com o dever de auxiliar o ensino remoto e com a necessidade de suprir a ausência do convívio social que as crianças experimentavam no ambiente escolar. Isso trouxe

uma pressão adicional às famílias, que precisaram encontrar maneiras de equilibrar o trabalho, os afazeres domésticos e o papel educacional. Vale mencionar que a ausência material da escola afetou o desempenho acadêmico, assim como impactou a saúde emocional e as interações sociais das crianças, aspecto que notabiliza a relevância desse lugar como estrutura de assistência que transcende a educação formal.

Um aspecto fundamental apresentado nesta pesquisa foi a sobrecarga emocional e física que recaiu, em grande parte, sobre as mulheres. A situação pandêmica exacerbou as desigualdades de gênero no interior do lar, demonstrando uma divisão desigual de responsabilidades que, em grande parte, passou despercebida em tempos de normalidade. As mulheres, já sobrecarregadas com as tarefas domésticas e o cuidado dos filhos, encontraram-se encarregadas de supervisionar aulas e atividades educacionais remotas, muitas vezes sem a ajuda adequada de seus parceiros. Esse desequilíbrio ampliou os atritos familiares e gerou um questionamento sobre as estruturas de poder e a urgência de uma reavaliação das configurações de gênero no espaço familiar.

Ademais, nesta pesquisa, vimos como as experiências familiares durante o surto de COVID-19 foram marcadas por uma tensão entre manter a coesão e a estabilidade e lidar com novas e inesperadas exigências. A adaptação a novas rotinas, a gestão do espaço compartilhado e a preservação do bem-estar emocional em meio a uma crise global demandaram das famílias um trabalho psíquico significativo. As alianças inconscientes e as metagarantias foram elementares nesse processo, mas também evidenciaram as limitações e os desafios de conservar a harmonia familiar.

A emergência de saúde pública trouxe à tona o potencial de transformação das famílias, já que forçou muitas delas a redefinir suas prioridades, a reforçar seus vínculos e a procurar novos modos de convivência. A resiliência manifestada por muitos grupos familiares é um testemunho da capacidade de adequação e superação em face da adversidade, embora não deva ser vista como um dado adquirido, mas sim como resultado de um esforço contínuo de renegociação das relações e de busca por um acordo que atenda a todos os membros.

Por fim, nesta dissertação, propomo-nos a investigar a organização familiar a partir de uma perspectiva psicanalítica, que leva em conta tanto as dimensões conscientes quanto as inconscientes das relações. Em tempos de instabilidade, como a pandemia de COVID-19, essa abordagem mostrou-se pertinente, pois nos viabilizou a explorar como as famílias reagiram e se amoldaram às pressões externas e internas. Ao analisar as alianças inconscientes e as metagarantias que sustentam os vínculos familiares, foi possível identificar os mecanismos pelos quais as famílias se reordenaram e renegociaram seus papéis e suas funções visando à

unidade e à harmonia do grupo. Dessa maneira, este estudo revelou as complexidades envolvidas nessas dinâmicas e forneceu uma compreensão mais profunda dos processos psíquicos que orientam a configuração e o funcionamento das famílias em contextos adversos.

No entanto, ao final do trabalho, apontamos a importância do trabalho com as famílias em situações de crises globais tais como se configurou a pandemia, considerando a importância desse grupo para o apoio, a sustentação e a manutenção dos vínculos filiativos. Outrossim, é importante um olhar das instituições voltado para as famílias, e nesse cenário, preponderantemente as escolas e as instituições de saúde.

A pesquisa apresentou limites no tocante à compreensão da família no cenário pandêmico, de modo que não pudemos acessar as experiências diretas dos filhos, tão citadas nos relatos das mães e alvo de importantes preocupações por parte delas. Além disso, houve uma dificuldade de acesso às experiências paternas, posto que, infelizmente, nenhum dos companheiros das mães entrevistadas participou voluntariamente da pesquisa, deixando uma lacuna e apontando um caminho para o desenvolvimento de futuras pesquisas.

REFERÊNCIAS

- AMORES, S. *et al.* **Diagnóstico vincular**: sujeito, pareja, familia. Buenos Aires: Letra Viva, 2013.
- ANDRÉ-FUSTIER, F.; AUBERTEL, F. A transmissão psíquica familiar pelo sofrimento. *In*: EIGUER, A. (org.) **A transmissão do psiquismo entre as gerações**: enfoque em terapia familiar psicanalítica. São Paulo: Unimarco, 1998, p. 129-179.
- ARAÚJO, M. F. Família, modernização capitalista e democracia: retomando alguns marcos do antigo debate sobre as transformações da família no Brasil. **Tempo e Argumento**, v. 3, n. 1, p. 180-198, 2011. Disponível em: <https://periodicos.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180303012011180>. Acesso em: 03 ago. 2024.
- ARAÚJO, M. A. N.; GAMA, F. S.; SILVA, U. Creche de ontem e de hoje: o que os pais esperam dessa instituição?. **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**, v. 2, n. 1, p. 3-20, 2013. Disponível em: <https://www5.bahiana.edu.br/index.php/psicologia/article/view/177>. Acesso em: 03 ago. 2024.
- ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos editora, 1981.
- AULAGNIER, P. **A violência da interpretação**: do pictograma ao enunciado. Rio de Janeiro: Imago, 1979.
- BADINTER, E. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 1. ed. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BARROS, A. R.; BARROS, E. M. R. Paisagens da vida mental sob a Covid-19. *In*: STAAL, L. (org.). **Psicanálise e vida covidiana**: desamparo coletivo, experiência individual. São Paulo: Editora Blucher, 2022, p. 103-142.
- BARRETO, I. C. H. C. *et al.* Colapso na Saúde em Manaus: o fardo de não aderir às medidas não farmacológicas de redução da transmissão da Covid-19. **Saúde em Debate**, v. 45, n. 131, p. 1126-1139, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/ktbLC8Qcncmt4nKgKgJr6TS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 03 ago. 2024.
- BENGHOZI, P. Resiliência familiar e conjugal numa perspectiva psicanalítica dos laços. **Psicologia clínica**, v. 17, n. 2, p. 101-109, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pc/a/RfVgsHKCfTWQt3GGQm95rns/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 03 ago. 2024.
- BENGHOZI, P. **Malhagem, filiação e afiliação**. São Paulo: Vetor, 2010.
- BENGHOZI, P. Avancées en psychanalyse de couple et de famille dans le monde

contemporain. **Revue Internationale de Psychanalyse du Couple et de la Famille**, n. 26-1, 2022. Disponível em: https://aipcf.net/revue/wp-content/uploads/2022/07/6-AIPCF_N.-26_1-2022-Pierre-Benghozi-francais.pdf. Acesso em: 03 ago. 2024.

BEZERRA, A. C. V. *et al.* Fatores associados ao comportamento da população durante o isolamento social na pandemia de COVID-19. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 1, p. 2411-2421, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/9g4hLHkSSW35gYsSpggz6rn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 03 ago. 2024.

BIRMAN, J. Laços e desenlaces na contemporaneidade. **Jornal de psicanálise**, v. 40, n. 72, p. 47-62, 2007. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-58352007000100004. Acesso em: 03 ago. 2024.

BIRMAN, J. **O trauma na pandemia do coronavírus: suas dimensões políticas, sociais, econômicas, ecológicas, culturais, éticas e científicas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

BORGES, C. C.; MAGALHAES, A. S.; FERES-CARNEIRO, T. Liberdade e desejo de constituir família: percepções de jovens adultos. **Arquivos brasileiros de Psicologia**, v. 66, n. 3, p. 89-103, 2014. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1809-52672014000300008. Acesso em: 03 ago. 2024.

BRASIL. **Decreto n. 10.282, de 20 de março de 2020**. Regulamenta a Lei nº 13.969, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais. Brasília, DF: Presidência da República, 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10282.htm. Acesso em: 07 ago. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Painel Coronavírus – Coronavírus Brasil**, [2024]. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 07 fev. 2024.

CAMPANA, N. T. C. **Um estudo sobre a parentalidade contemporânea e a rede de cuidados com a primeira infância**. 2018. Tese (Doutorado em Ciências) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47133/tde-25022019-152927/>. Acesso em: 03 ago. 2024.

CASTANHO, P. O conceito de alianças inconscientes como fundamento para o trabalho vincular em psicanálise. **Estudos interdisciplinares em Psicologia**, v. 6, n. 2, p. 92-112, 2015. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-64072015000200007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 29 dez. 2022.

CASTRO, R. Observatório Covid-19 aponta maior colapso sanitário e hospitalar da história do Brasil. **Portal Fiocruz**, 2021. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/observatorio-covid-19-aponta-maior-colapso-sanitario-e-hospitalar-da-historia-do-brasil>. Acesso em: 21 jan. 2022.

CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION (CDC). **COVID-19**, [2023]. Disponível em: <https://www.cdc.gov/coronavirus/2019-ncov/index.html>. Acesso em: 06 maio 2023.

COVID-19 Collection. **The Lancet Respiratory Medicine**, [2024]. Disponível em: <https://www.thelancet.com/action/doSearch?text1=COVID-19+OR+coronavirus+OR+SARS-CoV-2+OR+2019-nCoV&field1=Title&startPage=&P>. Acesso em: 07 ago. 2024.

CORREA, O. B. R. **O legado familiar**: a tecelagem grupal da transmissão psíquica. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

CORREA, O. B. R. **Crises e Travessias nas diversas etapas da vida do casal e do grupo familiar**. Petrópolis: KBR Editora Digital, 2013.

DUNKER, C. **Paixão da ignorância**: a escuta entre a psicanálise e educação. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

FÉRES-CARNEIRO, T. Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade. **Psicologia**: reflexão e crítica, v. 11, p. 379-394, 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prc/a/WGzgV8McnFxCvXdy3wndy4F/?lang=pt>. Acesso em: 03 ago. 2024.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I**: a Vontade de Saber. Rio de Janeiro: Graal, 1976.

FREUD, S. **Um caso de histeria, Três Ensaios sobre a sexualidade e outros trabalhos (1901-1905)**. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud volume VII. Rio de Janeiro: Imago Editora, 2006 [1905].

FREUD, S. **Totem e Tabu, contribuição à história do movimento psicanalítico e outros textos (1912-1914)**. Obras completas volume 11. São Paulo: Companhia das Letras, 2012 [1913].

FREUD, S. **Introdução ao Narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916)**. Obras completas volume 12. São Paulo: Companhia das Letras, 2010a [1914].

FREUD, S. **O mal-estar na civilização, Novas conferências Introdutórias à Psicanálise e outros textos (1930-1936)**. Obras completas volume 18. São Paulo: Companhia das Letras, 2010b [1930].

FREUD, S. **O infamiliar** [Das Unheimliche]. Edição bilingue comemorativa (1919-2019). Obras Incompletas de Sigmund Freud. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019 [1919].

G1. Mundo passa dos 5 milhões de mortes por Covid. **Portal G1 – O globo**, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/11/01/mundo-passa-dos-5-milhoes-de-mortes-por-covid.gh.html>. Acesso em: 09 ago. 2024.

GORIN, M. C. *et al.* O estatuto contemporâneo da parentalidade. **Rev. SPAGESP**, v. 16, n. 2, p. 3-15, 2015. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702015000200002. Acesso em: 03 ago. 2024.

JABLONSKI, B. Afinal, o que quer um casal? Algumas considerações sobre o casamento e a separação na classe média carioca. *In*: FERES-CARNEIRO, T. **Família e casal**: arranjos e demandas contemporâneas. Rio de Janeiro: Editora PUC-RIO, 2003, p. 141-168.

JULIEN, P. **Abandonarás teu pai e tua mãe**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2000.

KAËS, R. O sujeito da herança. *In*: KAËS, R. *et al.* (orgs.). **Transmissão da vida psíquica entre gerações**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001, p. 9-25.

KAËS, R. **Os espaços comuns e partilhados**: transmissão e negatividade. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

KAËS, R. A realidade psíquica do vínculo. **Revista brasileira de psicanálise**, v. 45, n. 4, p. 155-166, 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0486-641X2011000400017&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 29 abr. 2023.

KAËS, R. **As alianças inconscientes**. São Paulo: Ideias e Letras, 2014.

KEHL, M. R. **Deslocamentos do feminino**: a mulher freudiana na passagem para a modernidade. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

KLINKO, J.; CARVALHO, J. S. F. Escola remota: como resistir à domesticação da experiência escolar? **Estilos da Clínica**, v. 26, n. 1, p. 58-67, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/estic/article/view/178236>. Acesso em: 06 fev. 2024.

KUPPERMAN, D. A catástrofe e seus destinos: os negacionismos e o efeito vivificante do “bom ar”. *In*: STAAL, L. (org.). **Psicanálise e vida cotidiana**: desamparo coletivo, experiência individual. São Paulo: Editora Blucher, 2022, p. 143-157.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J. B. **Vocabulário de Psicanálise**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LERNER, A. B. C.; VOLTOLINI, R. Outra clínica, outra escola: psicanálise e educação em tempos de pandemia. **Estilos da Clínica**, v. 26, n. 1, p. 1-3, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/estic/article/view/184748/171205>. Acesso em: 03 ago. 2024.

LEVISKY, R. B.; DIAS, M. L.; LEVISKY, D. L. **Dicionário de psicanálise de casal e família**. São Paulo: Editora Blucher, 2021.

LIMA, A. L. Maternidade Higiênica: natureza e ciência nos manuais de puericultura

publicados no Brasil. **História: Questões & Debates**, n. 47, p. 95-122, 2007. Disponível em <https://revistas.ufpr.br/historia/article/viewFile/12112/8473>. Acesso em: 03 ago. 2024.

MARIOTTO, R. M. M. **Cuidar, Educar e Prevenir**: as funções da creche na subjetivação de bebês. São Paulo: Escuta, 2009.

MARTINS FILHO, J. **A criança terceirizada**: os descaminhos das relações familiares no mundo contemporâneo. Campinas, SP: Papyrus, 2008.

MINERBO, M. **Neurose e não neurose**. São Paulo: Editora Blucher, 2019.

MINERBO, M. O trauma branco e seus destinos. **Observatório Psicanalítico Febrapsi**, n. 157, 2020. Disponível em: <https://febrapsi.org/publicacoes/observatorio/o-trauma-branco-e-seus-destinos/>. Acesso em: 03 ago. 2024.

MORO, M. R. Os ingredientes da parentalidade. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, v. 8, p. 258-273, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlpf/a/xLBgQnQgn97TcxkwhMhHbWg/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 03 ago. 2024.

NATIONAL INSTITUTES OF HEALTH (NIH). **NIH's Strategic Response to COVID-19**, [2023]. Disponível em: <https://www.nih.gov/health-information/coronavirus>. Acesso em: 06 maio 2023.

OKAMOTO, M. Y. A patologização e a medicalização da infância: um olhar sobre a família e as crianças. In: EMÍDIO, T. S.; HASHIMOTO, F. **A psicologia e seus campos de atuação**: demandas contemporâneas. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013, p. 85-111.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Coronavirus disease (COVID-19) pandemic**, [2023]. Disponível em: <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019>. Acesso em: 06 maio 2023.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE (OPAS). **Histórico da pandemia de COVID-19**, [2022]. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em: 31 jan. 2022.

PIRES, L. S.; ADRINO, B.; LLANERAS, K. O mapa do coronavírus: como aumentam os casos no dia a dia no Brasil e no mundo. **El País**, 2020. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2020/03/12/ciencia/1584026924_318538.html. Acesso em: 31 jan. 2022.

PIVA, A. **Vincularidade**: teoria e clínica. São Paulo: Zagadoni, 2020.

RIBEIRO, M. F. da R. Reflexões sobre conjugabilidade e parentalidade: um caleidoscópio de constituições familiares. **Jornal de Psicanálise**, v. 49, n. 91, p. 97-109, 2016. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-58352016000200010. Acesso em: 03 ago. 2024.

ROCHA, D. M. *et al.* Efeitos psicossociais do distanciamento social durante as infecções por coronavírus: revisão integrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 34, p. 1-9, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/nqnKkznSYGrjBkSRSM3LxfJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 03 ago. 2024.

RODRIGUEZ, B. C.; GOMES, I. C.; DE OLIVEIRA, D. P., Família e nomeação na contemporaneidade: uma reflexão psicanalítica. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, v. 8, n. 1, p. 135-150, 2017. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/eip/article/view/25914>. Acesso em: 06 fev. 2024.

ROJAS, M. C. Desamparo e desmentidos na família atual: intervenções do analista. **Vínculo**, v. 7, n. 2, p. 2-7, 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1806-24902010000200003. Acesso em: 03 ago. 2024.

ROUDINESCO, E. **A Família em Desordem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

SANTOS, C. V. M.; CAMPANA, N. T. C.; GOMES, I. C. Cuidado parental igualitário: revisão de literatura e construção conceitual. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 35, p. 1-12, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistaptp/article/view/23498/25399>. Acesso em: 03 ago. 2024.

SANTOS, K. A. M. *et al.* Quais os significados sobre família em situação de pandemia para os adolescentes? **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, v. 27, n. 01, p. 193-203, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/csc/2022.v27n1/193-203/pt>. Acesso em: 03 ago. 2024.

SANTOS, L. C. *et al.* Impactos psicossociais do isolamento social por COVID-19 em crianças, adolescentes e jovens: scoping review. **Revista de Enfermagem da UFSM**, v. 11, p. 1-19, 2021. Disponível em: <https://docs.bvsalud.org/biblioref/2021/10/1342425/65407-303543-1-pb.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2024.

SARAIVA, A.; BARROS, A. PNAD COVID-19: Pandemia dificulta acesso de 28,6 milhões de pessoas ao mercado de trabalho na última semana de maio. **Agência IBGE Notícias**, 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/27972-pandemia-dificulta-acesso-de-28-6-milhoes-de-pessoas-ao-mercado-de-trabalho-na-ultima-semana-de-maio>. Acesso em 09 ago. 2024.

SCHMIDT, B. *et al.* Saúde mental e intervenções psicológicas diante da pandemia do novo coronavírus (COVID-19). **Estudos em Psicologia**, v. 37, p. 1-13, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/L6j64vKkynZH9Gc4PtNWQng/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 03 ago. 2024.

SCHOLZ, A. L. T *et al.* O exercício da parentalidade no contexto atual e o lugar da criança como protagonista. **Estudos de Psicanálise**, n. 44, p. 15-22, 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ep/n44/n44a02.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2024.

SINGLY, F. **Sociologia da família contemporânea**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SOLIS-PONTON, L. (org.) **Ser pai, ser mãe**. Parentalidade: um desafio para o terceiro milênio. Uma Homenagem internacional para Serge Lebovici. São Paulo: Editora Casa do Psicólogo, 2004.

SP1. O primeiro anúncio de morte por Covid-19 no Brasil completa um ano. **Portal G1 – O globo**, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/03/17/anuncio-da-primeira-morte-por-covid-19-no-brasil-completa-um-ano.ghtml>. Acesso em: 20 out. 2021.

SPITZ, R. A., **O primeiro ano de vida**. São Paulo: Martins Fontes, 1998 [1965].

STEINWURZ, D. A. Pandemia de Covid-19: convite à reflexão e ao crescimento. *In*: SANTOS, W. N. P. dos. (org.). **Fronteiras do desamparo e as vicissitudes da pandemia**. São Paulo: Blucher, 2022, p. 115-146.

TORT, M. **O desejo frio**: procriação artificial e crise dos referenciais simbólicos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

TURATO, E. R. Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: diferenças e seus objetos de pesquisa. **Revista de Saúde Pública**, v. 39, n. 3, p. 507-514, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/qtCBFFfZTRQVsCJtWhc7qnd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 03 ago. 2024.

TURATO, E. R. **Tratado de metodologia da pesquisa clínico-qualitativa**: construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977>. Acesso em: 20 jan. 2024.

WAGNER, A. A família e a tarefa de educar: algumas reflexões a respeito das famílias tradicionais frente a demandas modernas. *In*: FÉRES-CARNEIRO, T. (org.), **Família e Casal**: arranjos e demandas contemporâneas. Rio de Janeiro: Editora PUC-RIO, 2003, p. 27-33.

WEISSMANN, L. **Famílias monoparentais**: um olhar psicanalítico. 2008. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Núcleo de Método Psicanalítico e Formações da Cultura, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp059915.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2024.

WEISSMANN, L. Composições familiares e filiação na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Psicanálise**, v. 51, n. 4, p. 159-172, 2017. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbp/v51n4/v51n4a10.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2024.

ZANETTI, S. A. S. **Efeitos da Fragilização dos Papéis Parentais em determinados comportamentos de crianças no ambiente escolar, na contemporaneidade**. 2008. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2008. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47133/tde-14072009-104119/publico/MestradoSANDRAZANETTI.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2024.

ZANETTI, S. A. S.; GOMES, I. C. A “fragilização das funções parentais” na família contemporânea: determinantes e consequências. **Temas em Psicologia**, v. 19, n. 2, p. 491-502, 2011. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v19n2/v19n2a12.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2024.

ZORNIG, S. M. A. Tornar-se pai, tornar-se mãe: o processo de construção da parentalidade. **Tempo psicanalítico**, v. 42, n. 2, p. 453-470, 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tpsi/v42n2/v42n2a10.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2024.

ANEXO A -ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

1. Informações Gerais

- Nome
- Idade dos integrantes da família
- Profissão do casal
- Renda Mensal
- Tempo de relacionamento do casal

2. Histórico do casal

- Como se conheceram?
- Como foi morar juntos?
- Pensavam em ter filhos?
- O que pensavam sobre ser pai e ser mãe? / Expectativas e referências sobre ser mãe e ser pai

3. Gestação e Pós-Parto

- A gravidez foi planejada?
- Como foi o período de gestação?
- Como foi o nascimento do bebê?
- Quem se ocupava do bebê?
- Quais eram as principais demandas do bebê nos primeiros meses?
- Como os pais se sentiram durante este período?

4. Relação pais-crianças

- Como eles descrevem a criança
- Como é a relação de cada um deles com a criança
- Caso a criança tenha irmãos, como é a relação entre eles
- Como é a rotina familiar
- As expectativas do item 2, se confirmaram? Caso não, o que pensam hoje sobre ser mãe e ser pai?
- Como se descrevem como pais?
- Quais desafios enfrentam enquanto pais?

5. Vivência da pandemia para os pais

- Como foi viver o primeiro ano de pandemia?
- O que mudou na vida de cada um? (trabalho, lazer, rotina, situação financeira)
- Como se organizavam para ajudar a criança a assistir aula *online* e fazer as atividades propostas pela escola? Como se sentiram realizando essa tarefa com o(a) filho(a)?
- Como vocês avaliam a maneira como conduziram esse momento? Quais as dificuldades e os pontos positivos?

6. Vivência da pandemia para a criança

- Como foi viver o primeiro ano de pandemia?
- Como foi para a criança não ir para escola?
- Como foi assistir às aulas *online* e fazer as atividades propostas?
- Quais foram as dificuldades e facilidades com a modalidade de ensino *online*?
- Vocês perceberam mudanças no comportamento, no relacionamento e no interesse da criança pela escola nesse período?

7. Relação com a escola

- A escola oferecia suporte às crianças enquanto estavam na modalidade *online*?
- A escola mantinha contato com os pais durante este período? Se sim, o que a escola mencionava sobre a criança?
- O que os pais acham sobre a escola e a maneira como conduziu as aulas remotas?
- Como vocês avaliam a importância da escola para a vida dos filhos e para vocês, enquanto pais, principalmente durante a pandemia?

ANEXO B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

(Capítulo IV, itens 1 a 8 da Resolução 466/2012 – Conselho Nacional de Saúde)

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “**AS REPERCUSSÕES DA PANDEMIA NO EXERCÍCIO DA PARENTALIDADE**”, sob a responsabilidade da pesquisadora Giovana Benite dos Santos, RG nº39033266-5, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) Câmpus de Assis, sob orientação da Professora Doutora Mary Yoko Okamoto, e-mail mary.okamoto@unesp.br

Este termo deverá ser elaborado em duas vias. Depois de lido, rubricado e assinado, uma via ficará em poder do PARTICIPANTE ou de seu representante legal e a outra via em poder do pesquisador responsável.

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Campus de Assis. Qualquer dúvida quanto aos aspectos éticos poderão ser esclarecidas no telefone (18) 3302-5500 ramal 5607 ou pelo e-mail cep@assis.unesp.br, ou diretamente com a pesquisadora no telefone (16) 99717-1814 ou e-mail giovana.benite@unesp.br

I.A pesquisa:

Esta pesquisa tem por objetivo estudar o exercício da parentalidade durante o isolamento social imposto pela pandemia do novo coronavírus, frente ao fechamento das escolas, modalidade de escola e trabalho *online*, bem como as principais consequências enfrentadas pelos pais neste período do ano de 2020.

II. Procedimentos:

a) Os procedimentos dos quais você participará são os seguintes:

Primeiramente, você receberá, por meio deste termo, os devidos esclarecimentos sobre a pesquisa para decidir se participará ou não. A leitura deste Termo e o seu consentimento expresso e registrado devem acontecer antes de qualquer participação. Após o seu consentimento, a sua participação será:

Uma entrevista semidirigida composta por questões abertas formuladas a partir dos objetivos, para compreender a vivência dos pais e filhos durante o período de isolamento social e como enfrentaram tal situação.

b) Você participará da entrevista com duração de cerca de 1 hora e agendaremos um segundo encontro para dar prosseguimento à entrevista, se for necessário.

c) A entrevista será realizada no consultório de psicologia da pesquisadora, localizado na cidade de Araraquara, na Avenida Santo Antônio nº726, Vila Xavier, CEP 14801-110.

d) Devido à situação de pandemia, a entrevista poderá ser realizada remotamente através da plataforma digital Google Meet, seguindo o princípio de sigilo ético proposto na resolução CFP nº11/2018, que regulamenta a prestação de serviços psicológicos realizados por meio de tecnologias da informação e comunicação e revoga a Resolução CFP nº11/2012. 7

e) Com o seu consentimento, a entrevista será gravada.

III. Riscos/Desconfortos e Benefícios

a) Possíveis riscos ou desconfortos:

OBS: Você receberá antes do início da entrevista (de forma oral e escrita) todas as perguntas que serão feitas e poderá decidir se responderá a todas, algumas ou nenhuma.

Os riscos de desconfortos ou riscos são mínimos, tais como ficar emocionado durante a entrevista, demonstrando choro, tristeza, ansiedade, mas caso ocorram, esclarecemos, que:

- no caso de desconfortos, você será consultado a respeito do que está sentindo e sobre a possibilidade de realizar uma pausa, não responder à pergunta e/ou retirar-se da pesquisa;

- você poderá solicitar a interrupção da entrevista ou se recusar a responder qualquer questão que cause incômodo,

- caso seja avaliado que você sentiu-se muito desconfortável na situação da entrevista e se houver a necessidade, poderemos oferecer encaminhamento e/ou indicação de profissionais para acompanhamento e assistência psicológica para o serviço de saúde municipal ou para outros profissionais, de acordo com a melhor conveniência para você, em caso de ocorrência dos riscos ou desconfortos.

Por tratar-se de entrevista *online*, temos que reconhecer que a pesquisa está sujeita aos possíveis riscos decorrentes do ambiente virtual, como invasão aos dados. No entanto, a pesquisadora, dentro de sua limitação, compromete-se a tomar todas as medidas cabíveis para evitar que ocorra qualquer violação ao ambiente virtual e aos dados decorrentes, como manter os dados em seu computador pessoal e não em arquivos em 'nuvem'. Os dados coletados não serão em hipótese alguma compartilhados com terceiros.

c) Benefícios esperados:

Espera-se que a partir da sistematização dos resultados da pesquisa, tais informações possam contribuir para a elaboração de intervenções de prevenção, promoção e proteção à saúde mental dos mesmos.

Além disso, a participação na entrevista poderá proporcionar a possibilidade de reflexão desse momento da vida dos pais, colaborando para que possam compreender melhor algumas situações.

IV. Liberdades/Garantias

Você, participante, poderá recusar-se a participar desta pesquisa ou de retirar o seu consentimento, a qualquer momento, sem penalização ou prejuízo ao seu cuidado. Você possui total liberdade de não responder a qualquer pergunta ou de momentos que possam causar- lhe constrangimento de qualquer natureza.

V. Sigilo/Anonimato

A sua participação é sigilosa, ou seja, as informações prestadas são confidenciais e em hipótese alguma serão motivo de divulgação na mídia. Garantimos o sigilo das informações coletadas e o seu anonimato. Respeitamos a sua privacidade, mantendo em segredo as suas informações pessoais no decorrer da pesquisa e após a conclusão desta.

VI. Despesas/indenização

Esta pesquisa não resultará em despesas ou ônus para você.

VII. Publicação

Informamos que o resultado final da pesquisa poderá ser publicado em revistas científicas da área, colaborando, para a construção do conhecimento teórico-científico, preservando-se o anonimato dos participantes.

CONSENTIMENTO

Eu, _____, RG: _____,

abaixo assinado, concordo em participar, como PARTICIPANTE, da pesquisa “**AS REPERCUSSÕES DA PANDEMIA NO EXERCÍCIO DA PARENTALIDADE**”.

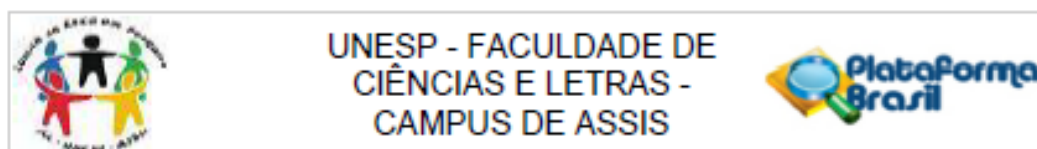
Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pela pesquisadora Giovana Benite dos Santos sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido, ainda, que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Declaro que aceito a participação na pesquisa de maneira *online* e, ainda, que () concordo / () não concordo com a publicação dos resultados desta pesquisa, ciente da garantia quanto ao sigilo das minhas informações pessoais e ao meu anonimato.

Araraquara, ____ de _____ de ____.

Assinatura do Participante

ANEXO C - PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: As repercussões da pandemia no exercício da parentalidade

Pesquisador: GIOVANA BENITE DOS SANTOS

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 80851522.4.0000.5401

Instituição Proponente: Faculdade de Ciências e Letras - UNESP/ Campus de Assis

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.727.247

Apresentação do Projeto:

O projeto almeja "compreender como foi para os pais se organizarem em casa com a nova rotina causada pela pandemia" relativamente a crianças de 6 a 7 anos, durante o ano de 2020, com a adoção do "homeschooling temporário".

Objetivo da Pesquisa:

O projeto tem como objetivos

- a) "analisar as ressonâncias da pandemia na parentalidade e compreender os processos de sofrimento envolvidos tanto no casal como nos filhos, considerando que houve a necessidade de isolamento e distanciamento social como ferramenta de controle do contágio da doença.
- b) "analisar os processos de sofrimento envolvidos na família durante este período específico da pandemia".

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Para a "coleta de dados realizaremos a entrevista semidirigida com os pais das crianças" (3 para filhos com 6 anos e 3 para filhos com 7 anos), depois de contato prévio através de email, "a entrevista será agendada e realizada no consultório clínico de psicologia da pesquisadora" ou via online em caso de restrição, sendo que "as entrevistas realizadas serão gravadas e depois transcritas de forma integral e fiel".

Tendo em vista estas condições, a pesquisadora estabelece em conformidade "riscos" e "benefícios

Endereço: Av. Dom Antônio, 2100
Bairro: Vila Tênis Clube **CEP:** 19.806-900
UF: SP **Município:** ASSIS
Telefone: (18)3302-5607 **Fax:** (18)3302-5804 **E-mail:** cep@assis.unesp.br



UNESP - FACULDADE DE
CIÊNCIAS E LETRAS -
CAMPUS DE ASSIS



Continuação do Parecer: 5.727.247

decorrentes das atividades especificadas:

- a) "O possível risco em que o sujeito pode estar exposto ao consentir em participar do presente estudo é de ter que expor algumas de suas vivências durante o período da pandemia, podendo sentir algum tipo de desconforto com algumas lembranças."
- b) "Os benefícios esperados ao sujeito participante desta pesquisa é a reflexão sobre o exercício de sua parentalidade e identificar a forma com que a família vem lidando com os desafios da pandemia."

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa, além de objetivos, hipóteses e metodologia ("entrevistas semidirigidas"), bem formuladas, conta com rede teórica bem estruturada e referenciada na psicanálise ("narcisismo dos pais"), acerca do papel da escola no psiquismo das crianças e adolescentes, bem como, reflete acerca de modelos de família nos quais o contexto do homeschooling se deu durante a pandemia, distanciamento e isolamento social.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O TCLE estabelece de modo claro o caráter da pesquisa, bem como os procedimentos nos quais participarão os entrevistados, esclarecendo os possíveis riscos e os modos de saná-los, bem como os benefícios derivados da participação na pesquisa.

O termo de Consentimento é redigido de forma clara e direta.

Recomendações:

Sem recomendação.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O Comitê aprova o protocolo encaminhado.

Considerações Finais a critério do CEP:

O Regimento Interno do CEP prevê que o pesquisador apresente relatórios, de acordo com as datas estabelecidas pelo CEP. O não encaminhamento dos relatórios implicará no impedimento temporário da apresentação de novos protocolos, até que este regularize a situação pendente. O RELATÓRIO FINAL deverá ser postado na Plataforma como NOTIFICAÇÃO em formulário estabelecido pelo CEP (<http://www.assis.unesp.br/#!/pesquisa/comites-de-etica/orientacoes-gerais/>) ao término da pesquisa. No relatório Final deverá ser informado como foi realizada a devolutiva aos participantes da pesquisa. ATENÇÃO: QUALQUER ALTERAÇÃO NO PROJETO DEVE SER INFORMADA AO CEP COMO EMENDA AO PROJETO.

Endereço: Av. Dom Antônio, 2100
Bairro: Vila Tênis Clube CEP: 19.806-900
UF: SP Município: ASSIS
Telefone: (18)3302-5607 Fax: (18)3302-5804 E-mail: cep@assis.unesp.br



UNESP - FACULDADE DE
CIÊNCIAS E LETRAS -
CAMPUS DE ASSIS



Continuação do Parecer: 5.727.247

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1961803.pdf	16/07/2022 15:57:28		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle.pdf	16/07/2022 15:56:22	GIOVANA BENITE DOS SANTOS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projetocepgiovana.pdf	16/07/2022 15:53:38	GIOVANA BENITE DOS SANTOS	Aceito
Folha de Rosto	folhaderostogiovanabenite.pdf	16/07/2022 15:48:35	GIOVANA BENITE DOS SANTOS	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

ASSIS, 27 de Outubro de 2022

Assinado por:
Regiani Aparecida Santos Zacarias
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Dom Antônio, 2100
Bairro: Via Tênis Clube CEP: 19.806-900
UF: SP Município: ASSIS
Telefone: (18)3302-5607 Fax: (18)3302-5804 E-mail: cep@assis.unesp.br